

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS E HUMANIDADES**

Campus São José do Rio Preto

2026

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO
CARLOS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS E HUMANIDADES**

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2026

UFSCar

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Reitora

Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira

Vice-reitora

Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Douglas Verangia Corrêa da Silva

Pró-Reitor Adjunto de Graduação

Prof. Dr. Armando Ítalo Sette Antonialli

Diretor do Campus São José do Rio Preto

Prof. Dr. Danilo Girolido

Diretora do Centro de Artes, Humanidades e Tecnologia (CAHT)

Profa. Dra. Lisandra Marques Gava Borges

Comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

Elaine Cristina Maldonado

Érico Masiero

Carla Regina Silva

Elaine Italiano Vidal

Juliana Moraes Menegussi

Lisandra Marques Gava Borges

Taís Delaneze

Colaboradoras(es)

Cristiane Bueno

Djalma Ribeiro Junior

Elza Luli Miyasaka

Francy Mary Alves Back

Luciana Márcia Gonçalves

Maria Carolina de Pozi Castro

Renato Locilento

Rochele Ribeiro Amorim

Silane de Souza Santana

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	6
2. DADOS DO CURSO	7
3. BASES LEGAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	8
4. APRESENTAÇÃO	14
4.1 BREVE HISTÓRICO DA UFSCar	14
4.2. PERFIL E MISSÃO INSTITUCIONAL DA UFSCar	16
4.2.1 VISÃO E VALORES	17
4.2.2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS	17
4.3 O PAC EXPANSÃO 2024 E CRIAÇÃO DO NOVO CAMPUS SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	20
4.4. CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS E HUMANIDADES	22
5. PERFIL DO CURSO E JUSTIFICATIVA	25
6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	28
6.1 POLÍTICAS DE ENSINO	28
6.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO	39
6.4 POLÍTICAS DE ACESSO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	42
6.5 POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	44
7. OBJETIVOS DO CURSO	49
7.1 OBJETIVO GERAL	49
7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	49
8. PERFIL DO EGRESSO	51
9. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	53
9.1 Integração entre ensino, pesquisa e extensão.	53
9.2 Estratégias pedagógicas	54
9.2.1 Flexibilidade Curricular: optativas e eletivas	58
9.2.2 Interdisciplinaridade	59
9.2.3 Metodologias Ativas	60
9.2.4 Extensão	61
9.2.5 Escritório Modelo	62
10.1 DETALHAMENTO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS	72
10.1.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	72
10.1.2 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	72
10.3 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO	75
10.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	79
10.5 ESTÁGIO CURRICULAR	81
10.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	81
10.7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO	83
11. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	84

11.1 AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM	84
11.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	85
12. APOIO AO DISCENTE	88
13. GESTÃO DO CURSO	92
14. CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	95
15. INFRAESTRUTURA	99
16. REFERÊNCIAS	101

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

Mantenedora: Fundação Universidade Federal de São Carlos

CNPJ: 45.358.058/0001-40

Ato de criação: Decreto n.º 62.758, de 22 de maio de 1968¹, alterado pelo Decreto n.º 99.740, de 28 de novembro de 1990², inscrita como pessoa jurídica no Cartório do 2º Ofício de São Carlos, em 24 de abril de 1969, com sede e foro na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Nome da IES (sigla): Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Endereço: Rod. Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos. CEP 13565-905

Categoria Administrativa: Pública Federal

Organização Acadêmica: Universidade

Endereço da Sede: Rod. Washington Luís, km 235. Rodovia SP-310, São Carlos (SP). CEP 13565-905.

Telefone: (16) 3351-8111

Portal: www.ufscar.br

CAMPUS DO CURSO

Campus: São José do Rio Preto

Ato de criação e credenciamento do Campus: Resolução ConsUni n.º 148³, de 10 de junho de 2025; Portaria SERES/MEC N.º 871⁴, de 25 de novembro DE 2025.

Endereço do Campus Provisório: Instituto Federal de São Paulo. Campus São José do Rio Preto. R. Dr. Eduardo Nielsen, 420 - Jardim Congonhas, São José do Rio Preto/SP, 15030-070.

¹ BRASIL. Decreto Federal N.º 62.758, de 22 de maio de 1968. Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal de São Paulo. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/485385/publicacao/15643723>. Acessado em 20 de agosto de 2025.

² BRASIL. Decreto n.º 99.740, de 28 de novembro de 1990. Altera dispositivos do Decreto n.º 62.758, de 22 de maio de 1968, que instituiu a Fundação Universidade Federal de São Carlos, sob a denominação de Fundação Universidade Federal de São Paulo, e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99740.htm

³ UFSCar. Aprova a criação do Campus São José do Rio Preto da UFSCar. Disponível em: https://sei.ufscar.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=2095946&id_orgao_publicacao=0. Acessado em 20 de agosto de 2025.

⁴ BRASIL. Credencia o campus fora de Sede - Campus São José do Rio Preto - da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (cód. 7), mantida pela Fundação Universidade Federal de São Carlos (cód. 1302), CNPJ: 45.358.058/0001-40, a ser instalado na Rua Doutor Eduardo Nielsen, nº 420, bairro Jardim Congonhas, no município de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-seres/mec-n-871-de-25-de-novembro-de-2025-671047741>. Acesso em 20 de janeiro de 2026.

2. DADOS DO CURSO

Curso: Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades (BICH-RP)

Diplomação: Bacharel(a) Interdisciplinar em Ciências e Humanidades

Formato de Oferta: Presencial

Formato de Oferta: Presencial

Carga horária total do curso: 2400 horas.

Tempo mínimo para integralização: 2 anos (4 semestres).

Tempo regular para integralização: 3 anos (6 semestres).

Tempo máximo para integralização: 5 anos (10 semestres).

Regime acadêmico: Semestral

Turno de oferta: Matutino e Noturno

Número de vagas: 150 vagas anuais, 75 vagas matutino e 75 vagas noturno.

Primeira oferta em 2026: 30 vagas noturno.

Forma de ingresso principal: anual, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), considerando o desempenho no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Estágio: Não há estágio obrigatório.

Campus de Oferta: São José do Rio Preto

Ato de criação: Resolução ConsUni 149 de 10 de junho de 2025⁵; Portaria SERES/MEC Nº 873, de 26 de novembro DE 2025.⁶

⁵

Disponível

em:

https://sei.ufscar.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=2095947&id_orgao_publicacao=0. Acesso em 20 de agosto de 2025.

⁶ BRASIL. Autoriza os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo da Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-seres/mec-n-873-de-26-de-novembro-de-2025-671619189>. Acesso em 20 de janeiro de 2026.

3. BASES LEGAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 003, de 10 mar. 2004. Parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa n. 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em:

BRASIL. Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018 – Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=108221-portaria-315&category_slug=fevereiro-2019-pdf&Itemid=30192.

Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 20/08/2025.

UFSCar. Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar. São Carlos, 2016. Disponível em: <https://www.prograd.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/conselho-de-graduacao/conselho-de-graduacao-arquivos-complementares-ou-duplicados/arquivos-conselho-de-graduacao/regimento-geral-dos-cursos-de-graduacao>. Acesso em 20/08/2025.

UFSCar. RESOLUÇÃO CONJUNTA COG Nº 2/2023. Dispõe sobre a regulamentação da inserção curricular das atividades de Extensão Universitária nos Cursos de Graduação da UFSCar. 2023. Disponível em: <https://www.prograd.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/conselho-de-graduacao/resolucoes/2023/resolucoes-2023/ResolucaoConjunta2.pdf>. Acesso em 20/08/2025.

UFSCar. INSTRUÇÃO NORMATIVA PROGRAD Nº 2, DE 20 de DEZEMBRO de 2024. Estabelece orientações técnicas para a inserção da extensão nos projetos pedagógicos de cursos de graduação. 2024. Disponível em: https://sei.ufscar.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?Z7Fxxbpq-Y6zDWxr0qaRkrqdXbfjS_ML28Tg72azBz5MFxAX7n5_i8o8f8Zf6loMBMXvSgXBR8Cml9gFgLe8QbW7lxP0FG9yeBdvjHjUYYYFdZhGZ_6Pq5s8GbJCvkrZK. Acesso em 20/08/2025.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028. São Carlos, 2024. Disponível em: <https://www.spdi.ufscar.br/arquivos/planejamento/pdi/pdi-2024-2028.pdf>. Acesso em: 20/08/2025.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Perfil do Profissional a ser Formado pela UFSCar. São Carlos, 2008. Disponível em: <http://www.pdi.ufscar.br/aspectos-academicos/perfil-do-profissional>. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares. 2010. Disponível em: https://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-%20bacharelados%20interdisciplinares%20-%20referenciais%20orientadores%20%20novembro_2010%20brasilia.pdf. Acesso em: 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES n. 266, de 6 jul. 2011. Parecer sobre os Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares das Universidades Federais. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8907-pces266-11&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES n. 441, aprovado em 10 de julho de 2020 – Atualização da Resolução CNE/CES n. 2, de 18 de junho de 2007, e da Resolução CNE/CES n. 4, de 6 de abril de 2009, que tratam das cargas horárias e do tempo de integralização dos cursos de graduação. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167061-pces441-20-1&category_slug=dezembro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20/08/2025.

4. APRESENTAÇÃO

4.1 BREVE HISTÓRICO DA UFSCar

A história da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) remonta à década de 1960. Sua fundação ocorreu em 1970, fruto de articulações políticas e educacionais que buscavam descentralizar o acesso ao ensino superior e impulsionar o desenvolvimento regional no interior do estado de São Paulo. O marco legal inicial se deu com a promulgação da Lei Federal nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, posteriormente regulamentada pelo Decreto Federal nº 62.758, de 22 de maio de 1968. Essa regulamentação autorizava a criação da então Universidade Federal de São Paulo, com sede na cidade de São Carlos, que posteriormente recebeu a denominação Universidade Federal de São Carlos, em conformidade com a Lei nº 4.759/1965.

A UFSCar se propôs, desde seu projeto de implantação, a atuar de forma criadora no processo de responder à demanda social por tecnologia de ponta e de maneira autônoma sem perder de vista o cunho multidisciplinar. Desde a sua criação, a UFSCar se destacou pela excelência acadêmica e pelo compromisso com a formação cidadã, tendo iniciado suas atividades acadêmicas, em 13 de março de 1970, com os cursos de Licenciatura em Ciências e Engenharia de Materiais. Ao longo das décadas seguintes, a universidade consolidou sua atuação com a expansão de sua infraestrutura, ampliação do número de cursos e centros acadêmicos, e fortalecimento das atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente, a UFSCar possui quatro campi consolidados: São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino. Em 2024, foi anunciada a implantação do quinto campus, em São José do Rio Preto, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Expansão IFES), do Governo Federal. Este novo campus representa mais um passo na trajetória de expansão e interiorização do ensino superior público, atendendo a uma região com grande demanda e baixa cobertura de matrículas públicas na educação superior.

Cada campus da UFSCar possui uma identidade própria, voltada às especificidades regionais e às vocações econômicas e sociais locais. Em São Carlos, destaca-se a tradição em ciência e tecnologia, com centros acadêmicos voltados para as ciências exatas, biológicas e da saúde, e humanas. Em Araras, o foco recai sobre as ciências agrárias. Sorocaba se caracteriza pela

ênfase em sustentabilidade, gestão e tecnologias aplicadas. Lagoa do Sino, por sua vez, adota como princípios norteadores o desenvolvimento territorial sustentável, a soberania e segurança alimentar, e a valorização da agricultura familiar. Em São José do Rio Preto, o foco nas conexões interdisciplinares Justiça Social, Resiliência e Sustentabilidade e Território Inovador orientam as diretrizes de atuação do Campus no ensino de graduação e pós-graduação, na extensão e na pesquisa.

A UFSCar oferece atualmente 68 de cursos de graduação presenciais, distribuídos nos campi de São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino. O campus São Carlos se divide em 3 centros acadêmicos – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET) e Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) – que, juntos, ofertam 43 cursos de graduação em diferentes áreas do conhecimento. O campus Araras tem um único centro acadêmico, o Centro de Ciências Agrárias (CCA), com 6 cursos de graduação. Já o campus Sorocaba tem 14 cursos de Graduação distribuídos por 3 centros acadêmicos: Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia (CCGT), Centro de Ciências Humanas e Biológicas (CCHB) e Centro de Ciências e Tecnologias para Sustentabilidade (CCTS). Lagoa do Sino, tem um Centro Acadêmico – CCN – e conta com 5 cursos de graduação. Além do novo Centro de Artes, Humanidades e Tecnologia (CAHT), do Campus São José do Rio Preto, que adicionará aos 68 cursos ativos, outros 9 cursos de graduação em regime de ciclos: 3 bacharelados interdisciplinares, seguidos por 6 cursos de segundo ciclo. A UFSCar, ainda, conta com 2 cursos de graduação no formato de oferta à distância (EaD).

Nos primeiros 20 anos de existência da UFSCar, a instituição foi marcada por uma profunda expansão de infraestrutura e de seu quadro de pessoal, possibilitando o oferecimento de uma ampla variedade de cursos de graduação e pós-graduação. Atualmente, a UFSCar tem 60 programas de pós-graduação (PPGs), distribuídos nos quatro campi já consolidados.

A internacionalização é outro pilar fundamental da UFSCar. A instituição mantém convênios e parcerias com diversas universidades e centros de pesquisa ao redor do mundo, promovendo intercâmbios, projetos conjuntos e cooperação científica. A atuação internacional da universidade é refletida,

também, em rankings e indicadores acadêmicos, nos quais a UFSCar figura entre as melhores universidades federais brasileiras.

Diante do breve histórico apresentado, é possível afirmar que ao ampliar a oferta de cursos, diversificar as áreas de atuação e ainda, se instalar em outras regiões do Estado, a UFSCar continua possibilitando não somente a formação de profissionais capacitados, mas também ampliando a produção e disseminação de conhecimento, cultura e arte relevantes para a sociedade. Além disso, intensifica a sua interlocução com a sociedade à medida que suas ações estão atreladas ao atendimento das demandas sociais das regiões onde se localiza cada um de seus cinco campi, reafirmando os seus princípios institucionais: excelência acadêmica com compromisso social.

4.2. PERFIL E MISSÃO INSTITUCIONAL DA UFSCar

A UFSCar, ao longo de sua trajetória, tem se consolidado como uma instituição pública de referência, guiada por uma missão institucional clara e consistente, baseada na tríade indissociável de ensino, pesquisa e extensão. Sua missão é "ensinar, pesquisar, produzir e tornar acessível o conhecimento", promovendo o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social do país com qualidade, responsabilidade e compromisso ético. A missão deve ser implementada por meio de políticas que valorizem preceitos éticos, morais e sociais, e que fortaleçam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a relação dialógica da Instituição com diferentes segmentos da sociedade, de tal forma que, sendo parte dela, contribua para a construção de uma sociedade democrática, justa e ambientalmente sustentável.

Esse propósito institucional reflete-se em todas as ações desenvolvidas pela universidade, que busca contribuir de forma significativa para a transformação da sociedade brasileira, promovendo a formação cidadã, a inclusão social, a justiça, a equidade, a sustentabilidade e a inovação. A UFSCar valoriza a pluralidade de ideias, a liberdade acadêmica, a ética, o respeito às diferenças e a responsabilidade social e ambiental como princípios norteadores de sua atuação.

4.2.1 VISÃO E VALORES

A UFSCar adota como princípio a formação integral dos estudantes, voltada para o desenvolvimento de competências técnicas, científicas, humanas, éticas e sociais. Essa formação visa preparar os egressos para atuarem de forma crítica e criativa em diferentes contextos profissionais e sociais, contribuindo para a transformação da realidade.

Esta Universidade tem como visão sua consolidação como uma instituição geradora e disseminadora do conhecimento, cujos compromissos fundamentais e determinantes institucionais dos seus planos de ação refletem valores que se baseiam na democracia, na equidade e no desenvolvimento social sustentável, construídos socialmente pela comunidade acadêmica e materializados nos seguintes princípios:

- Excelência acadêmica;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Compromisso com a sociedade;
- Promoção da acessibilidade, inclusão e equidade social;
- Gratuidade do ensino público de graduação e pós-graduação;
- Gestão democrática, participativa e transparente;
- Promoção de valores democráticos e da cidadania;
- Promoção do livre acesso ao conhecimento;
- Compromisso com a responsabilidade ambiental responsável e sustentabilidade;
- Integração ao Sistema Nacional de Ensino.

4.2.2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

A UFSCar enfatiza ainda a importância da interdisciplinaridade, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e da valorização da diversidade cultural, étnica, regional e de saberes. A universidade se compromete com a qualidade da formação acadêmica, a inclusão de grupos historicamente marginalizados e a promoção da justiça social como missão institucional.

Esta Universidade tem, também, o compromisso de disseminar o conhecimento produzido a partir de suas atividades de ensino, aliadas às de pesquisa e às de extensão, ao alcance e serviço da sociedade, concorrendo

para que ela se torne mais democrática, solidária e justa. Busca, ainda, garantir a qualidade educacional, por meio de uma efetiva política de capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo, além de uma ampla participação dos alunos nos diversos aspectos da vida universitária.

Os objetivos institucionais constituem, assim, diretrizes permanentes, segundo a identidade da instituição, que conduzem ao estabelecimento das diversas Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa, Extensão, Responsabilidade Social, Educação Inclusiva, Responsabilidade Ambiental, Apoio ao Discente, Avaliação e Gestão. Os objetivos Institucionais da UFSCar são:

1. Promover ações de valorização da graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, em todas as modalidades (presencial e a distância), garantindo sua indissociabilidade.

2. Promover a articulação e sinergia das atividades de ensino, pesquisa e extensão em todas as modalidades (presencial e a distância), garantindo a qualidade de todas as atividades e o equilíbrio entre elas.

3. Promover a inserção do ensino, da pesquisa e da extensão da UFSCar no esforço de compreensão e busca de soluções para problemas nacionais, regionais e locais da realidade brasileira.

4. Estimular e apoiar ações que contribuam para afirmar a identidade pautada na diversidade da UFSCar, ampliando a oferta de oportunidades de convivência com a diversidade aos membros das comunidades interna e externa.

5. Ampliar e aprimorar as políticas de atendimento à diversidade, de necessidades de acolhimento e apoio à comunidade discente em diferentes momentos das trajetórias acadêmicas.

6. Defender a gratuidade dos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu.

7. Fortalecer e ampliar a cooperação acadêmica nacional e internacional com vistas à excelência na produção acadêmica e ao desenvolvimento democrático e à sustentabilidade socioambiental, criando mecanismos que favoreçam a participação de todos(as) os (as) interessados (as).

8. Promover a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade, bem como a pluralidade epistemológica, nas atividades

de ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis de formação e modalidades (presencial e a distância).

9. Analisar continuamente a necessidade de ampliação da oferta de cursos e do número de vagas em todas as modalidades (presencial e a distância), a partir de estudos de demanda e de impacto e de diagnóstico dos recursos disponíveis, realizando a expansão com equilíbrio entre as áreas do conhecimento e manutenção da qualidade da formação oferecida.

10. Garantir e aprimorar continuamente a qualidade dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão em todas as modalidades (presencial e a distância).

11. Promover atividades que articulem os conhecimentos acadêmicos com aqueles oriundos das diferentes culturas que compõem a nação brasileira.

12. Incentivar a utilização de referenciais de qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão envolvendo a modalidade a distância.

13. Fortalecer a cultura de inovação e a formação de lideranças empreendedoras na UFSCar.

14. Garantir a prática de atividades acadêmicas norteadas por preceitos éticos.

15. Promover respeito, compreensão e diálogo na diversidade e pluralismo social, étnico-racial e cultural como parte da produção do conhecimento e do pleno exercício da cidadania.

16. Garantir livre acesso ao conhecimento produzido e disponibilizado pela UFSCar, ampliando, diversificando e dando visibilidade aos meios e suportes de disseminação disponíveis, com respeito à propriedade intelectual.

17. Promover, incentivar e dar suporte à política de inclusão digital, desenvolvimento, aperfeiçoamento e integração das tecnologias de informação e comunicação em todos os níveis da Instituição e em todos os processos acadêmicos e administrativos, compreendendo-as como favorecedoras do livre acesso ao conhecimento, da inovação, da otimização de recursos e da manutenção da memória da UFSCar.

18. Promover e incentivar a ambientalização e a humanização das atividades universitárias, incorporando as temáticas ambientais, da diversidade cultural, das desigualdades sociais e da cidadania nas atividades acadêmicas

(ensino, pesquisa e extensão), administrativas e na formação profissional continuada.

19. Elaborar estudos de viabilidade e pertinência da implantação de escolas de aplicação em diferentes níveis de ensino (Educação Infantil e Ensinos Fundamental, Médio e Técnico), visando a produção de conhecimento na área de educação e a ampliação e enriquecimento dos campos de atuação para os estudantes dos cursos de licenciatura.

20. Promover a internacionalização nos diferentes setores da universidade, ampliando o acesso ao aprendizado em língua estrangeira e estimulando a conexão dos saberes locais com as redes de pesquisa internacionais.

4.3 O PAC EXPANSÃO 2024 E CRIAÇÃO DO NOVO CAMPUS SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

A criação do novo campus da UFSCar em São José do Rio Preto, é um marco histórico que simboliza um novo ciclo de expansão da educação superior pública e gratuita no Brasil. Esse processo foi viabilizado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Expansão IFES, lançado em junho de 2024 pelo Governo Federal, que previu a implantação de dez novos campi de universidades federais em todas as regiões do país. A proposta visa responder às desigualdades regionais no acesso ao ensino superior, especialmente em regiões com baixa oferta de matrículas públicas, como é o caso do noroeste paulista.

São José do Rio Preto foi escolhida para receber um novo campus da UFSCar considerando diversos fatores estratégicos. A cidade é um importante polo regional, com uma população estimada em mais de 460 mil habitantes, e exerce influência direta sobre cerca de 1,6 milhão de pessoas em sua região administrativa. Além disso, a cidade apresenta indicadores sociais e econômicos robustos, com destaque para o setor de serviços, educação, saúde e tecnologia. No entanto, apesar de sua relevância regional, a presença da educação superior pública era limitada, o que evidenciava a necessidade de expansão.

O processo de implantação do novo campus teve início formal com a aprovação dos procedimentos para a implantação, em dezembro de 2024, pelo Conselho Universitário (ConsUni) da UFSCar conforme Ato Administrativo

357/2024 do ConsUni, que estabeleceu as premissas para o Campus de São José do Rio Preto. Essa etapa foi desenvolvida por um grupo de trabalho multidisciplinar e se baseou em ampla análise do território, dados demográficos, socioeconômicos, educacionais e ambientais da região, bem como em consultas à comunidade acadêmica e audiências públicas realizadas ao longo de 2024 e 2025, o resultado está apresentado no Documento Referência de Implantação do Campus da UFSCar em São José do Rio Preto . Um dos objetivos foi garantir que o novo campus estivesse alinhado com as demandas locais e vocações regionais, promovendo uma integração efetiva com o contexto socioeconômico.

Os levantamentos de dados, como indicadores sociais, econômicos e educacionais, complementado pelo mapeamento da percepção dos diferentes segmentos sociais do município de São José do Rio Preto, bem como pelas demandas e expectativas da comunidade em relação à criação do novo campus da UFSCar, somadas a discussão do diagnóstico preliminar do município e região com todos os campi, centros acadêmicos e categorias da UFSCar, permitiu alcançar uma visão ampla sobre as possibilidades de contribuição desta universidade com aquela região, e que levaram à convergência para uma formação de caráter interdisciplinar como alternativa para atuar sobre problemas complexos e, ao mesmo tempo, mitigar as dificuldades decorrentes de uma formação hiper especializada, frente às incertezas de um mundo em transformação. Assim, foi definido para o novo campus a oferta de cursos interdisciplinares, organizados em regime de ciclos, orientados pelas conexões interdisciplinares da Justiça Social, Resiliência e Sustentabilidade e Território Inovador.

O Bacharelado Interdisciplinar em Artes, tem como cursos de segundo ciclo o Bacharelado em Artes Cênicas e o Bacharelado em Produção Cultural. Por sua vez, o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades (BICH) integra no segundo ciclo os Bacharelados em Serviço Social, e Arquitetura e Urbanismo com Ênfase em Habitação de Interesse Social. Por fim, o Bacharelado em Ciência, Tecnologia e Inovação (BICTI), segue no segundo ciclo com os Bacharelados em Inteligência Artificial e Ciência de Dados, e Engenharia de Manufatura e Design (MaDe).

Os bacharelados interdisciplinares da UFSCar, dentre eles o BICH, seguem um modelo com uma estrutura curricular flexível, baseada em competências, que permite ao estudante construir percursos formativos diversificados e adaptados às suas vocações e interesses.

A implantação do campus de São José do Rio Preto será realizada em etapas, conforme o planejamento institucional aprovado pelo ConsUni. Inicialmente, tem-se a definição da área física, construção de infraestrutura mínima para o funcionamento acadêmico e administrativo, contratação de docentes e técnicos-administrativos, além da oferta dos bacharelados interdisciplinares em Artes, Ciências e Humanidades, e Ciência, Tecnologia e Inovação provisoriamente no Instituto Federal de São Paulo (IFSP) em São José do Rio Preto. Nas fases subsequentes, além das ofertas dos cursos de segundo ciclo, está prevista a expansão da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, consolidação de centros de pesquisa, implantação de laboratórios, e criação e aperfeiçoamento de políticas de permanência estudantil, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento pleno das atividades acadêmicas.

4.4. CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS E HUMANIDADES

A universidade pública, ao se expandir, assume a responsabilidade de promover o desenvolvimento social, econômico e cultural dos territórios no qual está inserida. A implantação de um novo campus da UFSCar em São José do Rio Preto reforça o papel da instituição como agente de fomento à interdisciplinaridade, à inovação e inclusão social, fortalecendo sua missão de transformar a realidade local por meio da formação profissional atenta à conjuntura nacional e internacional.

A estruturação do Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades (BICH) teve início no contexto promovido pelos debates realizados junto à comunidade do município de São José do Rio Preto e região para identificar expectativas decorrentes de sua criação. Os debates promovidos a partir do ano de 2024 evidenciaram a necessidade de um modelo educacional visionário, inclusivo e abrangente dentro das capacidades da UFSCar em ofertar novos cursos. Ao considerar as especificidades e características regionais, o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades procura atender, portanto, demandas

históricas por acesso ao conhecimento e à formação crítica, fortalecendo ainda mais, a atuação da UFSCar como catalisadora da economia criativa.

A partir dos grupos focais organizados pela UFSCar junto à sociedade civil, foi possível detectar a carência oferta de cursos de licenciaturas principalmente daqueles voltados à promoção do bem-estar, dos direitos humanos e da inclusão social, reforçando os ideais e as expectativas da população de São José do Rio Preto e região quanto à oferta de cursos voltados às Humanidades. Portanto, a proposição de cursos interdisciplinares para a formação de cidadãos conscientes e profissionais comprometidos com a transformação social tornou-se prioritária, incorporando, sobretudo, os conceitos de sustentabilidade, resiliência, inovação e justiça social. Tais constatações reforçaram a urgência em se estabelecer modelos pedagógicos flexíveis e que dialogassem com as rápidas transformações sociais, econômicas e culturais e as demandas atuais.

A configuração do BICH aqui proposta traz a luz a relevância de temas como meio ambiente, resiliência e sistemas complexos, considerando a urgência imposta pela crise climática, sem deixar de lado conceitos clássicos de sociologia, filosofia, inovação, direitos humanos e relações étnico raciais em um primeiro ciclo básico de formação. O segundo ciclo de formação abre a possibilidade de escolha para outros dois cursos de graduação específicos, ou seja, Arquitetura e Urbanismo com ênfase em Habitação de Interesse Social (HIS) e Serviço Social.

A formação do BICH, articulada aos cursos de Arquitetura e Urbanismo ou Serviço Social, se fortalece por meio da atuação conjunta de diferentes perfis profissionais que se estabelecem em um escritório modelo de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social comum aos três cursos. Essa iniciativa possui elevado potencial de dinamismo acadêmico ao integrar ensino, pesquisa e extensão em uma plataforma comum, já incorporada aos currículos formativos.

O escritório modelo tem como objetivo desenvolver ações de intervenção em comunidades socialmente vulneráveis, especialmente em contextos marcados pela precariedade habitacional e pelo limitado acesso à infraestrutura e aos direitos constitucionais. O escritório modelo também poderá atuar em parcerias com organizações da sociedade civil ou poder público nas três esferas de governança, municipal, estadual ou federal. Há também a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos junto ao terceiro setor ou a iniciativa privada, desde que as ações extensionistas propostas se caracterizem pela responsabilidade social e ambiental. Portanto, a proposta busca incorporar a extensão universitária de forma concreta e eficaz à formação acadêmica, permitindo que os estudantes, docentes, pesquisadores

e técnicos administrativos atuem junto à comunidade em um ambiente fundamentado no tripé da universidade pública brasileira: ensino, pesquisa e extensão.

5. PERFIL DO CURSO E JUSTIFICATIVA

O processo de definição dos cursos do novo Campus da UFSCar em São José do Rio Preto foi baseado em levantamentos de informações socioeconômicas e territoriais, subsidiado a discussões tratadas em grupos focais com a comunidade local e acadêmica, organizadas pelo GT-SJRP. Para compreender a percepção da sociedade sobre a instalação do campus, os encontros envolveram seis segmentos sociais: entidades empresariais, instituições de ensino superior, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, Legislativo e Executivo municipais. Paralelamente, a UFSCar realizou reuniões com todos os Centros Acadêmicos — CECH, CCET, CCBS, CCA, CCN, CCGT, CCTS e CCHB — e representantes sindicais, visando identificar potencialidades regionais e contribuições de cada área do conhecimento. O levantamento de indicadores socioeconômicos e educacionais, somado às percepções da comunidade, permitiu compreender as demandas e potencialidades locais, orientando a proposta de cursos compatíveis com o território e com as capacidades institucionais da UFSCar. Os debates confirmaram a necessidade de uma formação interdisciplinar como estratégia para lidar com problemas complexos e superar os limites da especialização excessiva, consolidando os eixos acadêmicos do campus: Justiça Social, Resiliência e Sustentabilidade e Território Inovador.

A seleção dos cursos seguiu critérios estabelecidos pelo GT-SJRP, considerando baixa ou inexistente oferta regional, custos estimados para implementação, disponibilidade de infraestrutura, sobreposição com outros campi, impacto acadêmico, social e econômico, e conexão interdisciplinar. A partir dessas análises, priorizaram-se temas referentes à Resiliência e Sustentabilidade, Justiça Social e Território Inovador, alinhados às recomendações da 5ª CNCTI. As discussões também contemplaram desafios da educação pública, inovação pedagógica, curricularização da extensão, acesso de estudantes trabalhadores, transdisciplinaridade e autonomia formativa.

O modelo pedagógico adotado será em ciclos de formação, já presente em 17 universidades federais, com bacharelado interdisciplinar no primeiro ciclo, formações específicas no segundo e pós-graduação no terceiro. Entre os cursos definidos, destaca-se o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades, com formações em Serviço Social e Arquitetura e Urbanismo voltada à habitação de interesse social. A interdisciplinaridade entre Arquitetura e Serviço Social se dará por meio de um escritório modelo, articulando ações de extensão e pesquisa visando impactos sociais.

O diagnóstico socioeconômico evidenciou desigualdades e injustiças sociais relacionadas à violência, habitação, segregação socioespacial e planejamento urbano. Nesse contexto, o eixo da Justiça Social assume centralidade, inspirando-se em

autores como Nancy Fraser (2002) ao valorizar não apenas a redistribuição, mas também o reconhecimento da diversidade — étnico-racial, cultural, de gênero e de sexualidade — e a representatividade nos espaços de decisão. Essa perspectiva, de natureza interdisciplinar e transversal, permite integrar temas de justiça social a todas as formações do novo Campus.

As mudanças climáticas, amplamente documentadas pelo IPCC, já comprometem a estabilidade ambiental e social, aumentando a frequência de eventos extremos e agravando desigualdades. Nesse contexto, a universidade assume papel estratégico na formação de profissionais e na produção de conhecimento voltados à mitigação dos impactos ambientais e à construção de sociedades mais sustentáveis. A crise ambiental e a emergência climática também foram ressaltadas nos grupos focais como desafios centrais do século XXI, exigindo respostas urgentes orientadas pelos princípios de Resiliência e Sustentabilidade.

A análise do território também revelou o potencial da região para a inovação, impulsionado por diversas iniciativas e avanços institucionais em âmbito local, que potencializam a integração da universidade ao setor produtivo regional. Esse ambiente favorece a criação de tecnologias limpas, o empreendedorismo social e o desenvolvimento regional baseado em ciência, ética e sustentabilidade — consolidando o campus como um polo de inovação comprometido com o futuro do planeta.

O Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades propicia ao estudante uma formação integral para despertar a capacidade de identificar e resolver problemas, enfrentar desafios e responder a novas demandas da sociedade contemporânea. Logo, são valorizadas ações metodológicas para o desenvolvimento científico, o senso crítico e a atitude investigativa, sobretudo para a produção do conhecimento pautada na sensibilidade às desigualdades sociais e no reconhecimento da diversidade dos saberes e das diferenças étnico-culturais.

As atividades formativas estão estruturadas para que o estudante desenvolva habilidades de comunicação e argumentação em suas múltiplas formas, trabalhando sempre eticamente em equipes e em redes nas esferas profissional, acadêmica e interpessoais. É desejável que o egresso desenvolva uma postura propositiva, flexível e aberta diante das dinâmicas do mundo do trabalho ao longo do curso, articulando tais competências aos princípios do empreendedorismo nos setores público, privado e no terceiro setor. Além disso, deve demonstrar capacidade de atuação em contextos complexos e em cenários de imprecisões e incertezas, interagindo de forma colaborativa e propondo aprimoramentos em processos que envolvem a tomada de decisões relacionadas a aspectos humanos na sociedade e nas organizações.

Ao desenvolver a capacidade de atuar em áreas de fronteira e nas interfaces entre diferentes disciplinas e campos do saber, o egresso desse campo de estudos se destaca por sua visão interdisciplinar, essencial para à construção de soluções inovadoras em contextos locais, regionais ou globais, promovendo uma compreensão sensível das diversidades culturais, econômicas e ambientais. Tal perspectiva se fundamenta na construção de políticas, práticas e projetos que respeitem a pluralidade e contribuam para o desenvolvimento social.

Além disso, o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades reforça o comprometimento com a sustentabilidade e a resiliência nas relações entre ciência, tecnologia, economia, sociedade e ambiente, estimulando uma postura ética diante dos impactos das ações humanas sobre o planeta e as comunidades. O egresso é incentivado a refletir sobre as consequências de suas decisões frente a diversidade de interesses dos setores da sociedade, procurando sempre equilibrar transformações sociais e a conquista de direitos.

Por fim, a capacidade de utilizar novas tecnologias que sustentam as atividades profissionais e o permanente processo de aprendizado estimulado nos cursos da UFSCar revela-se como um diferencial importante na formação humanística contemporânea. Longe de se opor ao avanço tecnológico, as atividades interdisciplinares em humanidades incorporam ferramentas tecnológicas de maneira ponderada, criativa e ética, ampliando as possibilidades de comunicação, de pesquisa e de intervenção social.

6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

6.1 POLÍTICAS DE ENSINO

A UFSCar oferece cursos de graduação e pós-graduação de elevada qualidade, proporcionando aos estudantes uma formação consistente para que sejam capazes de enfrentar desafios da sociedade brasileira, tanto no âmbito profissional quanto acadêmico. Em geral, os cursos de graduação da UFSCar adotam abordagens multidisciplinares e cada vez mais integradas, enfatizando a formação holística.

A UFSCar atua atentamente às transformações da sociedade contemporânea para atender às diversas demandas sociais, por meio da flexibilidade das ações educativas para atendimento aos grupos sociais distintos e com necessidades específicas e sua inserção territorial, aprimorando as trocas culturais como suporte ao processo de ensino-aprendizagem.

A educação emancipatória, democrática, que coloque o estudante como protagonista de seu aprendizado, desenvolvendo sua autonomia para aprender para a vida, são premissas fundamentais para a elaboração do escopo do conjunto de atividades formativas de todos os cursos de graduação da UFSCar, sobretudo no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar para o período de 2024 a 2028 estabelece um conjunto de diretrizes voltadas à consolidação de uma universidade comprometida com a formação integral, a excelência acadêmica e a responsabilidade social. Entre as principais questões, destaca-se o incentivo ao trabalho interdisciplinar, promovendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, tanto internamente quanto em parceria com outras instituições e redes de conhecimento. Essa integração busca ampliar as experiências formativas dos estudantes e fortalecer a inserção e o impacto social da ciência produzida pela Universidade.

O PDI valoriza atividades pedagógicas que unem teoria e prática, estimulando a autonomia e o protagonismo discente. Nesse sentido, a diversidade de metodologias de ensino, o uso de novas tecnologias e a formação continuada dos docentes aparecem como pilares essenciais para a inovação nos processos educacionais.

A sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social, econômica e cultural, se faz cada vez mais presente nas dinâmicas de formação, na pesquisa e na extensão.

O rigor científico, a promoção do pensamento crítico e o estímulo à produção de conhecimento consolidam o papel da Universidade como espaço de geração e disseminação de saberes comprometidos com a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e democrática.

Para fortalecer acesso, permanência e sucesso acadêmico, articulam-se programas e projetos de ensino e apoio estudantil: Cheganças (acolhimento), ProEstudo, Pré-cálculo, Em Redes, Programa de Monitoria, PAAEG (tutorias e apoio acadêmico) e Promoção de Acessibilidade, somados a ações planejadas de acompanhamento acadêmico e pedagógico (como CAAPE/DeEGs), com atenção a ingressantes e a públicos prioritários. Alguns dos programas são apresentados a seguir:

Projeto Cheganças

O Projeto Cheganças é uma iniciativa da UFSCar voltada ao acolhimento e à integração dos estudantes ingressantes. Por meio do da página eletrônica <https://www.cheguei.ufscar.br/>, a Universidade oferece um espaço virtual que reúne informações essenciais sobre a vida acadêmica, como horários e locais de aula, uso das plataformas virtuais, bolsas de assistência estudantil, bibliotecas e serviços institucionais. Além de orientar, o projeto busca aproximar os novos estudantes da comunidade universitária, promovendo um início de trajetória mais acolhedor e participativo. O Cheganças representa a porta de entrada para a vivência na comunidade acadêmica, fortalecendo o sentimento de pertencimento e o compromisso institucional com a inclusão e o bem-estar estudantil.

ProEstudo

O ProEstudo é um programa da UFSCar criado pelo Departamento de Psicologia e apoiado pela Pró-Reitoria de Graduação. Seu objetivo é ajudar estudantes de graduação a desenvolver estratégias de estudo mais eficazes, prevenindo dificuldades acadêmicas como evasão e repetência. Baseado na Análise do Comportamento, o programa oferece ações e materiais que promovem o aperfeiçoamento dos hábitos de aprendizagem e o fortalecimento da autonomia estudantil.

Tutoria PAAEG

Programa de Acompanhamento Acadêmico aos Estudantes de Graduação da UFSCar (PAAEG) é uma iniciativa da Pró-Reitoria de Graduação que tem como objetivo oferecer apoio aos estudantes ingressantes e àqueles que apresentam dificuldades ou baixo rendimento nas disciplinas iniciais de seus cursos.

Regulamentado pela Resolução nº 88/2017 do Conselho de Graduação da UFSCar, o programa conta com tutoras e tutores, estudantes de graduação selecionados e capacitados para realizar atendimentos individuais ou em grupo. Essas atividades são supervisionadas por docentes ou, em situações excepcionais, por servidoras e servidores técnico-administrativos.

O PAAEG promove sessões de estudo assistido, destinadas a estudantes que necessitam de acompanhamento pedagógico. Os participantes são convidados a frequentar essas sessões ao longo de várias semanas, de modo a garantir um acompanhamento contínuo e efetivo de seu processo de aprendizagem. Há também tutores designados especificamente para o atendimento de estudantes indígenas e estrangeiros, assegurando um ambiente inclusivo e acolhedor.

A seleção de tutores ocorre no início de cada semestre letivo, conforme a publicação dos editais específicos. Por meio dessa ação, a UFSCar reafirma seu compromisso com a permanência estudantil, a qualidade do ensino e a valorização da diversidade em seus espaços acadêmicos.

A Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade - SAADE

Desde a sua criação, a SAADE tem atuado na elaboração, implementação, avaliação e acompanhamento das ações afirmativas na UFSCar, correlacionando ações integrativas de ingresso e permanência estudantil. Vislumbra-se em um futuro próximo, atuar também na orientação e estímulo para a inserção no mercado de trabalho.

As políticas de ações afirmativas têm como objetivo tornar o ensino superior inclusivo destinando as vagas aos estudantes de baixa renda.

Os programas e políticas de permanência estudantil são iniciativas das universidades e do governo para garantir o direito e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade na Universidade. Entre as iniciativas da SAADE, destaca-se o serviço de Acompanhamento de Pessoas com Deficiência, que disponibiliza servidores da Coordenadoria de Inclusão e Direitos Humanos que poderá identificar, encaminhar e acompanhar as necessidades especiais do estudante para o acolhimento mais adequado e incentivo à Permanência Estudantil.

6.2 POLÍTICAS DE PESQUISA

A UFSCar caracteriza-se como uma instituição multicampi, consolidada pela efetiva indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Desde sua criação, a Universidade tem se orientado pelo compromisso com a excelência acadêmica, a democratização do conhecimento e a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, social e sustentável.

As atividades de pesquisa desenvolvidas na UFSCar visam à produção e à disseminação de novos conhecimentos científicos, contribuindo para o avanço da sociedade e para o fortalecimento de um ambiente acadêmico pautado pela interdisciplinaridade, inovação e competitividade em relação a instituições de excelência nacional e internacional. Essa diretriz institucional está alicerçada em princípios e valores como a excelência acadêmica, o livre acesso ao conhecimento, a responsabilidade ambiental e a sustentabilidade. Tais fundamentos, consolidados ao longo da trajetória da Universidade e reafirmados no Plano de Desenvolvimento Institucional (2024-2028), expressam o compromisso da UFSCar com a democracia, a equidade e o desenvolvimento social sustentável.

A estrutura organizacional e acadêmica da UFSCar é reconhecida por sua solidez e pela integração plena entre ensino, pesquisa e extensão. Essa articulação tem resultado em significativa produção técnica e científica, colocando a Universidade entre as instituições brasileiras mais destacadas.

No campus de São José do Rio Preto, a UFSCar reafirma suas premissas institucionais ao promover a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. A interdisciplinaridade, reconhecida como um desafio contemporâneo e estratégico, orienta a adoção de temas

transversais nos diversos cursos e programas da instituição. Entre esses eixos, destacam-se a Justiça Social, Resiliência, Sustentabilidade e Território Inovador, que integram o conceito de um ecossistema de governança colaborativa e inovação regional.

Integração Institucional

A UFSCar também investe na integração entre ensino superior e educação básica, promovendo ações de extensão e pesquisa voltadas à participação de estudantes do Ensino Médio, com o objetivo de despertar o interesse pela formação universitária e pela iniciação científica. Nesse contexto, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), desenvolvido em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPq) e a Pró Reitoria de Extensão (ProEx) que incentivam a formação de novos pesquisadores e amplia o acesso às atividades científicas, incluindo ações afirmativas que asseguram maior equidade e inclusão, sobretudo em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

Infraestrutura

A infraestrutura compartilhada de pesquisa, que inclui laboratórios e equipamentos multiusuários, potencializa a realização de projetos interdisciplinares e amplia o alcance institucional por meio da oferta de programas de iniciação científica e de pós-graduação stricto sensu e lato sensu. Essas ações reforçam a presença da Universidade no território e fortalecem o vínculo entre a pesquisa acadêmica, a inovação tecnológica e as vocações regionais, procurando fomentar o desenvolvimento de empresas de base tecnológica e empreendimentos de caráter inovador, contribuindo para o progresso socioeconômico local.

Internacionalização

A internacionalização da instituição e suas ações constituem em um eixo estratégico da política institucional da UFSCar, voltada à consolidação da Universidade como referência em ensino superior de excelência e como polo internacional de produção e difusão de conhecimento científico. Os programas de mobilidade acadêmica, muitos gerenciados pela Secretaria Geral de

Relações Internacionais (SRInter) proporcionam aos estudantes experiências formativas em instituições estrangeiras, favorecendo o desenvolvimento de competências linguísticas, culturais e técnico-científicas. Além disso, a UFSCar promove cursos de línguas estrangeiras, apoia estudantes em intercâmbios, fomenta a criação de grupos de pesquisa internacionais e incentiva a participação em eventos técnico científicos de caráter global.

A Política de Internacionalização da UFSCar instituída pela Resolução CONSUNI nº 32, de 4 de julho de 2025, orienta ações de ensino para incentivar a participação da UFSCar em eventos, redes e programas internacionais, fortalecendo o intercâmbio de saberes e práticas pedagógicas.

Outro eixo fundamental é o engajamento institucional com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando o compromisso da UFSCar com a sustentabilidade, a equidade e o desenvolvimento global.

Há três disciplinas no BICH que apresentam questões internacionais, são elas:

- Direitos Humanos e Relações Étnico Raciais em que são discutidos conflitos globais e imigração;
- Estado e Relações de Poder em que são discutidos conflitos contemporâneos e conceitos de cooperação internacional e;
- Fundamentos da Política que aborda questões geopolíticas e estratégicas e conceitos de relações internacionais.

Gestão de Projetos Científicos

A ProPq desempenha papel fundamental na gestão das atividades científicas e tecnológicas da comunidade acadêmica. Entre suas atribuições, destacam-se a avaliação dos indicadores de produção científica, a administração de programas de junto às agências federais e estaduais de fomento à pesquisa como CAPES, CNPq, FAPESP e FINEP.

A ProPq também apoia o intercâmbio internacional de pesquisadores e, em articulação com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (ProGPe), coordena os afastamentos docentes para atividades de pesquisa no país e no exterior, contribuindo para o fortalecimento da internacionalização e da excelência acadêmica da Universidade.

A transversalidade da internacionalização, associada à extensão e à pós-graduação lato sensu, vem sendo incorporada de forma planejada nas políticas institucionais. A Universidade tem buscado ampliar suas parcerias, considerando iniciativas como programas de dupla diplomação e colaborações não hegemônicas, fortalecendo a troca de saberes e a produção conjunta de conhecimento científico e tecnológico. De forma geral, a UFSCar destaca-se por seu caráter acolhedor e inclusivo, oferecendo também um ambiente acadêmico receptivo a estudantes, docentes e pesquisadores estrangeiros, pautado no respeito à diversidade cultural e na valorização das trocas de saberes o que fortalece ainda mais a pesquisa científica e seu impacto social.

Oportunidades e Desafios

No contexto do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades, tais políticas assumem especial relevância, pois possibilitam a vivência de práticas investigativas que transitam entre as ciências exatas, naturais, sociais e humanidades, incentivando o pensamento crítico e a formação ampla. A pesquisa, nesse formato, é compreendida não apenas como instrumento de avanço científico, mas como processo formativo que promove a autonomia intelectual e a reflexão ética sobre o impacto social da ciência.

Em consonância com seu caráter público e democrático, a UFSCar assegura que suas políticas de pesquisa sejam pautadas pela equidade, pela diversidade e pela inclusão, garantindo a todos o acesso a oportunidades de formação e produção científica. Esse compromisso reforça o papel da universidade como espaço de acolhimento, de diálogo e de construção coletiva do conhecimento, no qual o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades encontra terreno fértil para o desenvolvimento de uma formação ampla, crítica e comprometida com os desafios da sociedade.

É princípio fundamental da UFSCar que as atividades de pesquisa sejam desenvolvidas de forma colaborativa por docentes, discentes e servidores técnico-administrativos observando critérios de equidade e fomentando a participação de toda a comunidade acadêmica. Para assegurar o cumprimento desse objetivo, a Universidade estabelece diretrizes claras em suas políticas de pesquisa, incluindo a promoção da atuação do Escritório de Apoio Institucional à Pesquisa, o fortalecimento das cooperações com grupos de pesquisa

nacionais e internacionais, bem como o estímulo ao diálogo qualificado com agências de fomento no Brasil e no exterior.

O itinerário formativo inclui disciplinas na matriz curricular e propõe e incentiva ações em que o estudante terá contato especificamente com a pesquisa acadêmica.

Algumas das disciplinas e ações relacionadas à pesquisa:

- **Práticas Integradoras em Humanidades**

Esta disciplina se dedica à desenvolver atividades multidisciplinares envolvendo a prática profissional e a assistência técnica em projetos sociais, por meio de dinâmicas de integração entre universidade e comunidade. As atividades têm por finalidade contribuir para a estruturação de atividades vinculadas ao escritório modelo.

- **Práticas em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social
ATHIS**

Esta disciplina se estabelece como um meio para incorporar conceitos na elaboração de propostas, no desenvolvimento e no acompanhamento de processo de assistência técnica em HIS. Para tal finalidade, se vale do estudo de leis relacionadas a ATHIS, bem como o estudo do histórico da habitação de Interesse Social no Brasil e na América Latina. As atividades da disciplina de Práticas em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social ATHIS se vinculam ao escritório modelo de Arquitetura e Urbanismo e Serviço Social de tal modo a apoiar tanto a pesquisa quanto à extensão universitária.

- **Fundamentos de Estatística**

Entre as atividades e assuntos tratados na disciplina Fundamentos de Estatística estão os conceitos básicos de estatística descritiva e inferencial aplicados às ciências sociais, a organização e a interpretação de dados sociais. Medidas de tendência central e de dispersão. A leitura crítica de indicadores sociais e de pesquisas quantitativas em políticas públicas complementam o ferramental para aplicações da estatística na análise de realidades sociais e no planejamento de intervenções.

- **Metodologia Científica**

A disciplina Metodologia Científica busca tratar do delineamento de Problemas científicos dando suporte teórico para a produção do trabalho de conclusão de curso. Para tanto, são tratados assuntos relacionados à criatividade em pesquisa, a análise de dados e a produção de textos acadêmicos.

- **Trabalho de Conclusão de Curso - TCC**

Atividade acadêmica integradora, destinada a consolidar os conhecimentos adquiridos ao longo do BICH e a desenvolver competências de pesquisa, análise crítica e comunicação científica. A disciplina envolve a elaboração de projeto de pesquisa, coleta e análise de dados, revisão de literatura científica, discussão de resultados e redação final, sob a orientação de docente qualificado.

O TCC busca promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de habilidades de reflexão crítica, criatividade, responsabilidade social e comprometimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, pesquisadores competentes e agentes de transformação social.

- **Iniciação científica**

A Iniciação Científica é um componente essencial da formação acadêmica, possibilitando que estudantes de graduação participem de projetos de pesquisa orientados por docentes e pesquisadores da instituição, com ou sem concessão de bolsas. Essa experiência proporciona aos envolvidos a vivência do processo de produção do conhecimento científico.

As ações de Iniciação Científica têm como principais objetivos despertar a vocação científica dos estudantes, incentivar novos talentos, desenvolver o pensamento crítico e a autonomia intelectual, além de fortalecer a formação acadêmica de caráter interdisciplinar. A Iniciação Científica também promove a integração entre ensino e pesquisa, reafirmando a indissociabilidade que orienta as universidades públicas, e prepara o estudante para a continuidade de sua trajetória em programas de pós-graduação.

Na UFSCar, a Iniciação Científica é institucionalizada por meio de programas de fomento específicos, coordenados pela ProPq em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e outras agências de fomento. Entre esses programas, destacam-se o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), voltado à pesquisa científica em geral; o PIBITI (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação), direcionado à pesquisa aplicada e à inovação tecnológica; o PIBIC-Af, voltado à inclusão e equidade na pesquisa; e o PIBIC-EM, destinado a estudantes do Ensino Médio, com foco na formação científica precoce.

A participação em programas de Iniciação Científica possibilita, inclusive, ao estudante a participação em eventos acadêmicos, a publicação de resultados e o aprimoramento da formação profissional e acadêmica, aumentando a competitividade para o ingresso na pós-graduação.

Nesse contexto, o Congresso de Ensino de Graduação, planejado para ocorrer bienalmente, integra a Jornada Científica e Tecnológica da UFSCar. O Congresso tem como objetivo ampliar a visibilidade das atividades de graduação da Universidade, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão e respondendo às demandas da comunidade universitária por procedimentos que favoreçam a interação e o fortalecimento das práticas acadêmicas institucionais.

A estreita relação do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades com os cursos de segundo ciclo — Serviço Social e Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Habitação de Interesse Social (HIS) — favorece a inserção dos estudantes em atividades de pesquisa no campo das Ciências Sociais Aplicadas. Essa integração amplia as possibilidades de continuidade da formação acadêmica em nível de pós-graduação, considerando que os demais campi da UFSCar oferecem diversas oportunidades de aperfeiçoamento nos programas de mestrado e doutorado.

Dessa forma, a Iniciação Científica na UFSCar consolida-se como um instrumento estratégico de formação e qualificação, que integra o estudante ao ambiente de pesquisa da universidade e contribui para a construção de uma trajetória intelectual sólida, ética e comprometida com o avanço da ciência, da inovação e do desenvolvimento social sustentável.

Ética em Pesquisa

As propostas e o desenvolvimento de pesquisas seguem rigorosos padrões éticos e de segurança, garantindo a integridade dos envolvidos e o cumprimento da legislação vigente. Projetos que envolvam seres humanos devem, quando cabível, ser previamente registrados na Plataforma Brasil e submetidos à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP). De maneira análoga, pesquisas com animais vertebrados necessitam de aprovação prévia da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA).

Todos os projetos de pesquisa devem observar rigorosamente as normas de saúde e segurança, considerando aspectos fundamentais, como: a avaliação prévia do potencial de risco à saúde, à segurança e ao meio ambiente; a garantia de condições seguras para o desenvolvimento das atividades; e o estabelecimento de procedimentos que assegurem a proteção de pesquisadores e demais colaboradores, em conformidade com as normas regulamentares pertinentes. Dessa forma, a UFSCar reforça seu compromisso com a pesquisa responsável, ética e segura, alinhada às melhores práticas acadêmicas e científicas.

Pesquisa e Inovação

A pesquisa com caráter tecnológico e inovador é orientada pelo respeito aos direitos de propriedade intelectual, em conformidade com as normas internas da Universidade e a legislação vigente. Questões relacionadas à transferência de tecnologia e à proteção de direitos decorrentes de pesquisas desenvolvidas por membros da comunidade acadêmica estão regulamentadas pelo Estatuto da Agência de Inovação (AIn).

A instituição busca promover uma cultura de inovação e empreendedorismo, apoiando os cursos e coletivos acadêmicos por meio de ações articuladas pela ProEx e pela AIn.

A UFSCar também desenvolve mecanismos permanentes de capacitação em inovação e empreendedorismo, incluindo a formalização de empresas juniores, a produção de materiais educativos como os vídeos “Trilhas da Inovação” disponíveis no canal da AIn, e estudos voltados à implantação de uma escola de negócios. Essas ações fortalecem a cultura de inovação e a

formação de lideranças empreendedoras, decorrentes majoritariamente de projetos de pesquisa.

Além disso, as atividades de pesquisa na UFSCar são incentivadas a alinhar-se aos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas (ODS), bem como a estabelecer cooperações nacionais e internacionais que ampliem a relevância social, científica e tecnológica das iniciativas desenvolvidas pela comunidade acadêmica.

Assim, a UFSCar reafirma seu compromisso institucional com a formação acadêmica de qualidade, a promoção da ciência e da inovação, a sustentabilidade, a inclusão social e a integração internacional.

6.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

As políticas de extensão da UFSCar reafirmam o papel da universidade pública na produção, sistematização e difusão de conhecimentos e saberes plurais, de forma dialógica e comprometida com as demandas e urgências da sociedade, frente a desafios sociais, culturais, ambientais, políticos e tecnológicos. Para isso, adotam o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando que a extensão integre a formação acadêmica e contribua para a transformação social.

Nessa perspectiva, os programas e atividades de extensão promovem a participação articulada de estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade externa, reunindo diferentes áreas do conhecimento em projetos trans, multi e interdisciplinares. Essa dinâmica fortalece a relação orgânica com a sociedade e amplia a visibilidade do potencial extensionista da instituição, em consonância com as diretrizes nacionais que definem a extensão como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, orientado à interação transformadora entre universidade e sociedade.

A extensão, na UFSCar, deve contribuir para a formação qualificada de estudantes e pesquisadores e para a produção científica voltada ao bem-estar coletivo, ao fortalecimento das artes e da cultura, à justiça e à democracia. Nesse sentido, prioriza: a interação dialógica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos e do enfrentamento de questões contemporâneas complexas; a formação cidadã integrada ao currículo, com vivências

interprofissionais e interdisciplinares; a produção de mudanças na própria universidade e em outros setores sociais; e a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão. Como diretrizes institucionais, destacam-se a institucionalização do compromisso ético com a transformação social, a garantia de recursos e planejamento (incluindo planos diretores), o apoio a ações na graduação e pós-graduação, o fortalecimento em igualdade de condições com ensino e pesquisa, a avaliação de impactos, o estímulo à participação docente e o respeito às especificidades e amplitude das atividades extensionistas.

No campo da cultura, a universidade assume responsabilidade pela democratização e pelo caráter público dos bens culturais, compreendendo a cultura como direito em suas dimensões simbólica, econômica e cidadã. Entre as diretrizes específicas estão: fortalecer a Política Cultural e o Plano de Cultura quadrienal; ampliar infraestrutura, recursos e pessoal; estruturar uma gestão capaz de mapear, sistematizar, monitorar e apoiar ações e patrimônios culturais; fomentar bolsas e recursos para criação e difusão; garantir a presença da arte e da cultura na formação crítica; integrar ações com políticas de enfrentamento às discriminações e violências; promover eventos e iniciativas culturais; e ampliar parcerias e redes de cooperação. A gestão da extensão é atribuída à Pró-Reitoria de Extensão (ProEx), conforme o Regimento Geral da Extensão, estabelecido pela Resolução do Conselho de Extensão nº 03/2016.

No BICH a extensão permeia a estrutura da formação do curso como uma oportunidade de vivência prática da interdisciplinaridade integrada aos eixos da Justiça Social, Resiliência e Sustentabilidade e Território Inovador. A integração é feita por meio da abordagem simultânea de diversos conteúdos do curso em projetos que atendem simultaneamente demandas do ensino e da sociedade no qual o curso está vinculado. O objetivo é que os projetos possam ser continuados ao longo do curso e que contemplem o conteúdo de extensão das disciplinas, sobretudo as obrigatórias. Também espera-se que, dado ao caráter contínuo e interdisciplinar, que os projetos possam contar com um aprofundamento na abordagem do problema a ser enfrentado, em uma base sólida nos fundamentos teóricos e práticos do curso, e uma perspectiva de escala temporal que ultrapasse o semestre letivo.

A política de Extensão do BICH tem um compromisso em viabilizar a inserção curricular das atividades de extensão de forma quantitativa, por meio de créditos curriculares reservados às extensão nas disciplinas; e qualitativa, mediante a oferta de disciplinas que estimulam e desenvolvem ferramentas e oportunidades para que a extensão possa consolidar o conteúdo programático proposto pela disciplina. Destaca-se também a possibilidade de troca de saberes acadêmicos com a comunidade, na construção de projetos colaborativos com demais instituições vinculadas ao município, como instituições de ensino, de saúde e secretarias municipais, bem como associações e ONGs.

Apesar da capacidade de inclusão de atividades de extensão na maior parte das disciplinas, são listadas na sequência disciplinas que apresentam uma maior vocação para integração discente, docente e comunidade.

- **Práticas Integradoras em Humanidades**

Já citada anteriormente na seção sobre a política de pesquisa, aqui nesta sessão é evidenciada a necessidade do desenvolvimento de atividades que aplicam na prática o conceito de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão nas formação interdisciplinar. O objetivo é que estas atividades possam tecer relações entre conteúdos associados às humanidades, como História, Sociologia, Direito e Política, enquadrados às demandas encontradas no contexto urbano e rural no qual se insere o Campus de SJRP.

- **Práticas em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social
ATHIS**

Também citada anteriormente na política de pesquisa, aqui nesta seção é destacada a importância desta disciplina para consolidar um programa de extensão universitária vinculada à temática ATHIS que possa abrigar uma diversidade de projetos que possibilitam que as disciplinas possam alocar os créditos de extensão curricular. Esta estratégia busca uma integração docente de diferentes áreas de conhecimento do BICH, bem como uma integração discente considerando a possibilidade de trabalho conjunto com alunos em diferentes estágios de formação no curso. O objetivo é que as atividades desta

disciplina vão proporcionar parcerias com a comunidade, como instituições municipais, associações e ONGs, em SJRP e região.

6.4 POLÍTICAS DE ACESSO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

A política de acesso aos cursos de graduação da UFSCar orienta-se pelos princípios da democratização do ensino superior público, da equidade e do respeito à diversidade, articulando diferentes modalidades de ingresso para ampliar oportunidades e atender perfis distintos de candidatos(as). O acesso combina processos seletivos regulares, modalidades específicas voltadas a públicos historicamente sub-representados e mecanismos acadêmico-administrativos destinados ao preenchimento de vagas remanescentes, sempre com base em normas institucionais e editais próprios.

O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) constitui a principal via de ingresso para cursos presenciais, adotada pela UFSCar desde 2011, com seleção baseada nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Realizado uma vez ao ano, o processo seleciona candidatos(as) para ingresso no primeiro semestre letivo do ano subsequente. Paralelamente, a Universidade mantém políticas específicas de inclusão. O Vestibular Indígena, implementado desde 2008, oferta 1 (uma) vaga em cada um dos cursos presenciais, podendo ser acrescida de mais 1 (uma) vaga proveniente do não preenchimento no ingresso destinado a migrantes internacionais. Desde 2022, esse ingresso ocorre por meio de Acordo de Cooperação entre a UNICAMP e a UFSCar, permitindo concorrência às vagas nas duas instituições e fortalecendo a cooperação acadêmica e institucional em diálogo com instâncias representativas, como o Centro de Culturas Indígenas (CCI/UFSCar) e a CAIAPI/DEDH (Unicamp). A UFSCar assegura, ainda, modalidade de ingresso para migrantes internacionais (antigo ingresso para refugiados), regulamentada por normativas institucionais, com oferta de 1 (uma) vaga nos cursos presenciais e classificação baseada em notas do ENEM, permitindo ao(à) candidato(a) utilizar uma dentre as últimas cinco edições do exame. Como parte da Política de Acesso e Permanência, foi instituído o ingresso de pessoas trans, com oferta de 1 (uma) vaga nos cursos presenciais, seleção pela classificação do ENEM (também com escolha dentre as últimas cinco edições), exigindo-se conclusão do ensino médio, autodeclaração de identidade trans

(travesti, transexual, transgênero ou não-binária) e apresentação de memorial descritivo.

Além dessas possibilidades, a UFSCar pode receber estudantes estrangeiros(as) por meio do PEC-G (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação), iniciativa federal que promove o ingresso de candidatos(as) de países com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e de cooperação, conforme regras nacionais e editais próprios. Em geral, o PEC-G prevê seleção baseada em documentação, comprovação de escolaridade equivalente ao ensino médio, requisitos migratórios e condições acadêmicas para acompanhamento do curso, podendo incluir exigências de proficiência em língua portuguesa conforme as normas do programa. Essa modalidade reforça a internacionalização e a diversidade no ambiente universitário, em consonância com o compromisso institucional com a formação pública e a cooperação internacional.

Além das modalidades de ingresso inicial, a UFSCar dispõe de mecanismos para preenchimento de vagas ociosas e mobilidade acadêmica. A Transferência Externa (e também a interna, quando aplicável), organizada pela Divisão de Gestão e Registro Acadêmico (DiGRA) da ProGrad (Pró-reitoria de Graduação), busca ocupar vagas liberadas por abandono, desligamento por desempenho mínimo ou transferência, ocorridas nos dois últimos anos, conforme editais e calendário acadêmico. A classificação utiliza, desde 2017, resultados do ENEM de edições anteriores, conforme critérios estabelecidos em edital. Complementarmente, o ingresso para Portador(a) de Diploma, realizado separadamente desde 2025, destina-se a pessoas já graduadas em curso superior reconhecido pelo MEC que desejem cursar nova graduação na UFSCar, utilizando vagas remanescentes não preenchidas pela Transferência Externa, de acordo com regras e condições definidas em edital. Em conjunto, essas modalidades estruturam uma política de acesso plural, que combina seleção ampla, ações afirmativas, cooperação internacional e aproveitamento responsável de vagas, reafirmando o compromisso institucional com inclusão, transparência e qualidade acadêmica.

Considerando a implantação do novo Campus da UFSCar em São José do Rio Preto e a realização do primeiro ingresso dos Bacharelados Interdisciplinares (primeiro ciclo) por meio do SiSU, registra-se que as demais

modalidades institucionais de ingresso (p. ex., transferências, portador de diploma e seleções específicas) serão operacionalizadas a partir do segundo ano de oferta de vagas do campus, conforme disponibilidade de vagas ociosas e regulamentação em editais próprios. O ingresso nos cursos de segundo ciclo (formações específicas profissionalizantes) será objeto de normatização interna, definindo critérios e procedimentos de transição acadêmica para egressos(as) dos respectivos Bacharelados Interdisciplinares, em consonância com o regime em ciclos e com as diretrizes institucionais vigentes.

6.5 POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A UFSCar desenvolve, desde a sua criação, políticas institucionais determinadas pelos princípios de uma Universidade compromissada com a sociedade e promotora de valores democráticos e de cidadania, em prol de uma educação inclusiva.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar dedica uma seção específica para tratar das políticas de responsabilidade social, as quais estão baseadas em conceitos de educação inclusiva e equidade social, nas políticas de ações afirmativas, diversidade e equidade, na responsabilidade socioambiental e na participação social e gestão democrática.

Nessa perspectiva, as Políticas de Responsabilidade Social procuram promover a educação inclusiva, a responsabilidade socioambiental, a saúde mental e à Política de ações afirmativas, diversidade e equidade da UFSCar⁷. além de diversas ações baseadas na Política para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência na UFSCar⁸.

Educação inclusiva

⁷ UFSCar. Política de ações afirmativas, diversidade e equidade da Universidade Federal de São Carlos (2016). Disponível em: <https://www.saade.ufscar.br/arquivos/politica-acoes-afirmativas-diversidade-equidade-da-ufscar.pdf>. Acesso de 20 de agosto de 2025.

⁸ UFSCar. RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 118/2023 que dispõe sobre a Política para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência na Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: https://sei.ufscar.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1352617&id_orgao_publicacao=0. Acesso em 20 de agosto de 2025.

A UFSCar tem se destacado não apenas por implementar atividades acadêmicas inovadoras, mas também por ampliar o acesso e a participação em seus cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. A instituição busca democratizar a educação superior, garantindo oportunidades a grupos social e economicamente desfavorecidos.

Entre suas diretrizes, a UFSCar mantém o compromisso com ações afirmativas, amplia o acesso de estudantes a diferentes níveis do Ensino Superior e promove equidade e inclusão, assegurando condições iguais de desenvolvimento acadêmico e social para todos.

Responsabilidade Socioambiental

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) articula ensino, pesquisa e extensão com as demandas sociais, reforçando seu caráter público e sua relevância para a comunidade. Para isso, conta com mecanismos de participação e transparência, como audiências públicas, consultas populares e ouvidoria, garantindo diálogo e corresponsabilidade social.

A instituição também vincula sua missão à promoção da sustentabilidade ambiental e social, valorizando diversidade, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, conforme destacado em seus valores institucionais e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Assim, a UFSCar combina excelência acadêmica e compromisso social, fortalecendo sua presença como universidade pública comprometida com a sociedade e o meio ambiente.

Saúde mental

A saúde mental, entendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um estado de bem-estar que permite ao indivíduo desenvolver suas habilidades pessoais, enfrentar desafios e contribuir para a comunidade.

Nesse contexto, a universidade desempenha papel fundamental, promovendo ações voltadas à saúde mental de todos os integrantes da comunidade acadêmica — servidores, estudantes de graduação e pós-graduação, terceirizados e estagiários — assumindo a atenção psicossocial como uma responsabilidade coletiva, tendo em vista que se trata de um direito universal garantido pela Constituição Federal Brasileira.

A promoção da saúde mental requer estratégias multiníveis e a criação de redes integradas, que mobilizem conhecimento e condições para o incentivo a comportamentos e ambientes saudáveis.

A instituição busca integrar educação, prevenção e assistência, utilizando indicadores de saúde mental e qualidade de vida para planejar, implementar e avaliar a eficácia das iniciativas.

A política de saúde mental da UFSCar enfatiza o acolhimento e o protagonismo dos membros da comunidade universitária, promovendo espaços de diálogo, convivência e escuta. A instituição também estimula práticas político-pedagógicas voltadas à valorização da diversidade e dos direitos humanos, articulando inovação educacional com a experiência plena da vida universitária, incluindo vivências lúdicas, artísticas, políticas e comunitárias. Tais ações visam à construção de uma cultura de paz, respeito à diversidade e prevenção de toda forma de violência.

As parcerias entre universidade, instituições acadêmicas e órgãos do Sistema Único de Saúde buscam fortalecer redes intersetoriais que têm como objetivo ampliar o acesso à assistência à saúde mental, promover o bem-estar coletivo e garantir a efetivação desse direito. Assim, a UFSCar consolida sua atuação como promotora de saúde mental, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento humano, a equidade social e a qualidade de vida em toda a comunidade universitária.

A Política de Saúde Mental da UFSCar (2023), aprovada institucionalmente, é fruto de construção coletiva com diversos setores da comunidade acadêmica e da rede pública de saúde. Estabelece princípios, diretrizes e linhas de cuidado para a promoção, prevenção e assistência em saúde mental na universidade.

A Coordenadoria de Articulação em Saúde Mental (CASM), foi criada em 2023 pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) para operacionalizar a política de saúde mental da UFSCar. Entre suas atribuições estão o apoio à implementação da política, a articulação de redes de produção de saúde mental, a coordenação da comissão permanente e fortalecimento da articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)/SUS.

A Comissão Permanente para a Promoção, Prevenção e Cuidados em Saúde Mental (CPPCSM), é um colegiado institucional com representantes da

UFSCar e da rede externa de saúde, criado para agir como núcleo de planejamento, mapeamento de indicadores, promoção de redes internas e externas e articulação intersetorial.

Por fim, a UFSCar tem se notabilizado pelos cuidados e atenção com os participantes e colaboradores da comunidade acadêmica, tendo em vista as diversas ações decorrentes de uma administração colaborativa e sensível às questões humanas.

Ações afirmativas

Entre os princípios que norteiam a Política de ações afirmativas, diversidade e equidade da Universidade Federal de São Carlos (2016) estão o reconhecimento da diversidade, a promoção da equidade, a participação institucional e comunitária, a responsabilidade social e a transformação.

As diretrizes se dividem em gerais e específicas, sendo que a primeira contribui para a promoção de ações afirmativas, diversidade e equidade e a segunda, voltada para as relações étnico-raciais, inclusão e acessibilidade, e gênero/diversidade sexual.

A Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE) é o órgão de apoio administrativo vinculado à Reitoria da UFSCar, responsável pelo estabelecimento e implementação de políticas de ações afirmativas, diversidade e equidade para a Universidade, bem como pela criação de mecanismos permanentes de acompanhamento e consulta à comunidade, visando verificar a eficácia dos procedimentos e a qualidade e repercussão dos resultados alcançados, o qual é uma importante referência para a comunidade acadêmica.

A Política de ações afirmativas, diversidade e equidade da UFSCar (2016) se apresenta como resultado de um processo participativo, no qual estudantes, docentes, técnicos-administrativos, movimentos sociais e comunidade externa colaboraram para a formulação de um documento que vincula o caráter público, democrático e social da UFSCar à promoção de equidade.

A trajetória institucional da UFSCar é contextualizada historicamente, destacando o reconhecimento de desigualdades estruturais na educação superior brasileira — especialmente em relação à raça/etnia, gênero, pessoas com deficiência e condição socioeconômica.

No que tange às ações afirmativas, o documento relata que a UFSCar iniciou mecanismos de reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas de baixa renda, bem como programas de permanência estudantil.

Simultaneamente, as políticas de inclusão buscam apoiar pessoas com deficiência por meio de núcleos de acessibilidade, adaptação de espaços físicos e aplicação de tecnologias assistivas, e suporte à permanência de alunos em situação de vulnerabilidade.

A Política de ações afirmativas, diversidade e equidade define que a instituição deve reconhecer e respeitar identidades, como no caso do uso do nome social de travestis e transexuais nos registros acadêmicos e funcionais da UFSCar. São contempladas também a interseção entre gênero, raça, etnia e outras formas de desigualdade, sinalizando que as ações afirmativas e de equidade devem considerar múltiplas dimensões de exclusão.

Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência

A UFSCar promove políticas voltadas à diversidade, equidade e prevenção da violência, incluindo a Política de Ações Afirmativas e a Política para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência. Essas iniciativas refletem o compromisso da universidade em garantir um ambiente acadêmico seguro, inclusivo e justo.

O objetivo do conjunto de ações é prevenir e reduzir diferentes formas de violência — física, psicológica, simbólica, de gênero e étnico-racial — promovendo dignidade, respeito à diversidade e cultura de paz. Para isso, são adotadas diretrizes como coleta de dados sobre violência, planejamento de espaços seguros, prevenção primária por meio de sensibilização e educação, e a promoção de igualdade social e de gênero.

A política também estabelece uma governança institucional para fortalecer a cultura da paz. Ela se aplica a toda a comunidade acadêmica e busca transformar tanto casos formais de violência quanto condições institucionais que possam favorecê-la, garantindo participação, proteção e desenvolvimento a todos.

7. OBJETIVOS DO CURSO

7.1 OBJETIVO GERAL

O curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades tem por finalidade assegurar uma formação ampla e rigorosa, que habilite o egresso a enfrentar de forma autônoma os desafios renovadores ao longo de sua trajetória profissional, compreendendo a graduação como etapa inaugural de um processo contínuo e permanente de aprimoramento acadêmico e profissional. A formação deve ser conduzida em um ambiente institucional que propicie a participação ativa e o convívio profícuo entre estudantes, docentes, técnicos-administrativos e a comunidade na qual a universidade está inserida, caracterizado pela promoção da criatividade e da inovação técnico-científica.

O profissional graduado deverá manifestar postura propositiva, pautada em princípios éticos, direcionando suas ações para o desenvolvimento pessoal e para o fortalecimento de comunidades em suas diversas dimensões, principalmente as mais vulneráveis. O curso objetiva proporcionar ao discente uma formação crítica, criativa e inovadora, desenvolvendo sua capacidade analítica, tecnológica e empreendedora, e dotando-o de uma visão integrada e abrangente dos aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais. Dessa forma, o egresso estará apto a analisar, planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades técnicas pertinentes à sua área de atuação.

7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O profissional Bacharel Interdisciplinar em Ciências e Humanidades deve apresentar competências sólidas que contemplem múltiplas dimensões do conhecimento, possibilitando atuações nas áreas da educação, cultura e direitos humanos, as quais, se constituem como a base fundamental para a valorização das identidades e da memória de comunidades. Tais elementos são essenciais para a construção de uma sociedade inclusiva, plural e democrática.

O profissional deve estar apto a compreender, propor, planejar, implementar e avaliar ações que impactem positivamente a coletividade, promovendo a eficiência, a transparência e a justiça social. A combinação dessas competências permite ao profissional contribuir decisivamente para a

formulação e execução de políticas que atendam às necessidades da população, respeitando os direitos humanos e valorizando a diversidade cultural.

Em suma, o desenvolvimento dessas competências configura-se como condição indispensável para a atuação ética, crítica e inovadora do profissional, capaz de dialogar com os desafios contemporâneos e de contribuir para a construção de sociedades mais justas, democráticas, sustentáveis e resilientes.

8. PERFIL DO EGRESSO

O/a egresso/a do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades deverá ser um/a profissional com sólida formação interdisciplinar, capaz de realizar leituras abrangentes, sensíveis e críticas da realidade social e do território em que se encontra, seja em âmbito local, regional, nacional ou internacional. Deverá saber analisar e buscar soluções para problemas complexos, contribuindo para a superação das desigualdades com justiça social. Ter a capacidade de atuar na construção de uma sociedade inovadora, sustentável e resiliente, alimentada por conteúdos éticos e democráticos. Ser capaz de articular investigação e planejamento, para a formulação, implementação, implantação e avaliação de políticas e projetos sociais. Deverá ter um domínio amplo da linguagem, da comunicação e da memória histórica subsidiadas por um repertório conceitual e prático à luz da diversidade e interseccionalidade nas ciências humanas e sociais.

Competências Gerais

Atuar na elaboração e gestão de projetos voltados às áreas da educação, cultura e, sobretudo, dos direitos humanos.

Atuar na gestão de projetos culturais — como a organização de eventos, curadoria e assessoria em instituições culturais —, especialmente em ações relacionadas à memória, à história oral e à valorização das identidades de comunidades, também exemplifica o leque de possibilidades de atuação profissional.

Contribuir para a elaboração de ações de impacto social, bem como para o desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação humana, com ênfase em comunicação, diversidade, análise crítica e ética nos negócios.

Atuação em equipes interprofissionais

Deverá possuir competências críticas e analíticas nos diversos campos das ciências humanas e sociais, além de estar preparado para buscar com autonomia o conhecimento complementar que se fizer necessário aos seus desafios intelectuais;

Deverá ser capaz de enfrentar as exigências do mundo do trabalho no desempenho de ocupações diversas que mobilizem, de modo flexível, conhecimentos, competências e habilidades na área social, científica e tecnológica;

Deverá ter conhecimentos e habilidades para exercer atividades relacionadas à pesquisa e ao planejamento em setores da administração pública, organizações não-governamentais e em empresas privadas que necessitem de profissionais capazes de compreender e analisar em múltiplas dimensões a sociedade do século XXI;

Comprometido com a universidade pública, gratuita, inclusiva e de excelência, deverá estar preparado para seguir a carreira acadêmica em diferentes áreas de ciências e humanidades, rumo a estudos de pós-graduação de distintos campos do conhecimento.

Ser capaz de compreender, interpretar e intervir criticamente em fenômenos sociais, culturais e ambientais contemporâneos.

Campo de atuação profissional

No que tange ao campo de atuação profissional o Bacharel em Ciências e Humanidades é amplo e se distingue pela possibilidade de atuação em diversas áreas do conhecimento, especialmente aquelas relacionadas à cultura, à educação, à comunicação, às ciências, às políticas públicas, às atividades do terceiro setor e até mesmo em organizações internacionais multilaterais.

Outro campo promissor é o da responsabilidade social corporativa e a ética na governança corporativa.

Essa formação ampla e crítica não apenas amplia o horizonte profissional, como também oferece uma base consistente para a atuação em diversos segmentos da administração pública, por meio do ingresso em concursos públicos.

Há ainda inúmeras oportunidades de atuação profissional em organizações internacionais multilaterais que lidam com temas como imigração, refúgio, diversidade cultural, direitos humanos e conflitos globais. Essas organizações são formadas por múltiplos países com o objetivo de cooperar em questões globais, como economia, segurança, meio ambiente, saúde e educação.

9. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

As estratégias pedagógicas adotadas no curso buscam promover a integração entre diferentes campos do conhecimento, promovendo o diálogo entre saberes, a construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo. Nesse contexto, as metodologias ativas constituem eixo central da proposta formativa, estimulando a participação dos estudantes como protagonistas do processo de aprendizagem. Entre as práticas adotadas destacam-se estudos de caso, aprendizagem baseada em problemas (PBL), projetos integradores, oficinas interdisciplinares e atividades de extensão articuladas ao ensino e à pesquisa.

A interdisciplinaridade, princípio fundante do curso, é operacionalizada por meio de temas transversais que conectem as dimensões científicas, sociais, éticas e culturais e ambientais favorecendo a compreensão complexa dos fenômenos contemporâneos. Além disso, o uso de diferentes recursos tecnológicos e linguagens diversas potencializa a interação, a experimentação e a criação, permitindo que o estudante transite entre múltiplas formas de expressão ao longo de seu processo de formação.

A proposta pedagógica do BICH está alinhada à missão institucional da UFSCar, comprometida com valores éticos, sociais e ambientais, e orientada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O curso assume, portanto, o compromisso de contribuir para a construção de uma sociedade democrática, justa, sustentável e plural, fortalecendo o diálogo entre universidade e sociedade.

9.1 Integração entre ensino, pesquisa e extensão.

A integração entre ensino, pesquisa e extensão constitui o alicerce filosófico e pedagógico do curso. Desde o primeiro semestre, os estudantes têm acesso a práticas que articulam o tripé universitário, compreendendo essas dimensões não como esferas isoladas, mas como processos interdependentes que qualificam a formação acadêmica e fortalecem o compromisso social da universidade.

Essa concepção permite que o estudante reconheça sua corresponsabilidade no processo de formação, desenvolvendo autonomia intelectual, protagonismo e capacidade de intervenção crítica. Os cinco eixos

temáticos do curso: Direitos Humanos e Sociedade, Comunicação e Linguagem, Memória e Cultura, Tecnologias Sociais e Inovação e Gestão e Políticas Públicas, operam de forma integrada, promovendo a articulação entre os conteúdos e as práticas interdisciplinares.

A política institucional da UFSCar orienta que o conhecimento seja produzido, sistematizado e difundido em diálogo com diferentes segmentos da sociedade. Assim, o BICH contribui para que a universidade cumpra seu papel público, estimulando ações coletivas, solidárias e transformadoras.

O tripé universitário, previsto no Estatuto da UFSCar, orienta a organização das atividades institucionais no sentido de promover uma integração crescente não apenas entre as unidades acadêmicas, mas, sobretudo, entre suas finalidades essenciais. Dessa forma, ensino e pesquisa se enriquecem mutuamente e, por meio da extensão, projetam-se na sociedade, contribuindo para a solução de problemas e recebendo novos desafios como objetos de estudo e investigação. Nessa perspectiva, a política institucional propõe a produção, sistematização e difusão de conhecimento de qualidade, em todas as áreas de atuação da Universidade, de modo a viabilizar ações coletivas e transformadoras entre a Universidade e a sociedade. O Campus São José do Rio Preto inicia seus cursos fundamentado e desafiado por esses princípios.

9.2 Estratégias pedagógicas

A formação no BICH está ancorada em princípios que valorizam uma educação democrática, emancipatória e socialmente comprometida, concebida como um processo integral que considera o estudante em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, as estratégias pedagógicas do curso orientam-se pelas determinações da Constituição Federal (art. 205), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e pelos *Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares*, elaborados pelo MEC, assegurando não apenas o pleno desenvolvimento da pessoa, mas também a preparação ética, crítica e participativa para o exercício da cidadania, assim como a qualificação técnica, científica e humanística necessária ao trabalho e à atuação social responsável e transformadora.

Neste sentido, as práticas pedagógicas do curso estão balizadas nos seguintes princípios:

- igualdade de condições para o acesso e permanência na universidade;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- gratuidade do ensino nos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu;
- valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- gestão democrática da universidade, com a garantia de representação de todos os segmentos nas decisões em órgãos colegiados, na forma da lei;
- garantia de padrão de qualidade de oferta do ensino, nos termos exigidos em lei.

A UFSCar ajusta-se continuamente a este cenário de transformação contemporânea e demandas sociais emergentes. Assim, o curso adota práticas pedagógicas flexíveis, contextualizadas e voltadas ao desenvolvimento da autonomia, da criticidade e da capacidade de aprendizagem ao longo da vida. Para tanto, a UFSCar - câmpus SJRP, tem o comprometido com as diretrizes listadas a seguir:

- Trabalho interdisciplinar em ensino, pesquisa e extensão na UFSCar e entre a UFSCar e outras instituições de ensino e pesquisa, intra e intercurso, grupos, redes, projetos e culturas e em todas as modalidades (presencial e a distância), estimulando a inserção dos(as) estudantes nessas iniciativas;
- Práticas pedagógicas que estimulem a ação discente em uma relação teoria prática, embasada em recursos que proporcionem aprendizagens diferenciadas dentro da área dos cursos e conduzam à autonomia discente.
- Atendimento à diversidade das necessidades formativas dos estudantes ingressantes na implementação dos Projetos Pedagógicos;
- Integração entre ensino, pesquisa e extensão, considerando as diferentes biografias, experiências escolares e projetos de vida;
- Atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a sustentabilidade em suas diferentes dimensões, tais como ambiental, social, econômica e cultural, em todos os níveis de atuação na e da Instituição;

- Diversidade de metodologias de ensino, priorizando o protagonismo e autonomia do estudante nos processos de ensino e aprendizagem,
- Oportunidades para que os estudantes participem de atividades acadêmicas diversificadas (projetos de extensão e de pesquisa, congressos etc.), contabilizando-as como atividades curriculares, a critério das Coordenações dos cursos;
- Fomento e criação de condições à inserção da UFSCar em políticas de mobilidade dos estudantes de graduação, aprimorando as condições tanto para o envio de estudantes ao exterior quanto ao estímulo à vinda e acolhimento de estudantes estrangeiros na Universidade;
- Incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias para as atividades de ensino, pesquisa e extensão para os cursos;
- Avaliação periódica da política de avaliação dos cursos e programas da Instituição, de modo participativo e democrático, construindo indicadores que possibilitem o acompanhamento dos processos formativos;
- Garantia da continuidade de ações voltadas para a excelência dos processos de ensinar e aprender em todas as modalidades;
- Formação continuada do docente que instrumentalize sua prática para o uso de novas metodologias de aprendizagem e o de tecnologias de informação e comunicação na área educacional;
- Oportunidades e espaços institucionais voltados à reflexão, ao diálogo e ao compartilhamento de experiências relacionadas aos processos de formação, promovendo a integração entre as diferentes áreas do conhecimento e considerando as demandas do corpo docente da Universidade;
- Acolhimento e permanência de estudantes para que desenvolvam seu percurso formativo na universidade, com a oferta de serviços e ações especiais que garantam o desenvolvimento educacional discente;
- Rigor científico deve ser pautado por metodologias sólidas e atualizado, promovendo a qualidade e a confiabilidade das pesquisas realizadas;
- Na oportunidade de oferecer programas de Pós-graduação, estes devem estimular a reflexão crítica e o pensamento científico, capacitando os estudantes para a produção de conhecimento original e relevante.

O BICH fundamenta-se na compreensão de que o conhecimento é um processo histórico, social e dialógico, que se constrói por meio das interações entre sujeitos, contextos e saberes. A interdisciplinaridade, nessa perspectiva, não se reduz à justaposição de disciplinas, mas expressa uma atitude epistemológica de abertura, diálogo e problematização, como propõe Edgar Morin (2000), ao defender o pensamento complexo como forma de reconectar o que foi fragmentado pela racionalidade moderna. Trata-se de formar sujeitos capazes de compreender a realidade em sua pluralidade e incerteza, desenvolvendo pensamento crítico, sensibilidade ética e compromisso com o bem comum.

A articulação entre teoria e prática constitui um dos eixos centrais desse projeto formativo. A teoria é compreendida como espaço de elaboração conceitual e crítica, que permite compreender as mediações sociais, culturais e políticas que estruturam o mundo. Já a prática é tomada como lugar de experimentação e produção de saberes, onde a reflexão se enraíza nas experiências concretas. Esse movimento dialético entre ação e reflexão — a práxis — é condição para que o processo educativo seja verdadeiramente libertador e transformador (FREIRE, 1987).

Assim, o estudante é convidado a atuar como sujeito histórico, capaz de aprender com a realidade e, simultaneamente, intervir nela de modo ético e criativo.

Por fim, nesse contexto, a extensão universitária assume papel estratégico como dimensão formativa que integra ensino e pesquisa, promovendo o encontro entre o saber científico e os saberes populares e comunitários. A universidade precisa romper com a lógica da monocultura do saber e reconhecer a ecologia dos saberes, valorizando as múltiplas formas de conhecimento presentes na sociedade (SANTOS, 2008). A extensão, assim compreendida, amplia os horizontes da aprendizagem, fortalece o compromisso social da universidade e consolida uma formação integral, em que teoria, prática e extensão se articulam de modo indissociável na construção de sujeitos críticos, solidários e comprometidos com a transformação social.

9.2.1 Flexibilidade Curricular: optativas e eletivas

A flexibilidade curricular constitui um princípio fundamental na organização de cursos interdisciplinares, pois reconhece a pluralidade de percursos formativos e a diversidade de interesses e projetos de vida dos estudantes. Essa concepção rompe com a rigidez dos currículos tradicionais, que frequentemente reduzem a formação a trajetórias lineares e homogêneas.

O BICH, ao contrário, propõe um modelo curricular que valoriza a autonomia do estudante e a liberdade de escolha. Ao reconhecer que a formação humana e científica é um processo singular e em constante construção, a flexibilidade se torna condição para que o estudante exerça seu papel de sujeito ativo na construção do próprio saber.

As disciplinas optativas e eletivas desempenham papel estratégico nesse caminho formativo, ao permitirem que o estudante amplie e diversifique seus conhecimentos para além do núcleo comum do curso. As disciplinas optativas oferecem campos temáticos complementares e/ou escolhas específicas que envolvem um segundo bacharelado, podendo ser Arquitetura ou Serviço Social. Tais caminhos serão apoiados pela Coordenação do Curso, de forma a apresentar possíveis trilhas que possibilitam percursos mais personalizados de formação, de acordo com os interesses acadêmicos e profissionais de cada estudante.

Já as disciplinas eletivas, oferecidas não apenas para o BICH, mas também em outros cursos ou em outros campus da UFSCar, fomentam o diálogo interdisciplinar e incentivam a circulação entre diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para a formação de um olhar mais abrangente, crítico e integrado sobre a realidade.

Essa flexibilidade curricular não implica dispersão, mas sim responsabilidade compartilhada entre docentes e discentes na definição de trajetórias formativas coerentes e significativas. O estudante, ao poder escolher parte de seu percurso, assume uma postura reflexiva e responsável diante de sua formação, desenvolvendo competências de autogestão do aprendizado, planejamento e discernimento ético. Do ponto de vista institucional, tal arranjo requer práticas pedagógicas que incentivem a orientação acadêmica e o acompanhamento contínuo, de modo a garantir que as escolhas individuais se

articulem aos objetivos formativos do curso e aos princípios da educação pública, crítica e emancipadora.

Por fim, a flexibilidade no currículo concretiza, na prática, o compromisso de uma educação integral, democrática e plural, que reconhece a complexidade do mundo contemporâneo e a necessidade de preparar sujeitos para lidar com a incerteza, a diversidade e a transformação.

Ao valorizar disciplinas optativas e eletivas, o projeto pedagógico amplia as possibilidades de experimentação intelectual e cultural, fortalecendo a autonomia, a criatividade e o compromisso social dos estudantes. Dessa forma, a formação deixa de ser apenas uma transmissão de conteúdos e se torna um processo vivo de construção de sentido, em que o aprender se articula à liberdade de pensar, escolher e agir de maneira crítica no mundo.

9.2.2 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade constitui o eixo central e estruturante do BICH, buscando superar a fragmentação do conhecimento e formar sujeitos que tenham a habilidade de compreender e intervir na complexidade dos fenômenos contemporâneos.

A proposta interdisciplinar favorece a integração entre diferentes áreas do saber, estimulando o diálogo entre as ciências sociais e humanas, bem como entre os saberes acadêmicos e os saberes produzidos na experiência social. Essa integração possibilita que o estudante construa percursos formativos singulares e flexíveis, de modo a compreender os problemas sociais, ambientais e tecnológicos em sua totalidade.

No contexto do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades, a interdisciplinaridade assume também uma dimensão pedagógica e formativa, ao propor metodologias que favoreçam a aprendizagem ativa, a resolução de problemas e o trabalho colaborativo. Ao integrar conteúdos e práticas de diferentes campos do conhecimento, o BICH promove a formação de competências transversais, tais como pensamento crítico, comunicação, análise complexa e responsabilidade social. Essa abordagem atende à orientação do MEC para a formação de futuros profissionais capazes de aprender continuamente, lidar com a diversidade e atuar em diferentes

realidades e com recursos, por vezes, limitados — competências essenciais para o século XXI.

Por fim, a interdisciplinaridade neste curso apresenta mais do que uma opção metodológica: é um compromisso ético e político com a democratização do conhecimento e com a integralidade da formação humana. Ao reconhecer que os grandes desafios da contemporaneidade — sociais, ambientais, tecnológicos e culturais — exigem respostas múltiplas e articuladas, o BICH reafirma a universidade como espaço de diálogo, reflexão e criação coletiva.

Desse modo, o princípio da interdisciplinaridade concretiza o ideal de uma educação pública e inovadora, em sintonia com as diretrizes do MEC, da UFSCar e com o projeto de uma formação cidadã e transformadora.

9.2.3 Metodologias Ativas

As metodologias ativas assumem papel central na formação do BICH, pois colocam o estudante como protagonista do próprio processo de aprendizagem. Inspiradas nos princípios da pedagogia crítica de Paulo Freire (1996), essas metodologias reconhecem o conhecimento como construção coletiva, enraizada na experiência e na problematização do mundo vivido. Nessa perspectiva, o ensino deixa de ser transmissor de conteúdos para se tornar um espaço de diálogo, criação e emancipação, em que o aprender envolve também a formação ética e política do sujeito.

A adoção de metodologias ativas possibilita que o ensino nas humanidades se traduza em práticas significativas e contextualizadas. Estratégias como a aprendizagem baseada em problemas, o estudo de caso, a sala de aula invertida e os projetos interdisciplinares favorecem a integração entre teoria e prática - práxis, permitindo que o estudante construa sentidos a partir de desafios reais (BACICH; MORAN, 2018).

Ao privilegiar o diálogo e a construção de diferentes saberes, essas metodologias contribuem para o desenvolvimento do pensamento complexo, conforme proposto por Edgar Morin (2002), que defende uma educação voltada à compreensão das interconexões entre o conhecimento, a vida e a sociedade.

Além disso, as metodologias ativas fortalecem o compromisso do curso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio fundamental da UFSCar. Ao promover experiências formativas em contextos

concretos, como é o caso do escritório modelo, o Bacharelado em Ciências e Humanidades possibilita que o estudante exerça o papel de pesquisador e agente social, articulando o saber acadêmico com as demandas da comunidade.

Essa relação orgânica entre aprender e agir estimula o desenvolvimento de competências investigativas, comunicativas e éticas, fundamentais para uma formação crítica, sensível e transformadora.

Por fim, a incorporação das metodologias ativas ao projeto pedagógico favorece a diversidade de trajetórias formativas e o reconhecimento dos diferentes modos de aprender. Ao promover práticas colaborativas e reflexivas, o curso incentiva o protagonismo do estudante, a criatividade e o trabalho em equipe, valores indispensáveis à formação interdisciplinar.

9.2.4 Extensão

No âmbito deste curso, a extensão assume papel estratégico na formação do estudante, ao permitir o enfrentamento dos problemas concretos e no desenvolvimento de ações voltadas à melhoria das condições de vida das populações e à valorização das identidades culturais.

As atividades extensionistas — vinculadas às disciplinas, aos projetos, oficinas, ações comunitárias, dentre outras possibilidades — proporcionam uma vivência prática das teorias e metodologias discutidas em sala de aula, fortalecendo a compreensão das inter-relações entre os campos do saber. A extensão, articulada às práticas integradoras e às metodologias ativas, contribui para consolidar a indissociabilidade entre teoria e prática, promovendo a aprendizagem por meio da experiência e da intervenção social.

Ao envolver os estudantes em contextos reais, ela favorece a apropriação de saberes técnicos e políticos, além de desenvolver competências comunicativas, reflexivas e colaborativas. Essa vivência interprofissional e intersetorial reforça a importância do trabalho coletivo, tornando a extensão um campo privilegiado para a experimentação de práticas inovadoras e socialmente comprometidas.

9.2.5 Escritório Modelo

O escritório modelo constitui um espaço formativo essencial no BICH, concebido como ambiente de integração entre ensino, pesquisa e extensão. Sua proposta pedagógica baseia-se na indissociabilidade entre teoria e prática, permitindo que os estudantes atuem de forma colaborativa em projetos reais que envolvem múltiplas dimensões da vida social. O espaço a ser desenvolvido entre estudantes, docentes e a comunidade, busca materializar o princípio da interdisciplinaridade, articulando diferentes saberes e metodologias em torno de problemáticas concretas — especialmente aquelas relacionadas às condições de moradia, ao direito à cidade e à promoção da justiça social.

Nesse contexto, o escritório modelo opera como um laboratório de práticas interdisciplinares, no qual estudantes e docentes de diversas áreas se unem para elaborar diagnósticos, propor intervenções e desenvolver ações de caráter educativo e técnico.

As atividades teóricas e práticas vinculadas à Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) assumem destaque, uma vez que promovem o direito à moradia digna, o fortalecimento das comunidades e o reconhecimento dos territórios como espaços de produção de saberes. Ao integrar as dimensões técnica, ética e política do trabalho profissional, o escritório modelo torna-se um espaço de aprendizagem crítica, que valoriza tanto o conhecimento científico quanto o saber popular.

Por meio do escritório modelo, o curso concretiza a vocação pública e social da universidade, estimulando a formação de sujeitos capazes de intervir de forma ética, criativa e comprometida com a redução das desigualdades. O trabalho interdisciplinar entre BICH, a Arquitetura, o Serviço Social, dentre outros cursos e parcerias que venham a se concretizar, permite compreender a moradia não apenas como estrutura física, mas como expressão da vida social, envolvendo direitos, pertencimentos e práticas culturais. Dessa forma, o escritório modelo configura-se como uma experiência viva de formação cidadã e emancipatória, que une técnica, sensibilidade e compromisso político com a construção de cidades mais humanas, sustentáveis e inclusivas.

10. ESTRUTURA CURRICULAR E SEUS COMPONENTES

O BICH corresponde ao curso de 1º Ciclo, cuja matriz curricular pode ser compartilhada com os cursos de 2º Ciclo de formação específica — Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo com ênfase em Habitação de Interesse Social (HIS) e Serviço Social —, tendo sua estrutura curricular projetada para a duração de 3 anos e carga horária total de 2400 horas de atividades curriculares; essas atividades, considerando a carga horária definida para as disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas, bem como as atividades de extensão e as atividades complementares, compõem toda a estrutura curricular do curso e serão descritas a seguir, conforme indicado no quadro de integralização abaixo.

Quadro I - Carga horária para integralização do BICH.

Carga Horária Disciplinas Obrigatórias	900
Carga Horária Disciplinas Optativas	930
Carga Horária Disciplinas Eletivas	210
Atividades Complementares	210
Atividades de Atividades de Extensão (90 h em obrigatórias + 150 h = 240 h)	150
Carga Horária Total	2400

A carga de aulas teóricas estão equilibradas e entremeadas com práticas pedagógicas dinâmicas, exercícios práticos e ações interativas, ou seja, o aprofundamento teórico se dá à medida que a literatura científica é contraposta à realidade. Assim, torna-se fundamental estimular o contato e a participação colaborativa dos estudantes em grupos de pesquisa e de extensão junto à comunidade. Neste sentido, a matriz curricular possibilita que o estudante tenha flexibilidade para optar entre as diversas atividades em outros cursos de graduação ofertados no campus da UFSCar, promovendo maior interação com a comunidade acadêmica e maior conhecimento sobre as possibilidades de atuação profissional.

A diversidade de experiências educacionais ofertadas pelo BICH possibilita a formação profissional para carreiras que estão em constante

transformação, sobretudo em contextos fortemente marcados pelas preocupações com as mudanças climáticas, com a justiça social e com a inovação tecnológica características da atualidade.

As atividades curriculares do BICH são distribuídas da seguinte forma na matriz: 900 horas de disciplinas obrigatórias, no mínimo 930 horas de disciplinas optativas, 210 horas de disciplinas eletivas, 150 horas destinadas às atividades de extensão (complementares às 90 horas em disciplinas obrigatórias) e 210 horas referentes às atividades complementares.

O BICH possui um conjunto de disciplinas que dialogam entre si, por meio de eixos temáticos e transversais, que corroboram com os objetivos delineados para o futuro profissional do curso. Para tanto, apresentam-se as propostas integrativas de cada eixo temático.

Eixo 1: Direitos Humanos e Sociedade: As disciplinas Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais, Fundamentos da Política, Estado e Relações de Poder, Fundamentos de Filosofia, Fundamentos Éticos, Fundamentos de Sociologia e Estudos de Gênero expressam o compromisso do curso com uma formação crítica, reflexiva e comprometida com os princípios democráticos e com a promoção da dignidade humana. Essas disciplinas convergem para o desenvolvimento de uma compreensão ampla e contextualizada da sociedade, das instituições e das relações sociais, estimulando a análise das desigualdades históricas e contemporâneas que atravessam o tecido social brasileiro.

Eixo 2: Comunicação e Linguagem: Meios de Expressão e Representação Visual, Comunicação e Linguagem e Introdução à Língua Brasileira de Sinais (Libras) compõem um eixo formativo voltado à ampliação das competências comunicativas e expressivas dos estudantes. Juntas, essas disciplinas reconhecem que a comunicação é um fenômeno múltiplo, que ultrapassa o domínio da linguagem verbal e inclui dimensões visuais, corporais e simbólicas. Por meio da articulação entre diferentes linguagens, o estudante é convidado a compreender a comunicação como processo social, cultural e político, essencial à produção e à circulação do conhecimento e à prática profissional em contextos diversos.

Eixo 3: Memória e Cultura: As disciplinas Ancestralidade e Cultura Brasileira, Formação Sócio-Histórica do Brasil e Patrimônio e Memória

Sociocultural contribuem para a compreensão crítica da identidade nacional e da diversidade cultural que caracteriza a sociedade brasileira. Esses componentes curriculares promovem a reflexão sobre os processos históricos, políticos e simbólicos que moldaram o país, reconhecendo o papel das matrizes indígenas, africanas e europeias na constituição da cultura e das formas de sociabilidade. A abordagem interdisciplinar dessas disciplinas permite articular história, antropologia, arte, filosofia e estudos culturais, favorecendo a compreensão da ancestralidade como dimensão viva e dinâmica da cultura, que orienta a construção das identidades coletivas e a valorização da memória social.

Eixo 4: Tecnologias Sociais e Inovação: As disciplinas Introdução ao Bacharelado Interdisciplinar e Práticas Integradoras em Humanidades estruturam o eixo formativo inicial, responsável por acolher, orientar e articular o percurso acadêmico dos estudantes. Nelas, o estudante é introduzido aos fundamentos conceituais da interdisciplinaridade e às possibilidades de integração entre diferentes campos do saber, fomentando a práxis - de modo a construir um caminho de formação ético, crítico e transformador. Também se articulam as disciplinas Fundamentos de Matemática e Estatística e Análise de Dados em Sistemas de Informações Geográficas (SIG), que desenvolvem o raciocínio lógico e a capacidade analítica, ampliando a compreensão dos fenômenos sociais, espaciais e ambientais por meio da leitura crítica e da representação de dados. Complementam essa base formativa as disciplinas Inovação e Criatividade e Sustentabilidade, Resiliência e Sociedade, que estimulam o pensamento inventivo, a proposição de soluções sustentáveis e a formação de uma consciência ética e ecológica diante dos desafios contemporâneos.

Eixo 5: Gestão e Políticas Públicas: As disciplinas Meio Ambiente e Sociedade, Políticas Sociais no Campo, na Cidade e na Floresta, Práticas em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) e Gestão de Políticas e Projetos Sociais, são voltadas à compreensão crítica das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. Juntas, promovem a análise dos modos de produção e consumo, das desigualdades territoriais e das formas de resistência das populações tradicionais, rurais e urbanas, articulando teoria e prática na busca por alternativas sustentáveis e inclusivas.

A ATHIS oferece uma dimensão concreta de intervenção social, permitindo ao estudante compreender a habitação como direito e exercitar a construção coletiva de soluções com base no diálogo entre saberes técnicos e populares. Já a formação em gestão de políticas e projetos sociais amplia essa perspectiva ao fornecer instrumentos para o planejamento, a execução e a avaliação de ações intersetoriais, pautadas pela ética, transparência e participação. Em conjunto, essas disciplinas consolidam uma formação interdisciplinar e humanista, que alia competência técnica, sensibilidade social e responsabilidade ambiental na construção de uma prática profissional comprometida com a transformação social.

Cada um dos eixos temáticos e transversais concentra um rol de disciplinas obrigatórias, completando, assim, a quantidade de disciplinas obrigatórias necessárias para o processo formativo do BICH e que será complementado com disciplinas optativas, eletivas, atividades extensionistas e complementares escolhidas pelo estudante no seu percurso formativo, destacando que diversas disciplinas optativas para o BICH podem ser disciplinas obrigatórias para os cursos de 2º Ciclo: Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo com ênfase em Habitação de Interesse Social (HIS) e Serviço Social.

Na sequência é possível observar a distribuição das disciplinas obrigatórias organizada nos Eixos Curriculares que foram descritos acima:

Quadro II - Disciplinas obrigatórias do BICH organizadas nos Eixos Temáticos Transversais

EIXOS TEMÁTICOS	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
1.Direitos Humanos e Sociedade	Direitos Humanos e Relações Étnico Raciais
	Fundamentos da Política
	Estado e Relações de Poder
	Fundamentos de Filosofia
	Fundamentos éticos (Ética e Justiça)
	Fundamentos de Sociologia
	Estudos de gênero

2. Comunicação e Linguagem	Meios de Expressão e Representação Visual
	Introdução a Língua Brasileira de Sinais
	Comunicação e Linguagem
	Metodologia Científica
	Trabalho de conclusão de curso
3. Memória e Cultura	Ancestralidade e Cultura Brasileira
	Formação Sócio Histórica do Brasil
	Patrimônio e Memória Sócio Cultural
4. Tecnologias Sociais e Inovação	Práticas Integradoras em Humanidades
	Fundamentos de Matemática e Estatística
	Inovação e Criatividade
	Sustentabilidade, Resiliência e Sociedade
	Introdução do Bacharelado Interdisciplinar
	Análise de dados em Sistemas de Informações Geográficas.
5. Gestão e Políticas Públicas	Meio Ambiente e Sociedade
	Políticas Sociais no Campo, na Cidade e na Floresta
	Práticas em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social ATHIS
	Gestão de Políticas e Projetos Sociais

A autonomia na organização da matriz curricular do BICH é uma das características do bacharelado interdisciplinar e, na prática, permite que cada estudante construa um percurso individualizado, dada a variedade de trajetórias possíveis. Por isso, a gestão responsável dessas trajetórias acadêmicas se coloca como um dos desafios na estruturação do curso, exigindo atenção aos requisitos recomendados e ao encadeamento dos processos de construção do conhecimento em cada um dos eixos temáticos previstos no Projeto Pedagógico. Para orientar e auxiliar o aluno a

compreender essas possibilidades, segue a apresentação de uma matriz curricular sugerida para integralização em 3 anos, que indica a sequência recomendada das disciplinas obrigatórias de modo a favorecer o melhor aproveitamento dos conteúdos, contribuindo para um processo de ensino-aprendizagem mais eficiente. As disciplinas obrigatórias de cada eixo temático transversal são organizadas para abarcar aspectos teóricos, práticos e extensionistas e o estudante tem a liberdade para escolher optativas e eletivas já a partir do segundo semestre, sendo protagonista desde o início.

Quadro III - Matriz Curricular do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades - Obrigatórias (BICH)

A matriz sugerida é um exemplo de uma possível trajetória onde as disciplinas obrigatórias estão distribuídas ao longo dos três anos previstos para o BICH.
 Esta matriz contempla todos os requisitos recomendados e o encadeamento dos processos de construção do conhecimento em cada um dos eixos estruturantes que orientam o Projeto Pedagógico do BICH.

MATRIZ SUGERIDA PARA INTEGRALIZAÇÃO DO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS E HUMANIDADES EM 3 ANOS																																
1º Semestre	Introdução do Bacharelado Interdisciplinar				Direitos Humanos e Relações Étnico Raciais				Meios de Expressão de Representação Visual				Estado e Relações de Poder				Fundamentos de Filosofia				Inovação e Criatividade				Meio Ambiente e Sociedade				Comunicação e Linguagem			
Natureza da CH	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex
Total de Horas	15	15			10	10		10	30	30			15	15			30				30	30			15	15			30			
2º Semestre	Fundamentos da Política				Análise de dados em Sistemas de Informações Geográficas				Introdução a Língua Brasileira de Sinais				Ancestralidade e Cultura Brasileira				Fundamentos éticos (Ética e Justiça)				Formação Sócio Histórica do Brasil				Estudos de gênero							
Natureza da CH	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex
Total de Horas	30				15	15			15	15			10	10		10	30				30				30				30			
3º Semestre	Patrimônio e Memória Sócio Cultural				Políticas Sociais no Campo, na Cidade e na Floresta				Fundamentos de Sociologia				Práticas Integradoras em Humanidades				Fundamentos de Estatística															
Natureza da CH	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex												
Total de Horas	20			10	40			20	30				15	15		30	30															
4º Semestre	Gestão de Políticas e Projetos Sociais				Práticas em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social																											
Natureza da CH	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex																								
Total de Horas	30				10	10		10																								
5º Semestre	Metodologia Científica				Sustentabilidade, Resiliência e Sociedade																											
Natureza da CH	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex																								
Total de Horas	30				15	15																										
6º Semestre	TCC (HORÁRIO LIVRE)																															
Natureza da CH	T	P	E	Ex																												
Total de Horas		60																														

930H	210H	210H	240H
DISCIPLINAS	DISCIPLINAS	ATIVIDADES	ATIVIDADES
OPTATIVAS	ELEATIVAS	COMPLEMENTARES	EXTERNSITAS

T = Teórica, P = Prática, E = Estágio, Ex = Extensão

Na matriz apresentada a seguir, além da distribuição das disciplinas obrigatórias ao longo dos três anos previstos, há a indicação da distribuição de disciplinas optativas e eletivas por semestre, que na prática deve ocorrer conforme disponibilidade e objetivos de cada aluno, compondo percursos mais adequados ao seu perfil.

Nesse sentido, o aluno pode ajustar semestralmente sua trajetória, reconhecendo que, em alguns casos, ampliar o tempo de integralização em um ou dois semestres pode ser preferível a reprovações recorrentes ou ao abandono do curso. Em qualquer escolha, recomenda-se observar o encadeamento formativo e as recomendações de cada disciplina, bem como articular a integralização curricular com Atividades Complementares e Atividades Curriculares de Extensão (ACEs), construindo uma formação ampla por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, extensão, cultura e experiências no mundo do trabalho. Assim, as matrizes devem ser entendidas como referências para uma trajetória individual planejada de forma ponderada, reforçando a flexibilização curricular e a identidade do BICH como curso independente, ainda que articulado a formações específicas.

Quadro IV - Matriz Curricular Do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades (BICH)

A matriz sugerida é um exemplo de uma possível trajetória onde as disciplinas obrigatórias estão distribuídas ao longo dos três anos previstos para o BICH.
Esta matriz contempla todos os requisitos recomendados e o encadeamento dos processos de construção do conhecimento em cada um dos eixos estruturantes que orientam o Projeto Pedagógico do BICH.

MATRIZ SUGERIDA PARA INTEGRALIZAÇÃO DO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS E HUMANIDADES EM 3 ANOS																																												
1º Semestre	Introdução do Bacharelado Interdisciplinar				Direitos Humanos e Relações Étnico Raciais				Meios de Expressão de Representação Visual				Estado e Relações de Poder				Fundamentos de Filosofia				Inovação e Criatividade				Meio Ambiente e Sociedade				Comunicação e Linguagem															
Natureza da CH	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex								
Total de Horas	15	15			10	10		10	30	30			15	15			30				30	30			15	15			30															
2º Semestre	Fundamentos da Política				Análise de dados em Sistemas de Informações Geográficos				Introdução a Língua Brasileira de Sinais				Ancestralidade e Cultura Brasileira				Fundamentos éticos (Ética e Justiça)				Formação Sócio Histórica do Brasil				Estudos de gênero				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)											
Natureza da CH	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex				
Total de Horas	30				15	15			15	15			10	10		10	30				30				30				30				60				60							
3º Semestre	Patrimônio e Memória Sócio Cultural				Políticas Sociais no Campo, na Cidade e na Floresta				Fundamentos de Sociologia				Práticas Integradoras em Humanidades				Fundamentos de Estatística				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)											
Natureza da CH	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex
Total de Horas	20			10	40			20	30				15	15		30	30				30				30				15	15			15	15			30							
4º Semestre	Gestão de Políticas e Projetos Sociais				Práticas em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				ELETIVA											
Natureza da CH	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex
Total de Horas	30				10	10		10	10	10		10	30				15	15			60				60				60				60				30							
5º Semestre	Metodologia Científica				Sustentabilidade, Resiliência e Sociedade				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				ELETIVA				ELETIVA											
Natureza da CH	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex
Total de Horas	30				15	15			60				60				60				30				30				30				30				30							
6º Semestre	TCC (HORÁRIO LIVRE)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				OPTATIVA (OBRIGATÓRIA 2º CICLO ou prevista no PPC)				ELETIVA				ELETIVA				ELETIVA											
Natureza da CH	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex
Total de Horas		60			30	30			30				30				30				30				30				30				30				60							

T = Teórica, P = Prática, E = Estágio, Ex = Extensão

2 4 0
 H
 A
 T
 I
 V
 I
 D
 A
 D
 E
 S
 C
 O
 M
 P
 L
 E
 T
 A
 R
 E
 S
 E
 X
 T
 E
 N
 S
 I
 O
 N
 I
 S
 T
 A
 S

10.1 DETALHAMENTO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS

10.1.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Introdução do Bacharelado Interdisciplinar
Carga horária: 30H (15H Teórica; 15H Prática)
Requisito(s): Não há.
Ementa: Interdisciplinaridade e indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão na Universidade. Orientação Profissional. Organização de estudos. Vida acadêmica e saúde mental. Projeto de Vida.
Objetivos: Compreender o conceito de interdisciplinaridade e sua relevância na construção do conhecimento no contexto dos Bacharelados Interdisciplinares. Conhecer os princípios da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão como pilares estruturantes da universidade pública. Entender os desafios e potencialidades da vida universitária, com foco na organização dos estudos, orientação profissional e cuidados com a saúde mental. Apreciar a importância do autoconhecimento e da elaboração de um projeto de vida acadêmico e profissional alinhado aos valores e possibilidades oferecidos pela formação interdisciplinar.
Bibliografia Básica: OLIVEIRA, R. E. A interdisciplinaridade na prática acadêmica universitária. Revista Brasileira de Educação, v. 26, e026027, 2021. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1414-40772021000200377&script=sci_arttext SÍVERES, Luiz. A extensão universitária como um princípio de aprendizagem. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade, 2013. 274 p. ISBN 978-85-7963-089-7. SILVA, João Batista do Carmo (Org.). Experiências de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade pública. Curitiba: Bagai, 2022.
Bibliografia Complementar: GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê? Instituto Paulo Freire. São Paulo, 2017. Disponível em: https://eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/02/Extensao_Universitaria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. 52. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2021. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Org.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. São Paulo: Manole, 2010. SANTOS, Cristiane da Silva et al. (Org.). Estudos interdisciplinares em humanidades e linguagens. Goiânia: Editora Lupa, 2021.

PEREIRA, Ana; COSTA, Helena. Interdisciplinaridade e pensamento crítico em ciências humanas. Porto Alegre: Bookman, 2020.

Direitos Humanos e Relações Étnico Raciais

Carga horária: 30H (10H Teórica; 10H Prática; 10 Extensão)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Políticas públicas e direitos humanos e Sociologia da Justiça Social. Estudo dos fundamentos históricos, políticos e sociais dos Direitos Humanos, com ênfase nas relações étnico-raciais no Brasil e nas políticas de promoção da igualdade. Conflitos globais, imigração e segregação espacial urbana.

Objetivos:

Compreender os fundamentos históricos, políticos e sociais dos Direitos Humanos e sua relação com a Sociologia da Justiça Social, situando esses debates no contexto brasileiro. Entender as relações étnico-raciais no Brasil como dimensões estruturantes da justiça social, apreciando os efeitos das desigualdades, do racismo e das disputas por reconhecimento e representatividade.

Conhecer políticas públicas e estratégias de promoção da igualdade étnico-racial, compreendendo seus vínculos com direitos, cidadania, equidade e inclusão.

Compreender conflitos globais, imigração e segregação socioespacial urbana como desafios contemporâneos aos Direitos Humanos, entendendo os impactos e tensões produzidos em territórios e políticas.

Apreciar a atuação ética e socialmente responsável, valorizando diversidade, acessibilidade e compromisso com justiça social como princípios formativos do curso.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 ago. 2025.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Bibliografia Complementar:

SILVA, Ana Lúcia da; et al. (org.). Ensino de história, diversidade e educação antirracista. Curitiba: Appris, 2019

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002 <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

PAULA, Renato Francisco dos. (org.) Direitos humanos em tempos de barbárie: questionar o presente para garantir o futuro. São Paulo: Cortez, 2022.

TRINDADE, J. D. de L. Direitos humanos: para além do capital. Disponível em: <https://uniaocampocidadeefloresta.files.wordpress.com/2011/01/direitos-humanospara-alem-do-capital-1.pdf>

Meios de Expressão e Representação Visual

Carga horária: 60H (30H Teórica; 30H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Uso da forma, cor, hierarquia e símbolos (caracteres) para comunicação visual. Meios de representação bidimensional e tridimensional. Noções de escalas, materiais e técnicas de representação gráfica analógica e digital. Normas técnicas relacionadas à representação gráfica. Interpretação de gráficos, mapas, vistas ortográficas (elevações), cortes (planta baixa) e perspectiva.

Objetivos:

Compreender princípios de comunicação visual por meio do uso de forma, cor, hierarquia e símbolos na organização de informações.

Entender meios de representação bidimensional e tridimensional, reconhecendo escalas, materiais e técnicas de representação gráfica analógica e digital.

Conhecer normas técnicas relacionadas à representação gráfica, aplicando convenções de desenhos, vistas, cortes e perspectivas.

Compreender a leitura e interpretação de representações visuais (gráficos, mapas, vistas ortográficas, plantas, cortes e perspectivas) como suporte à análise e comunicação de informações.

Bibliografia Básica:

CHING, Francis D. K. Representação gráfica em arquitetura. Tradução de Alexandre Salvaterra. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017. ISBN 978-85-8260-436-6.

MONTENEGRO, Gildo A. Geometria Descritiva. São Paulo: Edgard Blücher, 2015.

RICHARDS, James. Freehand Drawing and Discovery. Hoboken: Wiley, 2013.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16752:2020. Desenho técnico — Requisitos para apresentação em folha de desenho. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16861:2020. Desenho técnico — Requisitos para linhas e escrita. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 17006:2021. Desenho técnico — Representação de projeções ortográficas. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 17067:2022. Desenho técnico — Representação ortográfica — Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 17068:2022. Desenho técnico — Cotagem — Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

Estado e Relações de Poder

Carga horária: 30H (15H Teórica; 15H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Organização política, social e econômica do estado brasileiro e suas repercussões nas cidades. Estudo das teorias do Estado, das instituições políticas e das relações de poder na sociedade, considerando práticas de dominação, resistência e participação social. Conflitos e Cooperação Internacional.

Objetivos:

Compreender a organização política, social e econômica do Estado brasileiro, reconhecendo suas repercussões na configuração e nas dinâmicas das cidades.
Entender teorias do Estado, instituições políticas e relações de poder, considerando práticas de dominação, resistência e participação social.
Conhecer fundamentos de conflitos e cooperação internacional, relacionando-os a disputas de poder e a processos políticos contemporâneos.

Bibliografia Básica:

OSORIO, Jaime Osorio O ESTADO NO CENTRO DA MUNDIALIZAÇÃO: A sociedade civil e o tema do poder. Tradução Fernando Correa Prado. 1ª edição. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2014
CASTRO, Jorge Abraão; POCHMANN, Marcio (org.) Brasil: Estado Social contra a barbárie. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020
WOOD, Ellen M. Democracia contra capitalismo: a frenoação do materialismo histórico. Tradução Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010

Bibliografia Complementar:

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992;
BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma do estado para a Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: 34; Brasília: ENAP, 1998.
ARENDDT, Hannah. A Condição Humana, Rio de Janeiro, Forense, 1991;
SALVADOR, Evilasio da Silva; TEIXEIRA, Sandra Oliveira; YANNOULAS, Silvia Cristina; GOMES JUNIOR, Newton Narciso (org) Estado, Política Social e Direitos. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2021
ARENDDT, Hannah. As origens do totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das letras, 1989

Fundamentos de Filosofia
Carga horária: 30H (30H Teórica)
Requisito(s): Não há.
<p>Ementa: Delineamento de problemas filosóficos e científicos. Reflexão crítica sobre os fundamentos, métodos e limites da ciência, abordando diferentes correntes filosóficas e seus impactos na produção do conhecimento.</p>
<p>Objetivos: Compreender problemas filosóficos e científicos, reconhecendo como se formulam questões sobre conhecimento, verdade, método e explicação. Entender os fundamentos, métodos e limites da ciência a partir de diferentes correntes filosóficas, relacionando seus impactos à produção do conhecimento.</p>
<p>Bibliografia Básica: RUSSELL, Bertrand. História da filosofia ocidental. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2009.</p>
<p>Bibliografia Complementar: CRAIG, Edward. Philosophy: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2002 COMTE, A. “Discurso sobre o Espírito Positivo”, in: Os Pensadores, vol. XXXIII. 1a. ed. São Paulo: Abril Cultural, 2007. CHAUI, Marilena. Ideologia. Uma Introdução. São Paulo: Boitempo, 2025 HEGEL, G.W.F. A razão na história. Introdução à Filosofia da História Universal. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995 VÁZQUEZ, Adolfo S. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977</p>

Inovação e Criatividade
Carga horária: 60H (30H Teórica; 30H Prática)
Requisito(s): Não há.
<p>Ementa: Conceitos sobre criatividade, inovação, sustentabilidade e transformação social. Processos de criação, desenvolvimento de ideias e inovação científica. Propriedade intelectual, patentes, registros. Criatividade como um processo humano, decorrente de contextos históricos, sociais e econômicos. Ferramentas e métodos para geração de soluções de problemas.</p>
Objetivos:

Compreender os conceitos fundamentais de criatividade, inovação, sustentabilidade e transformação social, reconhecendo suas inter-relações e implicações em contextos científicos, tecnológicos e produtivos.

Entender a criatividade como um processo humano situado histórica, social e economicamente, valorizando como contextos e condições materiais influenciam a emergência e a viabilidade de ideias inovadoras.

Conhecer processos de criação e desenvolvimento de ideias voltados à inovação científica, compreendendo etapas e dinâmicas de elaboração, validação e aprimoramento de propostas inovadoras.

Compreender fundamentos de propriedade intelectual (patentes e registros), entendendo sua relevância para proteção, difusão e valorização de conhecimentos, invenções e soluções.

Reconhecer o uso de ferramentas e métodos para geração de soluções de problemas, identificando seu papel na estruturação do pensamento criativo, na tomada de decisão e na construção de respostas inovadoras e sustentáveis.

Bibliografia Básica:
GIGLIO, Zula Garcia et al. Da criatividade à Inovação. Campinas: Papyrus, 2009.
MUNARI, Bruno. Das Coisas Nascem Coisas. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Tradução de José Manuel de Vasconcelos. 378 p
OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. Petrópolis: Vozes, 1977. 187 p

Bibliografia Complementar:
MACEDO, Maria Fernanda Gonçalves; BARBOSA, A. L. Figueira. Patentes, Pesquisa & Desenvolvimento: um manual de propriedade intelectual. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. 164 p. ISBN 8585676787. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575412725>.
MOLES, Abraham. A Criação Científica. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. ISBN 9788527301541

Meio Ambiente e Sociedade

Carga horária: 30H (15H Teórica; 15H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa:
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, indicadores urbanos, sistemas de monitoramento de sustentabilidade. Análise das relações entre sociedade, ambiente e desenvolvimento, abordando questões socioambientais, sustentabilidade e políticas públicas de gestão ambiental.

Objetivos:
Compreender os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, indicadores urbanos e sistemas de monitoramento, reconhecendo seu papel na avaliação da sustentabilidade. Entender as relações entre sociedade, ambiente e desenvolvimento, conhecendo questões socioambientais e políticas públicas de gestão ambiental.

Bibliografia Básica:

FRANCO, M. A. R. Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico. 2ed. São Paulo: Annablume, 2008. 224 p.

SACHS, Ignacy. O futuro da humanidade: meio ambiente e desenvolvimento sustentável. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CARSON, Rachel. Primavera silenciosa. Tradução de José Bento Monteiro Lobato. 3. ed. São Paulo: Gaia, 2009.

Bibliografia Complementar:

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental e Sustentabilidade. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2013

MOTA, S. Planejamento urbano e preservação ambiental. Fortaleza: UFC, 1981. 241 p

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reconstrução do conhecimento e da ação ambiental. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

Comunicação e Linguagem

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Produção e Interpretação de textos. Estudo dos processos de comunicação humana, linguagem escrita e oral, e suas implicações sociais e culturais na produção e transmissão de conhecimento.

Objetivos:

Compreender os processos de comunicação humana e o papel da linguagem oral e escrita na produção e circulação de sentidos em diferentes contextos sociais e culturais. Entender a produção e a interpretação de textos como práticas de construção e transmissão de conhecimento, reconhecendo suas implicações sociais e culturais.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, I. C. M.; DAMASCENO-MORAIS, R. (org.). Introdução à análise da argumentação. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

BAKHTIN, Mikhail M. Estética da comunicação verbal. Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992

VOLPATO, Gilson. Método lógico para a redação científica. 1. ed. [s.l.]: Best Writing, 2011.

Bibliografia Complementar:

VOLÓCHINOV, Valentin. Marxismo e filosofia da linguagem. Tradução, notas e glossário Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2021

VELASCO, P. D. N. Educando para a Argumentação: contribuições do ensino da lógica. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – (Coleção Ensino de Filosofia)

VOLPATO, Gilson. Bases teóricas para redação científica. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2007. 126 p.

Fundamentos da Política

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Compreensão sobre os conceitos, origens e fundamentos da política como prática social e campo de poder. Análise das principais teorias políticas clássicas e contemporâneas. Relações entre Estado, sociedade civil, democracia e cidadania. Compreensão das formas de organização e participação política. Discussão crítica sobre poder, ideologia e políticas públicas na contemporaneidade. Geopolítica, Estratégia e Relações Internacionais.

Objetivos:

Compreender os conceitos, origens e fundamentos da política como prática social e campo de poder, relacionando Estado, sociedade civil, democracia e cidadania. Entender teorias políticas clássicas e contemporâneas e formas de organização e participação política, reconhecendo implicações para poder, ideologia, políticas públicas, geopolítica e relações internacionais.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. Brasília: UnB, 1997.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Trad. José Maria Rodrigues. São Paulo: Abril Cultural, 1987
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2011

Bibliografia Complementar:

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo Civil. Trad. José Roberto Franco. São Paulo: Martins Fontes, 2008
HOBBS, Thomas. Leviatã. Trad. José Jorge de Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2005
MAQUIAVEL, N. O príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
ARISTÓTELES. A política. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
PAULO, Arantes. O novo tempo do mundo – e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

Análise de dados em Sistemas de Informações Geográficos

Carga horária: 30H (15H Teórica, 15H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Noções de Geoprocessamento: (Cartografia; Modelo Numérico de Terreno; Sistemas de Informação Geográfica; Sensoriamento Remoto; Sistemas de Posicionamento Global; Fotointerpretação). Tipos de dados geográficos e suas aplicações. Interpretação, organização e análise de dados espaciais.

Objetivos:

Compreender os fundamentos do geoprocessamento (cartografia, SIG, sensoriamento remoto, GPS, MNT e fotointerpretação), reconhecendo suas aplicações em diferentes contextos.

Entender tipos de dados geográficos e seus usos, compreendendo procedimentos de organização, interpretação e análise de dados espaciais em Sistemas de Informação Geográfica.

Bibliografia Básica:

FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 160 p. ISBN 9788586238826.

GHILANI, C. D.; WOLF, P. R. Geomática. Pearson, 2014. 13.ed. ISBN 9788581434506.

MIRANDA, José Iguelmar. Fundamentos de sistemas de informações geográficas. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

Bibliografia Complementar:

SILVA, A. N. R.; RAMOS, R. A. R.; SOUZA, L. C. L.; RODRIGUES, D. S.; MENDES, J. F. G. SIG: uma plataforma para introdução de técnicas emergentes no planejamento urbano, regional e de transportes. São Carlos: edUFSCar, 2008."

"KNEIP, Andreas. Sistemas de informação geográfica: uma introdução prática. Palmas: EdUFT, 2021. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/editora/catalogo/sistema-de-informacao-geografica-uma-introducao-pratica>

. Acesso em: 08 out. 2025."

CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu A.; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. Geoprocessamento: teoria e aplicações. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/> . Acesso em: 08 out. 2025.

"GEOINFORMAÇÃO em urbanismo: cidade real x cidade virtual. São Paulo: Oficina de Textos, 2009. 368 p. ISBN 978-85-86238-55-0. "

Introdução à Língua Brasileira de Sinais

Carga horária: 30H (15H Teórica; 15H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais, abordando aspectos linguísticos, culturais e comunicacionais, com ênfase na inclusão de pessoas surdas.

Objetivos:

Compreender os fundamentos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecendo sua estrutura, funcionamento e especificidades como língua natural da comunidade surda. Entender os aspectos culturais e comunicacionais relacionados à Libras, conhecendo princípios de inclusão e acessibilidade comunicacional voltados à interação respeitosa e efetiva com pessoas surdas em contextos acadêmicos e sociais.

Bibliografia Básica:

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO- MEC. Decreto nº5626 de 22/12/2005. Regulamenta a Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o art.18 da Lei nº 10098 de 19/12/2000.

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, C.B, F. de; SANTOS, L.F. dos (orgs). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e Educação de surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2013.

Bibliografia Complementar:

BERGAMASCHI, R.I e MARTINS, R.V.(Org.) Discursos Atuais sobre a surdez. La Salle, 1999.

BOTELHO, P. Segredos e Silêncios na Educação de Surdos. Autentica, 1998.

BRITO, L.F. Por uma gramática de Língua de Sinais. Tempo brasileiro, 1995.

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua Brasileira de Sinais. Volume I:

Sinais de A a L (Vol1, PP. 1-834). São Paulo: EDUSP, FABESP, Fundação Vitae, FENEIS, BRASIL TELECOM, 2001a.

Ancestralidade e Cultura Brasileira

Carga horária: 30H (10H Teórica; 10H Prática; 10H Extensão)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Formação da cultura e da sociedade brasileira (povos originários, africanos, asiáticos, europeus, latino americanos). Estudo das raízes culturais brasileiras, abordando tradições, práticas sociais, expressões artísticas e influências históricas na construção da identidade nacional.

Objetivos:

Compreender a formação histórica e cultural da sociedade brasileira, reconhecendo contribuições de povos originários, africanos, asiáticos, europeus e latino-americanos na construção da identidade nacional.

Entender raízes culturais brasileiras por meio de tradições, práticas sociais e expressões artísticas, relacionando influências históricas à diversidade cultural contemporânea.

Bibliografia Básica:

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 50. ed. São Paulo: Global, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). A invenção das tradições. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012

Bibliografia Complementar:

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2007.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Chauí, Marilena. Cidadania cultural: diversidade e democracia no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1997.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

XAKRIABÁ, Célia; KRENAK, Ailton. A ancestralidade como projeto de futuro. São Paulo: Jandaíra, 2021.

Fundamentos éticos (Ética e Justiça)

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Fundamentos filosóficos, históricos e sociais da ética. Análise das relações entre ética, moral e valores. A constituição da subjetividade moral e os dilemas éticos contemporâneos nas esferas científica, política, ambiental e tecnológica. Discussão sobre responsabilidade individual e coletiva, justiça social e direitos humanos. A ética como dimensão constitutiva da vida pública e da prática profissional em contextos interdisciplinares.

Objetivos:

Compreender fundamentos filosóficos, históricos e sociais da ética, distinguindo ética, moral e valores na vida individual e coletiva.

Entender a constituição da subjetividade moral e os dilemas éticos contemporâneos nas esferas científica, política, ambiental e tecnológica.

Conhecer relações entre responsabilidade, justiça social e direitos humanos, reconhecendo a ética como dimensão constitutiva da vida pública e da prática profissional em contextos interdisciplinares.

Bibliografia Básica:

VÁZQUES, Adolfo S. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 ago. 2025.

BOFF, Leonardo. Ética e Moral: A Busca dos Fundamentos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Bibliografia Complementar:

DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000
CUEVA, A. Tempos conservadores. Tradução Fátima Murad. São Paulo: Editora Hucitec, 1989
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1967
TERTULIAN, N. O grande projeto da ética. São Paulo: Editora Ad Hominem, 1999
NOVAES, A. (org.) Ética. São Paulo: Cia das Letras, 1992

Formação Sócio Histórica do Brasil

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Análise dos processos históricos, econômicos, políticos e culturais que estruturaram a formação social brasileira. Colonização, escravidão, Independência e construção do Estado nacional. Transformações sociais, urbanização, industrialização e movimentos sociais. As dinâmicas de desigualdade, raça, classe e gênero na constituição da sociedade brasileira.

Objetivos:

Compreender os processos históricos, econômicos, políticos e culturais que estruturaram a formação social brasileira, da colonização à construção do Estado nacional.

Entender transformações sociais relacionadas à urbanização, industrialização e movimentos sociais, reconhecendo seus efeitos na organização da sociedade.

Conhecer as dinâmicas de desigualdade na sociedade brasileira, considerando as relações entre raça, classe e gênero em diferentes períodos históricos.

Bibliografia Básica:

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

IANNI, Octavio. A Formação do Estado Populista na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

Bibliografia Complementar:

CHAUÍ, Marilena. Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca". São Paulo: Globo, 2008.

Moura, Clóvis. Sociologia do Negro brasileiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019

Estudos de Gênero
Carga horária: 30H (30H Teórica)
Requisito(s): Não há.
<p>Ementa: Política social focada em minorias, urbanismo tático, social e cidadão. Direitos Humanos. Movimentos sociais e articulação política. Feminismo, Sexualidade. Opressão. Participação comunitária. Justiça social.</p>
<p>Objetivos: Compreender os Direitos Humanos e a justiça social a partir das contribuições dos estudos de gênero contemporâneos, reconhecendo como normas e instituições produzem desigualdades, opressões e disputas por reconhecimento. Entender políticas públicas e política social voltadas a minorias e grupos historicamente marginalizados, apreciando seus fundamentos, controvérsias e desafios no enfrentamento de violências e discriminações. Conhecer o papel dos movimentos sociais e da articulação política na construção e ampliação de direitos, compreendendo formas coletivas de mobilização em torno de gênero, sexualidade, raça/etnia e território. Compreender debates atuais sobre feminismos, sexualidades e relações de poder, entendendo a perspectiva interseccional como chave para interpretar experiências de opressão, resistência e participação social. Apreciar práticas de participação comunitária e de urbanismo tático, social e cidadão como estratégias de transformação do território orientadas por direitos, inclusão, segurança, cuidado e acesso equitativo à cidade.</p>
<p>Bibliografia Básica: BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010 FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade: A Vontade de Saber. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003 TELLES, Sílvia (org.). Gênero e Sociedade no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2014</p>
<p>Bibliografia Complementar: SCHWARCZ, Lilia Moritz; PINTO, Daniel Aarão Reis (orgs.). Gênero e Raça no Brasil: Perspectivas Interdisciplinares. São Paulo: Editora Unesp, 2016. HOOKS, Bell. Feminism is for Everybody. Cambridge: South End Press, 2000 RIOS, Flavia; LIMA, Marcia. Por um feminismo afeio-latino-americano. Lelia Gonzalez. São Paulo: Edit. Zahar, 2020 DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.</p>

SAFIOTTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 3a edição. São Paulo: Editora Expressão Popular: São Paulo, 2013

Patrimônio e Memória Sócio Cultural

Carga horária: 30H (20H Teórica; 10H Extensão)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Políticas públicas de conservação do patrimônio cultural. Processos de recuperação de áreas degradadas e a relação com o patrimônio sociocultural e arquitetônico local. Preservação e resgate da memória de assentamentos quilombolas, indígenas e de fluxos migratórios .Patrimônio Imaterial.

Objetivos:

Compreender políticas públicas e estratégias de conservação do patrimônio cultural, reconhecendo seus fundamentos e desafios.

Entender a relação entre recuperação de áreas degradadas e preservação do patrimônio sociocultural e arquitetônico local.

Conhecer processos de preservação e resgate da memória de comunidades quilombolas, indígenas e de fluxos migratórios, incluindo o patrimônio imaterial.

Bibliografia Básica:

BENEVOLO, L. História da Cidade. São Paulo: Perspectiva, 2001.

REVISTA do IPHAN: história e patrimônio. Brasília: Iphan, MinC, Coleção. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239>>

ZANIRATO, Sílvia Helena; RIBEIRO, Rafael Winter. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2006.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Art. 216 – patrimônio cultural; Art. 225 – patrimônio ambiental.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005

RODRIGUES, José Eli da Veiga. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

KÜHL, B. M. Preservação do patrimônio arquitetônico industrialização. Atelier Editorial Cotia, 2009.

Políticas Sociais no Campo, na Cidade e na Floresta

Carga horária: 60H (40H Teórica; 20H Extensão)

Requisito(s): Não há.

<p>Ementa: Estudo das políticas sociais em diferentes contextos territoriais e socioculturais do Brasil. Análise das dinâmicas de desenvolvimento, desigualdade e diversidade entre campo, cidade e floresta. Relações entre Estado, sociedade civil e movimentos sociais na formulação e execução das políticas públicas. Desafios para a efetivação de direitos sociais em realidades marcadas por pluralidade cultural, desigualdades regionais e conflitos socioambientais.</p>
<p>Objetivos: Compreender as políticas sociais em diferentes contextos territoriais e socioculturais do Brasil, considerando campo, cidade e floresta. Entender as dinâmicas de desenvolvimento, desigualdade e diversidade que atravessam esses territórios, reconhecendo suas implicações para a efetivação de direitos sociais. Conhecer as relações entre Estado, sociedade civil e movimentos sociais na formulação e execução de políticas públicas, identificando desafios associados a conflitos socioambientais e desigualdades regionais.</p>
<p>Bibliografia Básica: ROLNIK, Raquel. Guerra dos Lugares: A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças. São Paulo: Boitempo, 2015 TAVARES, Maria da Conceição; NUNES, Sebastião. Cidadania e Políticas Públicas no Campo Brasileiro. Brasília: IPEA, 2005 BARBOSA, Benedito. Populações Tradicionais, Território e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 2006</p>
<p>Bibliografia Complementar: VEIGA, José Eli. Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Editora da USP, 2010. SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). Agroecologia e educação do campo. Campinas: Átomo, 2019. ISBN 978-85-7670-263-4. IANNI, Octavio. Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004 CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000</p>

Fundamentos de Sociologia
Carga horária: 30H (30H Teórica)
Requisito(s): Não há.
<p>Ementa: Compreensão dos principais conceitos, teorias e autores da sociologia. Análise das formas de organização e transformação da vida social. A relação entre indivíduo e sociedade,</p>

trabalho, classes sociais, instituições e poder. Compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas e das expressões da questão social.

Objetivos:

Compreender os principais conceitos, teorias e autores da sociologia, reconhecendo seus objetos e modos de interpretação da vida social.

Entender formas de organização e transformação da sociedade, analisando relações entre indivíduo e sociedade, trabalho, classes sociais, instituições e poder.

Conhecer dinâmicas sociais contemporâneas e expressões da questão social, compreendendo seus efeitos sobre desigualdades e conflitos na realidade brasileira.

Bibliografia Básica:

DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2011.

Bibliografia Complementar:

BORON, Atilio. A. Estado, capitalismo y democracia en América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2003

ZENTENO, Raúl B. (coord) As classes sociais na América Latina. Problemas de conceituação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

FERNANDES, Florestan. Poder e contrapoder na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2015

MIGUEL, Luiz Felipe. Marxismo e Política. Modos de usar. São Paulo: Boitempo Editora, 2014

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1982

Práticas Integradoras em Humanidades

Carga horária: 60H (15H Teórica; 15H Prática; 30 Extensão)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Desenvolvimento de atividades multidisciplinares envolvendo a prática profissional e a assistência técnica em projetos sociais. Dinâmicas de integração entre universidade e comunidade. Estruturação de atividades vinculadas ao escritório modelo.

Objetivos:

Compreender a prática profissional e a assistência técnica em projetos sociais, reconhecendo suas dimensões éticas, territoriais e comunitárias.

Entender dinâmicas de integração entre universidade e comunidade, conhecendo processos de estruturação e execução de atividades vinculadas ao escritório modelo.

Bibliografia Básica:

SANTOS, Boaventura de Sousa; SOARES, Luisa; SILVA, José da. Universidade e extensão: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

FREIRE, Paulo. Extensão universitária e educação popular: diálogo e prática. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes para integração interdisciplinar em cursos de graduação. Brasília: MEC, 2017.

Bibliografia Complementar:

NOGUEIRA, Alessandra Borin; SILVA, Antônio Wardison C.; PLACIDO, Vera Lúcia dos Santos (Orgs.). A prática da extensão universitária na formação e no impacto dos agentes envolvidos. Disponível em

<https://www.puc-rio.br/sobrepucc/admin/vreep/download/Ebook%20FOREXT%202024.pdf>

SANTOS, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2013. Disponível em:

<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/img-pdf/1440003461-1398280172-vol-03-milton-santos.pdf>

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. XXXI Encontro Nacional do FORPROEX, Manaus, AM, 2009. Disponível em:

<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>.

Fundamentos de Estatística

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Fundamentos de cálculo matemático. Estudo dos conceitos básicos de estatística descritiva e inferencial aplicados às ciências sociais. Apresentação, organização e interpretação de dados sociais. Medidas de tendência central e de dispersão. Noções de probabilidade, amostragem e estimativas. Leitura crítica de indicadores sociais e de pesquisas quantitativas em políticas públicas. Aplicações da estatística na análise de realidades sociais e no planejamento de intervenções.

Objetivos:

Compreender fundamentos de estatística descritiva e inferencial aplicados às ciências sociais, reconhecendo formas de apresentação, organização e interpretação de dados sociais.

Entender noções de probabilidade, amostragem e estimativas, desenvolvendo leitura crítica de indicadores sociais e pesquisas quantitativas voltadas a políticas públicas e planejamento de intervenções.

Bibliografia Básica:

TRIOLA, Mario F. Introdução a estatística. 12. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017 812 p.

PINHEIRO, I., CUNHA, S.B., CARVAJAL, S., GOMES, G.C. – Estatística Básica – arte de trabalhar com os dados, Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

SENRA, N. O Saber e o Poder das Estatísticas: Uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências. IBGE, Rio de Janeiro, 2005.

Bibliografia Complementar:

ANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 5. ed. Campinas, SP: Alínea, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. Brasília, DF: IPEA, 2015.

Gestão de Políticas e Projetos Sociais

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Gerenciamento de projetos ambientais e sociais. Formação de grupos de processos de iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e encerramento. Planos de gerenciamento de projetos sociais. Elaboração de escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos, aquisições, integração e partes interessadas. Ferramentas e técnicas de gerenciamento de projetos.

Objetivos:

Compreender fundamentos e etapas do gerenciamento de projetos ambientais e sociais, reconhecendo o ciclo de vida do projeto (iniciação, planejamento, execução, monitoramento/controle e encerramento).

Entender a elaboração de planos de gerenciamento de projetos sociais, incluindo escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos, aquisições e integração.

Conhecer ferramentas e técnicas de gestão de projetos e de gestão de partes interessadas, compreendendo sua aplicação no acompanhamento e na entrega de resultados em políticas e projetos sociais.

Bibliografia Básica:

"ROLDAO, Victor Sequeira. Gestão de projetos: uma perspectiva integrada. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2004. 220 p.

ISBN 85-7600-027-X"

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 2013.

RAJ, Paulo P.; BAUMOTTE, Ana Cláudia T.; FONSECSA, Doris P. D'alincourt; SILVA, Lauro H.c. Monteiro Da. Gerenciamento de pessoas em projetos. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011. 178 p. (Série Gerenciamento de Projetos). ISBN 978-85-225-0796-2.

Bibliografia Complementar:

SANVICENTE, Antonio Zoratto. Administração financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 283 p. ISBN 978-85-224-0221-2

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 419 p. ISBN 9788522462889.

DRUCKER, Peter. Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002

SOUZA FILHO, Rodrigo. Gestão Pública e Democracia. A burocracia em questão. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013

RIBEIRO, Renato. J. A sociedade contra o social. O alto custo da vida pública no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2000

Práticas em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social ATHIS

Carga horária: 30H (10H Teórica; 10 Prática; e 10H Extensão)

Requisito(s): Práticas Integradoras em Humanidades

Ementa:

Aplicação de conceitos na elaboração de propostas, desenvolvimento e acompanhamento de processo de assistência técnica em HIS; Leis relacionadas a ATHIS. Histórico da Habitação de Interesse Social no Brasil e na América Latina. Atividades vinculadas ao escritório modelo de Arquitetura e Urbanismo e Serviço Social.

Objetivos:

Compreender os fundamentos e o papel da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), relacionando-os à elaboração, desenvolvimento e acompanhamento de propostas em HIS.

Entender o marco legal da ATHIS e sua aplicação, articulando-o ao histórico da Habitação de Interesse Social no Brasil e na América Latina.

Conhecer dinâmicas e procedimentos de atuação vinculados ao escritório modelo, compreendendo a integração interdisciplinar entre Arquitetura e Urbanismo e Serviço Social em ações de ATHIS.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e institui o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2005.

"BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. "

Bibliografia Complementar:

SÃO PAULO (Município). Lei nº 13.433, de 27 de setembro de 2002. Dispõe sobre o Serviço de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social no Município de São Paulo e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 28 set. 2002.

BRASIL. Ministério das Cidades. Política Nacional de Habitação. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

KOWARIC, L. A Espolição Urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 204
MARICATO, Ermínia. Habitação e cidade. São Paulo: Atual, 1997.

Metodologia Científica

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Delineamento de Problemas científicos. Produção de textos acadêmicos. Criatividade e pesquisa científica. Elaboração de problemas científicos. Análise de dados. Uso da Inteligência Artificial na pesquisa científica e produção de textos.

Objetivos:

Compreender o delineamento de problemas científicos, reconhecendo etapas e critérios de formulação de questões e objetivos de pesquisa.
Entender a produção de textos acadêmicos e a organização de argumentos, articulando criatividade, revisão e coerência metodológica na pesquisa científica.
Conhecer procedimentos básicos de análise de dados e o uso responsável de ferramentas digitais, incluindo Inteligência Artificial, na pesquisa e na produção de textos.

Bibliografia Básica:

DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2022.

Bibliografia Complementar:

BRUYNE, Paul (et all) Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais, Os polos da prática metodológica. Tradução de Ruth Joffily. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.
DEMO, Pedro. Aprender pela Pesquisa. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
OLIVEIRA, Paulo de Salles. Metodologia das Ciências Humanas. São Paulo: Editora Hucitec; Editora UNESP, 1998
CARDOSO, Ciro F.; BRIGNOLI, Hector P. Os métodos da história. Tradução de João Maria. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983
MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Editora Atlas, 2010

Sustentabilidade, Resiliência e Sociedade

Carga horária: 30H (15H Teórica; 15H Prática)

Requisito(s): Não há.

<p>Ementa: Estudo das estratégias para o desenvolvimento sustentável, abordando resiliência a riscos naturais e sociais. Práticas, ações e desenvolvimento de políticas públicas baseadas na sustentabilidade e resiliência. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Indicadores de sustentabilidade.</p>
<p>Objetivos: Compreender estratégias de desenvolvimento sustentável, relacionando sustentabilidade, resiliência e sociedade em diferentes escalas. Entender riscos naturais e sociais e abordagens de resiliência, reconhecendo práticas, ações e políticas públicas associadas. Conhecer os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e indicadores de sustentabilidade, compreendendo seu uso em diagnóstico e monitoramento.</p>
<p>Bibliografia Básica: SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. SACHS, Ignacy. O futuro da humanidade: meio ambiente e desenvolvimento sustentável. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.</p>
<p>Bibliografia Complementar: ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e política ambiental. In: _____. (Org.). Discursos da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora FASE, 2001. p. 13-30. IPEA; IBGE; UNICAMP. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livro_caracterizacao_tendencias_v01.pdf> UN-HABITAT. World Cities Report 2022: Envisaging the Future of Cities. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2022. "IPCC. Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-synthesis-report/. Acesso em: 8 out. 2025." SAITO, Kohei. O capital no antropoceno. Tradução Caroline M. Gomes. São Paulo: Boitempo, 2024</p>

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Carga horária: 60H (60H Prática)
Requisito(s): 750 horas em disciplinas obrigatórias.

Ementa

Atividade acadêmica integradora, destinada a consolidar os conhecimentos adquiridos ao longo do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades e a desenvolver competências de pesquisa, análise crítica e comunicação científica.

Objetivos:

Compreender o TCC como atividade integradora de síntese e consolidação dos conhecimentos adquiridos no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades.

Entender a pesquisa científica como base para a construção de um trabalho final com rigor teórico-metodológico e coerência argumentativa.

Conhecer etapas de planejamento, desenvolvimento e organização do TCC, reconhecendo o papel da orientação docente e da autonomia discente.

Compreender a escrita acadêmica e a apresentação/defesa do TCC como processos de comunicação científica clara e adequada ao meio acadêmico.

Entender a importância da ética, da integridade acadêmica e da responsabilidade social na produção e divulgação do conhecimento no TCC.

Bibliografia Básica:

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2022. 176 p. ISBN 978-65-5977-163-6.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. 304 p. Tradução de Magda Lopes. ISBN 978-65-8133-418-5.

POPPER, Karl Raimund. A lógica da pesquisa científica. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013. 454 p. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. ISBN 978-85-316-1250-3.

Bibliografia Complementar:

10.1.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

Desenho de Observação e Expressão Gráfica
Carga horária: 30H (30H Teórica)
Requisito(s): Não há.
Ementa: Exploração de técnicas e meios expressões visuais e representações espaciais. Aprofundamento das técnicas de representação gráfica e digital aplicadas à arquitetura, ao urbanismo e paisagismo, incluindo desenho técnico, modelagem tridimensional e comunicação visual de projetos. Desenho Artístico.
Objetivos: Compreender técnicas de observação e expressão gráfica aplicadas à representação de espaços e objetos. Entender princípios de desenho técnico e comunicação visual na documentação de projetos. Conhecer meios e ferramentas de representação analógica, digital e de modelagem tridimensional no campo do ambiente construído. Compreender a representação gráfica como linguagem de projeto, articulando intenção, leitura espacial e clareza comunicacional.
Bibliografia Básica: CHING, Francis D. K. Representação gráfica em arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2012. MONTENEGRO, Gildo A. Desenho de arquitetura. São Paulo: Edgard Blücher, 2001. SILVA, Arnaldo et al. Desenho técnico moderno. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
Bibliografia Complementar: CHING, Francis D. K.; JURSZEK, Steven P. Desenho e apresentação . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. LASEAU, Paul. Graphic thinking for architects and designers. 3. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2001.

História das Artes
Carga horária: 30H (15H Teórica; 15 Prática)
Requisito(s): Não há.
Ementa: História analítica das artes. Métodos de pesquisa em história da arte. Categorias estéticas da história da arte. Estilo, tendências e movimentos artísticos da pré-história ao pós-modernismo.
Objetivos:

Compreender a história analítica das artes, situando estilos e movimentos da pré-história ao pós-modernismo.
Entender categorias estéticas e métodos de pesquisa em história da arte como instrumentos de leitura crítica.
Conhecer relações entre produção artística, contextos históricos e transformações culturais.
Compreender a circulação de tendências artísticas e seus impactos sobre linguagens visuais contemporâneas.

Bibliografia Básica:

GOMBRICH, E. H. A história da arte. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
HAUSER, Arnold. História social da arte e da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
ARG AN, Giulio Carlo. Arte moderna: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Bibliografia Complementar:

DANTO, Arthur C. Após o fim da arte: a arte contemporânea e os limites da história. São Paulo: Odysseus, 2006.
ECO, Umberto. História da beleza. Rio de Janeiro: Record, 2004.
GARDNER, Helen; KLEINER, Fred S. **A arte através dos tempos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
JANSON, H. W.; JANSON, Anthony F. **História geral da arte**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Fundamentos de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo

Carga horária: 60H (30H Teórica; 30H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Introdução aos fundamentos do projeto de arquitetura, do urbanismo e do paisagismo para o desenvolvimento de intervenções espaciais em diversas escalas. Desenvolvimento de habilidades de representação, de comunicação e de criatividade. Métodos de organização de informações baseados em diferentes contextos sociais e econômicos. Condicionantes de projetos de arquitetura, programa de necessidades, pré-dimensionamento espacial, criação técnica/artística e os princípios de composição espacial.

Objetivos:

Compreender fundamentos do projeto em diferentes escalas (arquitetura, urbanismo e paisagismo) e seus condicionantes.
Entender métodos de organização de informações (programa de necessidades, pré-dimensionamento e composição espacial) em contextos socioeconômicos diversos.
Conhecer estratégias de representação e comunicação do projeto, articulando criatividade e critérios técnico-funcionais.
Compreender princípios de composição e qualificação do espaço como base para intervenções no território.

<p>Bibliografia Básica: CHING, Francis D. K. Arquitetura: forma, espaço e ordem. Porto Alegre: Bookman, 2015. LAMAS, José. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. NEUFERT, Ernst. Arte de projetar em arquitetura. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.</p>
<p>Bibliografia Complementar: LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.</p>

<p>Teoria Política</p>
<p>Carga horária: 30H (30H Teórica)</p>
<p>Requisito(s): Não há.</p>
<p>Ementa: Estudo dos fundamentos da teoria política e suas interfaces com o Serviço Social, abordando conceitos de poder, Estado, democracia, cidadania, direitos sociais e políticas públicas. Análise das principais correntes teóricas do pensamento político clássico e contemporâneo, suas implicações éticas e sociais, e a relação com a organização da sociedade, a desigualdade social e a proteção social. Reflexão crítica sobre a atuação profissional do assistente social no contexto das políticas públicas e da promoção da justiça social.</p>
<p>Objetivos: Compreender fundamentos da teoria política e suas interfaces com o Serviço Social (Estado, poder, democracia, cidadania e direitos). Entender correntes clássicas e contemporâneas do pensamento político e suas implicações éticas e sociais. Conhecer relações entre desigualdade, proteção social e políticas públicas na organização da sociedade. Compreender a atuação profissional no campo das políticas públicas, orientada à justiça social.</p>
<p>Bibliografia Básica: BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2016. RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. Para aprender políticas públicas: conceitos e teorias. Brasília, DF: IPEA, 2013.</p>
<p>Bibliografia Complementar: DAHL, Robert A. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2012. WEFORT, Francisco C. (org.). Os clássicos da política. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006.</p>

Economia Política
Carga horária: 30H (30H Teórica)
Requisito(s): Não há.
<p>Ementa: Análise das relações econômicas, sociais e políticas, enfocando a produção, distribuição e consumo de recursos e sua influência sobre a organização social e as políticas públicas. Estudo das teorias econômicas clássicas, marxistas e contemporâneas, com ênfase na compreensão da desigualdade social, trabalho, classes sociais e bem-estar social.</p>
<p>Objetivos: Compreender relações entre economia, sociedade e política na produção, distribuição e consumo de recursos. Entender tradições teóricas clássicas, marxistas e contemporâneas na explicação de desigualdade, trabalho e bem-estar. Conhecer categorias centrais da economia política (trabalho, valor, classes sociais, Estado e políticas públicas). Compreender a dinâmica econômica como determinante de padrões de proteção social e desigualdades territoriais.</p>
<p>Bibliografia Básica: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000. HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.</p>
<p>Bibliografia Complementar: SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.</p>

Trabalho, Questão Social e Serviço Social
Carga horária: 30H (30H Teórica)
Requisito(s): Não há.
<p>Ementa: Estudo das relações entre trabalho, capital e sociedade, com ênfase na análise da questão social e suas transformações históricas e contemporâneas. Aborda a dinâmica do mercado de trabalho, a precarização, o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais, relacionando esses fenômenos à intervenção do Serviço Social e às políticas de proteção social.</p>
<p>Objetivos: Compreender relações entre trabalho, capital e sociedade e sua vinculação à questão social.</p>

Entender transformações contemporâneas do trabalho (precarização, desemprego e novas formas de exploração) e seus efeitos.
Conhecer expressões da questão social (pobreza, desigualdades e vulnerabilidades) e sua relação com políticas de proteção social.
Compreender fundamentos da intervenção do Serviço Social diante das expressões da questão social.

Bibliografia Básica:
NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 2011.
BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.
ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Bibliografia Complementar:
IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.
NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.
IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

Serviço Social e Questão Agrária

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:
Estudo da questão agrária no Brasil a partir da formação socioeconômica do país e das contradições do modo de produção capitalista no campo. Análise das políticas agrárias e agrícolas, dos processos de expropriação, concentração fundiária e das lutas sociais no meio rural. Reflexão crítica sobre a reforma agrária, os movimentos sociais do campo e as formas de organização da classe trabalhadora rural. Relações entre a questão agrária, a questão social e a atuação profissional do assistente social nos contextos rurais e de reforma agrária.

Objetivos:
Compreender a questão agrária no Brasil a partir da formação socioeconômica e das contradições no campo.
Entender processos de expropriação, concentração fundiária e políticas agrárias/agrícolas e seus efeitos sociais.
Conhecer lutas e movimentos sociais do campo, formas de organização e conflitos socioterritoriais.
Compreender interfaces entre questão agrária, questão social e atuação profissional do Serviço Social em contextos rurais.

Bibliografia Básica:

STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Edusp, 1992.

Bibliografia Complementar:

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como espaço de vida. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 2010.

Raça e Classe na Sociedade Brasileira

Carga horária: 30H (15H Teórica; 15H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Análise crítica das relações entre raça e classe na formação social brasileira. Estudo das origens históricas do racismo, da escravidão e das desigualdades raciais no contexto do capitalismo dependente. Discussão sobre as articulações entre exploração de classe, racismo estrutural e patriarcado na produção e reprodução da questão social. Reflexão sobre a luta antirracista e o papel do Estado, das políticas públicas e dos movimentos sociais na promoção da igualdade racial.

Objetivos:

Compreender a formação social brasileira a partir das relações entre raça e classe e suas bases históricas.

Entender o racismo estrutural e suas articulações com exploração de classe e patriarcado na produção da questão social.

Conhecer o papel do Estado, das políticas públicas e dos movimentos sociais na promoção da igualdade racial.

Compreender perspectivas críticas para a luta antirracista e seus desdobramentos ético-políticos na vida pública.

Bibliografia Básica:

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Bibliografia Complementar:

MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

Sociologia Urbana

Carga horária: 30H (15H Teórica, 15H Prática)
Requisito(s): Não há.
<p>Ementa: Estudo das transformações sociais, econômicas e políticas associadas à urbanização e à constituição das cidades modernas. Análise crítica dos processos de industrialização, migração, segregação socioespacial e produção do espaço urbano. Reflexão sobre as desigualdades sociais, o direito à cidade e as expressões da questão social no contexto urbano</p>
<p>Objetivos: Compreender processos de urbanização e constituição das cidades modernas e suas transformações sociais e econômicas. Entender a produção do espaço urbano, considerando industrialização, migração e segregação socioespacial. Conhecer desigualdades urbanas, direito à cidade e expressões da questão social no contexto urbano. Compreender disputas e conflitos urbanos como relações de poder que atravessam políticas e planejamento.</p>
<p>Bibliografia Básica: LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001. HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</p>
<p>Bibliografia Complementar: VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2001. ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.</p>

Indicadores Sociais
Carga horária: 30H (30H Teórica)
Requisito(s): Não há.
<p>Ementa: Estudo conceitual e metodológico sobre os indicadores sociais como instrumentos de análise e planejamento de políticas públicas. Abordagem dos principais indicadores de desenvolvimento humano, desigualdade, pobreza, trabalho, educação, saúde, habitação e assistência social. Compreensão das fontes de dados e dos sistemas de informação estatística nacionais.</p>
Objetivos:

Compreender indicadores sociais como instrumentos conceituais e metodológicos de análise e planejamento de políticas públicas.

Entender indicadores de desenvolvimento humano, desigualdade, pobreza, trabalho, educação, saúde, habitação e assistência social.

Conhecer fontes de dados e sistemas nacionais de informação estatística, reconhecendo limites e potencialidades.

Compreender a leitura crítica de indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de intervenções públicas.

Bibliografia Básica:

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: Alínea, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. Brasília, DF: IPEA, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília, DF: PNUD, 2013.

Bibliografia Complementar:

SENRA, Nelson. O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

Estão previstas as disciplinas, listadas a seguir, como optativas para o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades, e que são obrigatórias para os cursos de 2º Ciclo, considerando a atual versão dos projetos pedagógicos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo com ênfase em Habitação de Interesse Social (HIS) e Serviço Social e que serão incluídas nesse rol, oportunamente, conforme atualização curricular:

História e Teoria da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo I
Projeto de Arquitetura I
Modelagem da Informação da Construção I
Desempenho térmico do ambiente construído
Planejamento e Projeto da Paisagem I
Tecnologias e Materiais de Construção I
Geomática
Modelagem da Informação da Construção II
Projeto de Arquitetura II
História e Teoria da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo II

Planejamento e Projeto da Paisagem II
Sistemas Estruturais
Projeto de Arquitetura III
Tecnologias e Materiais de Construção II
Desenho Universal
Planejamento e Orçamento das Construções I
Planejamento Urbano, Metropolitano e Regional I
Fundamentos de Geotecnia e Mecânica dos Solos
Projeto de Arquitetura IV
Planejamento Urbano, Metropolitano e Regional II
Estruturas de Concreto e Alvenaria
Instalações prediais
Planejamento e Gestão de Canteiro de Obras
Projeto de Arquitetura V
Planejamento e Orçamento das Construções II
Política Habitacional
Planejamento Urbano, Metropolitano e Regional III
Sistemas de Saneamento e Infraestrutura Verde
Fundações
Projeto de Arquitetura VI
Iluminação Natural e Artificial
Acústica ambiental
Projeto de Arquitetura VII
Estruturas Reticuladas (Metálicas e Madeiras)
Eficiência Energética do Ambiente Construído
Legislação Trabalhista e Ética Profissional
Sistemas prediais de proteção contra incêndios
Educação popular
Sociologia Rural
Legislação Social
Psicologia Social
Política Habitacional
Classes e Movimentos Sociais

Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I
Seguridade Social
Políticas Sociais Setoriais
Políticas Sociais Transversais
Pensamento Social Brasileiro
Trabalho e Sociabilidade
Processos de Trabalho e Serviço Social I
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II
Pesquisa em Serviço Social
Ética Profissional em Serviço Social
Gestão e Planejamento Social
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III
Processos de Trabalho e Serviço Social II
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV
Serviço Social e o Debate Contemporâneo

10.3 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

A extensão universitária é um dos pilares da educação superior brasileira, a qual garante a integração entre ensino, pesquisa e extensão, conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Esse princípio consolida a extensão como um das atividades-fim das universidades, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento social e científico do país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reafirma essa importância nos artigos 43, 44 e 52, ou seja, as universidades devem promover a extensão por meio da divulgação científica, de cursos e programas voltados à sociedade, atuando como instituições pluridisciplinares comprometidas com a formação profissional, a pesquisa e o cultivo do saber.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), em sua Meta 12, estratégia 7, determina que ao menos 10% da carga horária dos cursos de graduação seja dedicada a atividades de extensão, priorizando ações de relevância social. Essa diretriz foi regulamentada pela Resolução nº 7/2018 do CNE, que estabeleceu normas nacionais para a inserção da extensão nos currículos de graduação.

A atividades Curriculares de Extensão (ACEs) passíveis de inserção curricular na graduação como atividades extensionistas devem atender os seguintes princípios:

- I - Contribuição para a formação integral do estudante estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;*
- II - Estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e/ou internacional;*
- III - Envolvimento proativo dos estudantes na promoção de iniciativas que expressam o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas e prioritariamente as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação linguística, educação das relações étnico-raciais, direitos humanos e educação indígena, considerando a interprofissionalidade e interdisciplinaridade;*
- IV - Contribuição ao enfrentamento de questões no contexto local, regional, nacional ou internacional, respeitando-se os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) definidos pela ONU.*

Além da legislação, documentos como a Política Nacional de Extensão Universitária (2012) e o Plano Nacional de Extensão (1998), elaborados no âmbito do FORPROEX, consolidam princípios e metas que orientam a relação da universidade com a sociedade. Assim, o PPC do curso BICH segue as recomendações do FORPROEX (2021) as quais reforçam a necessidade de inserção curricular da extensão, assegurando sua integração efetiva à formação acadêmica.

As ACEs que contemplam princípios listados podem ser três tipos:

I - Atividades Curriculares Obrigatórias, Optativas ou Eletivas com carga horária integral ou parcial voltada à abordagem extensionista; I

II - Atividades Curriculares de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPEs) previstas nos PPCs; e

III - Atividades Complementares de Extensão: Ações de extensão, com ou sem bolsa, com aprovação registrada na Pró-Reitoria de Extensão nas modalidades de projetos, cursos, oficinas, eventos, prestação de serviços e ACIEPEs não previstas nos PPCs. § 1º Para ACE do parágrafo III, a creditação se dá para discentes registrados na equipe de trabalho da atividade de extensão.

No contexto institucional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Resolução Conjunta COG/COEX nº 2/2023 regulamenta a inserção curricular das atividades de extensão universitária nos cursos de graduação. O artigo 1º dessa resolução determina que todas as graduações devem integrar atividades de extensão em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), assegurando o cumprimento de, no mínimo, 10% da carga horária total do curso destinada a essas atividades.

Como o curso BICH possui em sua totalidade 2400 horas de atividades, os estudantes devem cumprir, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, sendo 240 horas de atividades extensionistas. Do total, 90h devem ser cumpridas no âmbito das disciplinas obrigatórias e o restante (150h) horas, deverão ser cumpridas em outras atividades de extensão, conforme quadros V e IV a seguir:

Quadro V: Distribuição da Carga Horária de Extensão no BICH

Distribuição da Carga Horária de Extensão				
Curso	Carga Horária Total do Curso	Percentual Mínimo de Atividades de Extensão	Carga Horária de Extensão	Observações
BICH (1º ciclo)	2.400 h	10%	240 h	Carga horária mínima obrigatória (90 h em disciplinas + 150 em ACEs)

Quadro VI: Distribuição da Carga Horária de Extensão no BICH por ACEs

Distribuição por tipo de ACE		
Tipo de atividade	Carga horária	Descrição
Disciplinas obrigatórias com abordagem extensionista	90 h	Inseridas no PPC
Atividades Complementares de Extensão	Carga horária livre até complementar 150h total	Participação em Projetos, oficinas, cursos, eventos, prestação de serviços, etc.
ACIEPEs - Atividades Curriculares de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão	Carga horária livre até complementar 150h total	*Ofertadas pela Universidade oportunamente
<p><i>*Não há mínimo previsto, ainda, para cumprimento de carga horária extensionista em ACE tipo II (ACIEPEs registradas no PPC), considerando o contexto atual da implantação de um novo Campus e suas características, e que o corpo social ainda está se constituindo, ainda não há ACIEPEs previstas na matriz curricular do curso.</i></p>		

As ACEs desempenham um papel crucial na formação universitária ao integrar o conhecimento acadêmico com as demandas sociais. Tais atividades são pautadas por princípios formativos que estão condizentes com a realidade do país, e contribuem para a formação integral do estudante, estimulando-o a desenvolver-se como um cidadão crítico, ético e socialmente responsável. A vivência extensionista amplia a compreensão do estudante sobre o papel da universidade na sociedade e fortalece sua capacidade de atuar de forma transformadora em diferentes contextos.

A extensão deve promover o intercâmbio entre o saber acadêmico e os saberes populares, estabelecendo uma relação horizontal e participativa, em que o conhecimento é construído de maneira compartilhada. Essa interação possibilita que a comunidade acadêmica contribua para o desenvolvimento humano, científico e cultural do país.

A proposta das atividades extensionistas do BICH deve favorecer o envolvimento ativo dos estudantes em iniciativas que expressem o compromisso social da universidade, especialmente nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, tecnologia e inovação. Por meio dessas experiências, docentes, discentes e técnicos administrativos têm a oportunidade de aplicar seus conhecimentos de forma ampla, prática e ativa, ao mesmo tempo em que participam da transformação das realidades em que atuam.

Outro aspecto relevante das ACEs a ser destacado é a contribuição para o enfrentamento de questões locais, regionais e globais, buscando sempre se alinhar aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Portanto, 6 disciplinas integram em sua carga Atividades de Extensão conforme a quadro VII, a seguir:

Quadro VI: Distribuição da Carga Horária de Extensão no BICH em disciplinas obrigatórias

Carga horária de atividades de extensão determinadas para cada disciplina													
1º Semestre	Direitos Humanos e Relações Étnico Raciais												9 0 H A T I V I D A D E S E X T E N S I O N I S T A S
Natureza da CH	T	P	E	Ex									
Total de Horas	10	10		10									
2º Semestre	Ancestralidade e Cultura Brasileira												
Natureza da CH	T	P	E	Ex									
Total de Horas	10	10		10									
3º Semestre	Patrimônio e Memória Sócio Cultural				Políticas Sociais no Campo, na Cidade e na Floresta				Práticas Integradoras em Humanidades				
Natureza da CH	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	T	P	E	Ex	
Total de Horas	20			10	40			20	15	15		30	
4º Semestre	Práticas em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social ATHIS												
Natureza da CH	T	P	E	Ex									
Total de Horas	10	10		10									

10.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme § 1º do Art. 45 do Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar, os PPCs “*devem prever a carga horária a ser cumprida na condição de Atividades Curriculares Complementares, bem como sua obrigatoriedade ou não para a integralização curricular, obedecidas as condições estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais*”.

De acordo com a Resolução ConsUni no. 867, (2016), Art. 45. *As Atividades Curriculares Complementares são todas e quaisquer atividades de caráter acadêmico, científico e cultural realizadas pelo estudante ao longo de seu curso de graduação, que contribuem para o enriquecimento científico, profissional e cultural e para o desenvolvimento de valores e hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.*

O § 2º. destaca que “*Os Projetos Pedagógicos devem conter a relação das Atividades Curriculares Complementares a serem consideradas, de acordo com os objetivos do curso, indicando a carga horária máxima total de cada atividade a ser reconhecida e a documentação necessária para a comprovação*”.

Os estudantes de BICH são incentivados a realizar diversas atividades complementares relacionadas ao ensino, a pesquisa e a extensão que, além do conhecimento acadêmico, devem despertar e estimular a criatividade e a responsabilidade social e ambiental.

O quadro VIII apresenta exemplos de Atividades Complementares e a forma de registro da carga horária para cada uma:

QUADRO VIII: ATIVIDADES COMPLEMENTARES CONSIDERADAS PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR NO BICH

Carga Horária de Atividades Complementares		
Tipo de atividade	Carga horária máxima (h)	Documento de Comprovação
Iniciação científica e ou tecnológica	60	Termo de outorga, relatório e/ou documento da Coordenadoria dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica(CoPICT)

Apresentação de trabalhos em congressos, simpósios, encontros, workshops	45 (15h por apresentação)	Certificado de apresentação
Participação em empresa júnior	60	Declaração de carga horária emitida pelo tutor
Participação em cursos, minicursos, cursos de atualização ou cursos de idiomas que não façam parte da matriz regular	50 (15h por curso)	Certificado de participação
Monitoria (com ou sem bolsa); Tutoria PAAEG (com ou sem bolsa)	60 (30h por semestre)	Termo de compromisso ou certificado do Centro Acadêmico; Certificado da ProGrad.
Participação em órgãos colegiados da universidade, associações estudantis, centro acadêmico ou atividades de representação estudantil	30 (15h por participação)	Portarias de nomeação
Estágio não-obrigatório	120 (60h por semestre)	Termo de compromisso de estágio
Atividades culturais ou artísticas	45 (15h por participação)	Certificado de participação; ou registro no relatório das ações de extensão, acessível no sistema informatizado da ProEx.
Visitas técnicas a empresas, a sedes de projetos sociais, a assentamentos humanos ou empreendimentos habitacionais	40 (20h por semestre)	Declaração emitida pelo organizador da atividade
Reuniões técnicas de caráter didático e conferências com associações empresariais do terceiro setor;	40 (20h por semestre)	Declaração emitida pelo organizador da atividade
Participação em organização de eventos e participação efetiva em eventos técnico-científicos	40 (20h por semestre)	Declaração de carga horária emitida pelo organizador da atividade
Participação em Grupos de Educação Tutorial (PET), Empresa Júnior, Escritório modelo, incubadora de empresas, fórum de empresas.	60	Declaração de carga horária emitida pelo tutor
Intercâmbio de estudantes e programas de dupla diplomação	120	Comprovante de conclusão e/ou aprovação na atividade

A coordenação de curso deverá estabelecer uma comissão responsável por verificar a carga horária declarada por cada estudante, validar as atividades, e registrar no sistema acadêmico.

É importante destacar que Regimento Geral dos Curso de Graduação da UFSCar, de setembro de 2016 se refere ao Processo de Avaliação da Atividades Complementares, ou seja, de acordo com o Art 45, § 3º - *Cabe ao Conselho de Coordenação de Curso atualizar, adequar ou alterar a relação das Atividades Curriculares Complementares de acordo com as necessidades e peculiaridades de cada Curso.*

Havendo divergências ou discordância quanto à aceitação da Atividade Curricular complementar ou à carga horária atribuída, o interessado pode requerer reavaliação ao Conselho de Coordenação do Curso. As Atividades Curriculares devem ser realizadas ao longo do curso de graduação em horários que não conflitem com as aulas regulares.

10.5 ESTÁGIO CURRICULAR

O BICH não prevê a realização de estágio obrigatório. No âmbito da UFSCar, o estágio não obrigatório está regulamentado conforme Regimento Geral dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de São Carlos, de outubro de 2016. Pode ser contabilizado como atividade curricular complementar de acordo com as regras apresentadas na seção anterior, até 60 horas por semestre, com limite total de 120 horas.

10.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso BICH ocupa um papel central na formação acadêmica, sendo uma atividade curricular obrigatória. De maneira geral o TCC representa um momento em que o estudante sintetiza a trajetória formativa integrando saberes, habilidades, atitudes e valores desenvolvidos ao longo da graduação.

Habilidades como planejar, implementar ideias, produzir conhecimento e analisar criticamente questões relacionadas às humanidades são essenciais e amplamente valorizadas no TCC. O estudante deve demonstrar domínio dos conteúdos e capacidade de pesquisar e se expressar textual e oralmente.

A proposta do Trabalho de Conclusão de Curso do BICH visa aglutinar os cinco eixos temáticos do curso em diferentes graus de profundidade.

O desenvolvimento do TCC deve ocorrer sob a orientação de um docente da UFSCar, preferencialmente com título de Doutor e experiência reconhecida. Também é permitida a coorientação por profissionais da própria instituição ou de outras organizações, ampliando o suporte acadêmico e técnico ao estudante.

São previstas 60 horas de atividades para a produção do TCC ao longo do semestre com a estimativa de uma hora de assessoria com o orientador semanalmente.

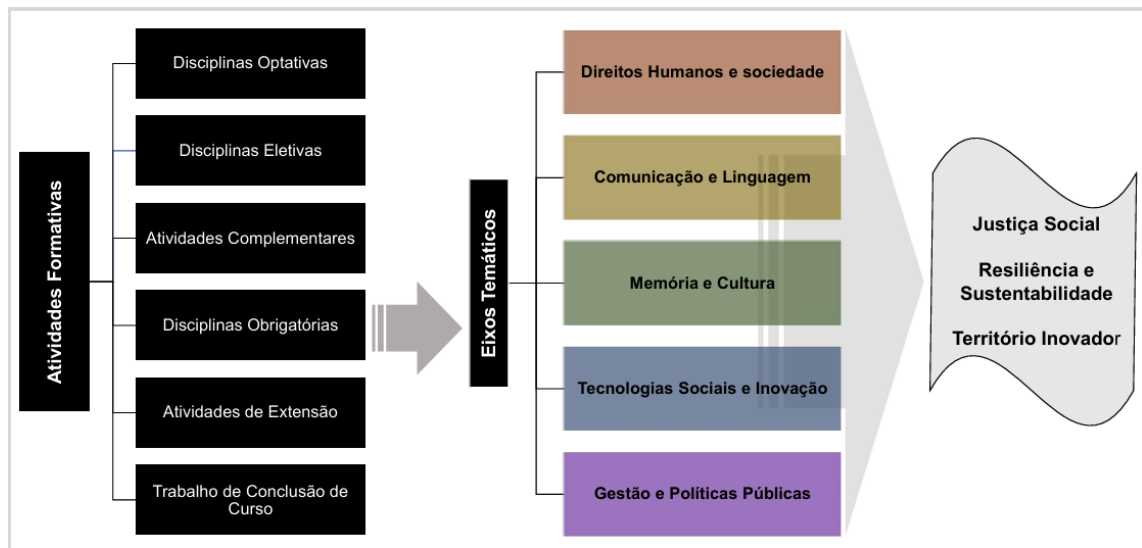
O TCC pode assumir diferentes formatos definidos entre estudantes e orientadores no início do 6º período; contudo, o produto final apresentado à comissão julgadora, composta por três membros docentes, deve estar fundamentado nos princípios mais rigorosos da produção científica, artística e/ou cultural.

Durante a apresentação final do trabalho, é fundamental que estudante, orientador e os membros da comissão julgadora observem rigorosamente os dispositivos legais referentes aos direitos autorais e à proteção da propriedade intelectual. Caso seja constatado plágio ou qualquer violação da legislação pertinente, e após a devida apuração em processo administrativo, o estudante estará sujeito às penalidades previstas no Regimento Geral da UFSCar, incluindo a possibilidade de reprovação no TCC.

Espera-se que essa atividade possibilite ao aluno alcançar um nível adequado de autonomia intelectual, coerente com a etapa final de sua formação.

10.7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Na Figura abaixo é apresentado um perfil gráfico de formação do aluno, destacando os eixos formativos transversais que permeiam quaisquer percursos formativos do BICH.



11. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

11.1 AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

No BICH, o processo de avaliação do ensino e aprendizagem é concebido como processual, diagnóstica e formativa, acompanhando continuamente o desenvolvimento do(a) estudante e valorizando não apenas o domínio conceitual, mas também as capacidades de análise, síntese, comunicação e aplicação do conhecimento em situações reais, de modo a fortalecer a autonomia intelectual e a autoavaliação crítica. Em convergência com a concepção institucional da UFSCar, a avaliação busca diagnosticar a aprendizagem em função dos objetivos educacionais do curso, orientando ajustes pedagógicos e a melhoria do percurso formativo.

Numa perspectiva institucional, na UFSCar a avaliação é concebida como a busca de sentidos que direcionam o percurso formativo dos estudantes, de modo a diagnosticar o desenvolvimento de sua aprendizagem, segundo os objetivos educacionais propostos. Busca-se, assim, nesse processo a transformação social, que tem como objetivo o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, de modo a possibilitar a autonomia discente de aprender de forma contínua e efetiva.

A avaliação da aprendizagem na graduação da UFSCar pretende distanciar-se do ato tradicional de “verificação” do aprendizado, aproximando-se de um caráter formativo que possibilite uma visão processual do desenvolvimento da aprendizagem. Na avaliação formativa há uma preocupação em identificar as fragilidades e potencialidades do processo de aprendizagem, por meio da aplicação de múltiplas formas de instrumentos, cuja análise não recaia somente no desempenho do estudante, mas também possibilite uma reflexão sobre as metodologias de ensino e práticas docente, bem como os objetivos de aprendizagem das atividades curriculares em função do perfil do egresso definido e respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Para tanto, conforme o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar, a sistemática de avaliação do desempenho dos estudantes deve ser explicitada, de forma detalhada, nos Planos de Ensino das atividades curriculares, em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso. Entre as diretrizes que balizam a avaliação de aprendizagem está a exigência da realização de, no mínimo, 3 (três) instrumentos diferenciados e adequados aos

objetivos, conteúdos e metodologia previstos, em datas distintas, ao longo do semestre, por disciplina, com a caracterização de procedimentos que possibilitem a recuperação de desempenho do estudante durante o período letivo regular.

Essa norma prevê, ainda, os critérios de aprovação, que englobam a exigência de frequência e nota mínima. O estudante regularmente inscrito em atividades curriculares é considerado aprovado quando obtiver, simultaneamente, frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento das aulas e/ou das atividades acadêmicas curriculares efetivamente realizadas, além de desempenho mínimo equivalente à nota final igual ou superior a 6 (seis), ou conceito equivalente, numa escala máxima de 10 (dez). O regulamento dispõe também que os alunos que não obtiveram o desempenho acadêmico suficiente para aprovação poderão realizar o Processo de Avaliação Complementar (PAC), mais um recurso para a recuperação dos aprendizados, concedido àqueles que tenham frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades curriculares e obtido, ao final do período letivo regular, nota ou conceito equivalente igual ou superior 5 (cinco). Outras atividades curriculares especiais, como Atividades Complementares, Trabalho de Conclusão de Curso, Estágios Curriculares têm formas e instrumentos de avaliação próprios.

Assim, as estratégias e instrumentos avaliativos devem contemplar, de forma abrangente, os objetivos de aprendizagem que integram teoria e prática, sob uma perspectiva interdisciplinar, integradora e formativa.

11.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

A avaliação do curso, e seu projeto pedagógico, dar-se-á de forma contínua e regular, sob a condução do Núcleo Docente Estruturante (NDE), podendo ser complementada, sempre que pertinente, por processos externos de avaliação, tais como: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído e regulamentado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; a autoavaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFSCar; relatórios internos de avaliação de curso e de componentes curriculares; relatórios de avaliação externa in loco, quando existentes, elaborados por avaliadores institucionais habilitados pelo Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP); relatórios do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), quando aplicável; além de outros instrumentos definidos e implementados pela Coordenação de Curso e/ou pelo próprio NDE.

A concepção de avaliação adotada pela CPA da UFSCar é a avaliação emancipatória, numa perspectiva de “(a)firmar valores”. Tal concepção permite a descrição, a análise e a crítica da realidade institucional, por meio da participação da comunidade acadêmica no processo avaliativo. Apesar de a avaliação feita pela CPA ter caráter regulatório, ela deixa brechas, com a participação e comprometimento dos atores institucionais, para que os resultados alcançados deem subsídios de ressignificação das práticas e também para o planejamento e as tomadas de decisões da gestão institucional.

Em conformidade com a Norma Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014, o projeto atual de autoavaliação refere-se ao triênio 2025/2026/2027 e prevê procedimentos como: análise de indicadores de desempenho; autoavaliações descentralizadas dos setores de apoio; coleta da percepção de técnicos-administrativos; e avaliação da percepção da comunidade externa. Considerando o novo cronograma do ENADE, em 2025 foram avaliados bacharelados da área de Humanas e 24 licenciaturas na UFSCar; em 2026 serão avaliados os demais cursos de graduação; e, em 2027, serão avaliadas infraestrutura e dimensões gerais, com a proposta de que cada curso seja avaliado uma única vez no triênio e que, no último ano, sejam retomadas avaliações sobre infraestrutura física, missão e PDI.

Os questionários são aplicados no sistema institucional, com participação voluntária e com apoio da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS). Os dados são analisados por equipe técnica com docentes e o Departamento de Estatística do Campus São Carlos, com colaboração de outros docentes e estudantes, utilizando a Teoria Clássica do Item; a CPA produzirá relatórios sintéticos por curso (visões de docentes e discentes), preservando o anonimato e registrando comentários livres.

Esses relatórios são enviados aos NDEs de cada curso de graduação conjuntamente com dados sobre os cursos como série histórica de número de estudantes, evadidos e formandos para elaboração de um relatório analítico, das respostas apresentadas, destacando fragilidades e potencialidades de

cada curso. O Conselho de Coordenação de Curso, bem como o seu NDE, após o recebimento dos resultados da avaliação deverão analisar esses resultados para o planejamento de ações necessárias, visando à melhoria do curso. Esse relatório analítico também é apresentado ao respectivo Centro Acadêmico e por fim à CPA.

12.APOIO AO DISCENTE

A UFSCar possui um Programa de Assistência Estudantil ancorado na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que é a base legal que orienta as ações desenvolvidas para a assistência e a permanência estudantil nas Instituições de Educação Superior (IES).

Dentro da UFSCar a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) é a instância da universidade que cuida da política de assistência estudantil e é responsável pela gestão de ações e estratégias para garantir que os estudantes possam realizar as atividades acadêmicas por meio de programas que são institucionalizados e que promovem a permanência dos estudantes que estejam em situações de vulnerabilidade.

Os programas e projeto coordenados pela ProACE podem disponibilizar auxílios e bolsas nas seguintes modalidades: bolsa moradia em espécie (apoio para o custeio de aluguel), bolsa moradia pai e mãe (para estudantes que residam com filhos até 5 anos e 11 meses e/ou com deficiência), bolsa de alimentação (acesso gratuito a todas as refeições do restaurante universitário), auxílio de alimentação emergencial (colaboração para o custeio de café da manhã), auxílio de transporte (apoio para o custeio de transporte para a universidade e em locais com deficiência de transporte público), bolsa de auxílio pré-escolar (BAPE) - apoio para a educação de filhos de estudantes bolsistas de assistência estudantil de até cinco anos e 11 meses e/ou com deficiência.

Além dessas modalidades, existem a bolsa do Programa de Atendimento Especial a Estudantes Indígenas ou Quilombolas (PAEIQ). A bolsa do Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo a Permanência Estudantil (PIAPE) que apoia estudantes para atuar em projetos de 12 horas semanais relacionados com a promoção da saúde e do fortalecimento do vínculo com a universidade. E o Programa de Apoio às Práticas Esportivas e de Lazer (PAPEL), que oferece bolsa para que os estudantes possam atuar 8 horas semanais em práticas esportivas e de lazer nos departamentos vinculados à ProACE.

Para mais informações consulte <https://www.proace.ufscar.br/servicos/assistencia-estudantil>.

Além dos programas citados, a ProACE oferece assistência à saúde, que tem por objetivo promover a qualidade de vida e a permanência dos estudantes na universidade. Para isso, cada campus conta com um departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis (DeACE), que é formado por um grupo de multiprofissionais, onde é realizado atendimento médico, psicológico e de enfermagem, além de promover campanhas de prevenção e promoção à saúde. Para mais informações consultar <https://www.proace.ufscar.br/servicos/assistencia-saude>. Referente à saúde mental, a ProACE junto com outras pró-reitorias e departamentos realizam, de forma articulada, atividades de prevenção e promoção de saúde mental, de forma que estudantes que exigem cuidado nesta temática possam ter um acompanhamento mais próximo. Esta iniciativa está sob a coordenação da Coordenadoria de Articulação em Saúde Mental (CASM), vinculada à ProACE.

Outra instância da Universidade que coordena atividades de apoio aos estudantes é a Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad), onde existem atividades de acompanhamento acadêmico. Entre as atividades existe o Programa de Acompanhamento Acadêmico aos Estudantes de Graduação (PAAEG) que tem por objetivo apoiar os estudantes que estão ingressando na universidade, além daqueles que apresentam dificuldade de aprendizagem e reprovações em disciplinas nos seus cursos. Para isso, são promovidas tutorias realizadas pelos monitores voluntários e/ou bolsistas (outros estudantes).

Outra iniciativa coordenada pela ProGrad é a bolsa de treinamento, onde estudantes participam de atividades ligadas à formação dada pelos cursos de graduação. Para mais informação consulte <https://www.prograd.ufscar.br/estudantes-degraduacao/bolsas/bolsas>.

A Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPq) também realiza iniciativas próprias, através de atividades relacionadas com a pesquisa científica. Entre as iniciativas a ProPq coordena o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), cuja finalidade é apoiar os estudantes que tenham interesse em propor um projeto de pesquisa sob orientação de um servidor. Para isso, anualmente é lançado um edital com as seguintes modalidades: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e

Inovação (PIBITI), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM). Caso o estudante não obtenha bolsas de iniciação científica, ele pode executar o projeto dentro do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica sem remuneração (ICTSR) ou enviar o projeto para outras agências de financiamento como por exemplo a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Para mais informações consultar <https://www.propq.ufscar.br/pt-br/iniciacao-cientifica/pagina-inicial/>.

Já relacionada à extensão universitária, a Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) realiza iniciativas que apoiam o estudante por meio de projetos de extensão e das Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE). Nestas atividades, o estudante pode participar como bolsista, participando das ações a serem realizadas no âmbito de cada projeto. Para mais informações consultar <https://www.proex.ufscar.br/editais-1/editais>.

Além disso, destaca-se a "Calourada", evento que marca o início do período letivo e inclui atividades de acolhimento e boas-vindas aos estudantes ingressantes nos cursos de graduação da UFSCar. Durante a Calourada, os ingressantes participam de uma série de atividades que incluem desde palestras sobre as entidades, rotinas acadêmicas e cursos, até visitas a diferentes locais do campus e gincanas, além de ações solidárias. As atividades de recepção são conduzidas pela direção do centro, coordenações de curso, setores pedagógico e social, informática, biblioteca e também pelos estudantes veteranos.

O Programa de Monitoria, promovido pela Pró-Reitoria de Graduação e organizado pela Coordenação Acadêmica, tem como objetivo apoiar a mediação do conhecimento entre os estudantes, sendo orientado por estudantes veteranos que demonstram desempenho acadêmico satisfatório. Outro programa importante é o "Programa de Capacitação Discente para o Estudo" (Pró-Estudo), uma parceria entre a Pró-Reitoria de Graduação e o Departamento de Psicologia da UFSCar. Seu principal propósito é auxiliar os estudantes a aprimorar suas habilidades de estudo, promovendo um melhor aproveitamento das atividades acadêmicas. O programa oferece orientação, planejamento de estudos, além de oficinas e palestras sobre temas relacionados ao comportamento de estudo.

Por fim, outras atividades de apoio aos discentes são organizadas pelos próprios coletivos de estudantes, envolvendo práticas esportivas e culturais e de inserção em temas relativos à própria organização estudantil no âmbito do ensino superior.

A UFSCar também faz parte da Eduroam (education roaming) que é uma rede sem fio internacional disponível na UFSCar e em diversas instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do mundo, permitindo que sua comunidade acadêmica tenha acesso gratuito à internet para a realização de seus estudos e demais tarefas institucionais.

Outra iniciativa importante de conexão entre graduandos e egressos é a Plataforma Alumni que se configura como um espaço exclusivo para egressos e estudantes onde é possível recriar conexões, compartilhar experiências e expandir oportunidades.

Além de todas estas ações voltadas para o apoio ao corpo discente, vale destacar que a Coordenação do Curso é um espaço institucional de acolhimento das demandas relativas ao curso e ao processo de adaptação ao ensino superior, podendo ser acionada sempre que necessário.

Estas são políticas institucionais que tem como foco o apoio ao corpo discente e que serão implementadas e adaptadas com o decorrer do tempo para o campus de São José do Rio Preto.

13. GESTÃO DO CURSO

De acordo com o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar, a gestão do Curso de Graduação é realizada pelo Conselho de Coordenação e pela Coordenação do Curso, com o apoio do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

A composição do Conselho de Coordenação e a escolha da Coordenação de Curso se dará por meio de regimentos próprios.

A composição do Conselho de Coordenação se dará por meio de representações docentes, discentes e de técnico-administrativos.

Coordenação de Curso

A Coordenação de Curso de Graduação é composta por um coordenador de curso, um vice-coordenador de curso e um secretário de curso. Cabe ao Coordenador superintender e coordenar as atividades do Curso de Graduação, de acordo com as diretrizes do Conselho de Coordenação e as demais normas vigentes.

Conforme o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar, compete ao Conselho de Curso, dentre outras competências:

- I - Implementar as atividades do curso, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Coordenação;
- II - Propor ao Conselho de Coordenação do Curso o conjunto de atividades curriculares a serem solicitados aos Departamentos;
- III - Analisar com os departamentos as propostas de novas atividades curriculares para o curso, de acordo com as diretrizes do Conselho de Coordenação de Curso;
- IV - Propor ao Conselho de Coordenação do Curso o acerto final de horário das atividades curriculares oferecidos a cada período letivo;
- V - Supervisionar o processo de inscrição de estudantes em atividades curriculares;
- VI - Orientar os estudantes nas questões específicas do Curso;
- VII - Promover e participar do acolhimento dos estudantes ingressantes no curso, bem como da recepção da documentação relativa ao processo de matrícula;

VIII - Analisar e avaliar o desempenho global dos estudantes e propor ao Conselho de Coordenação do Curso medidas para a solução de problemas constatados;

IX - Organizar e manter atualizadas as informações acadêmicas sobre o curso;

X - Solicitar aos diferentes departamentos, a oferta de atividades curriculares para atender às necessidades do Curso, obedecendo ao Calendário Acadêmico da Instituição;

XI - Zelar pelo cumprimento dos Planos de Ensino;

XII - Providenciar toda documentação exigida para avaliação externa do curso;

XIII - Encaminhar os dados do curso relativos aos processos de reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento do Curso à ProGrad e à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (SPDI), de acordo com as exigências legais.

Conselho de Coordenação de Curso

A composição do Conselho de Coordenação deve ter garantida a participação de servidores docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, vinculados ao curso e seus respectivos suplentes.

Conforme o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar, compete ao Conselho de Curso, dentre outras competências:

I - Definir os objetivos do curso e mantê-los atualizados;

II - Estabelecer diretrizes e normas de funcionamento do curso;

III - Deliberar sobre as alterações ou reformulações curriculares propostas pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) ou comissão ad hoc;

IV - Deliberar sobre propostas de atividades acadêmicas que possam contribuir com aperfeiçoamento da formação dos estudantes e dos docentes;

V - Propor adequação do horário de funcionamento do curso e quaisquer outros aspectos que se relacionem ao melhor rendimento acadêmico dos estudantes.

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

De acordo com o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar, o NDE é um órgão consultivo e propositivo do Conselho de Coordenação de Curso responsável pelo processo de concepção, avaliação e atualização do

Projeto Pedagógico do Curso. A composição e a atuação do NDE é definida pelo Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar e por regimentos internos elaborados pelo Conselho de Curso.

14. CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

No Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades, o perfil do corpo docente e técnico-administrativo está concebido em consonância com as diretrizes do PDI 2024–2028 e com a proposta do Campus São José do Rio Preto, que demanda atuação interdisciplinar, integrada aos ciclos formativos e aos eixos transversais Justiça Social, Resiliência e Sustentabilidade e Território Inovador. Assim, prevê-se um corpo docente altamente qualificado, com experiência em ensino, pesquisa e extensão, capaz de articular teoria e prática e de sustentar uma formação integral, generalista e interdisciplinar, capaz de transitar entre áreas de conhecimento, integrando saberes científicos, tecnológicos e humanísticos com base científica sólida e visão integrada aos eixos de formação e alinhada ao modelo em ciclos e à integração entre linguagens e contextos de atuação.

De acordo com o PDI vigente 2024-2028, a UFSCar se destaca entre as Instituições brasileiras de Ensino Superior pela alta qualificação do seu corpo docente em virtude do elevado índice de titulação, com 97,2% de doutores, que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

As atividades de apoio técnico especializado na UFSCar são realizadas pela categoria dos servidores Técnico-Administrativos em Educação. A Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da UFSCar é regida pela Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005 – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) – a qual prevê o conjunto de diretrizes que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram a categoria, bem como seus níveis de classificação, níveis de capacitação e padrões de vencimento. A categoria dos Técnico-Administrativos é dividida em cinco níveis de classificação: A, B, C, D e E. Esses níveis são conjuntos de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir de alguns requisitos, como, por exemplo, escolaridade e comprovação de atuação profissional.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (ProGPe) é a unidade gestora da universidade responsável pela organização e desenvolvimento da sua força de trabalho. O efetivo desenvolvimento de todas essas ações envolvendo servidores docentes e técnicos administrativos definidas no PDI envolve não apenas decisões técnicas de gestão por parte da equipe dessa Pró-Reitoria,

mas também a formulação de políticas institucionais pactuadas com a comunidade.

Para a consecução de suas finalidades é necessário buscar constantemente o diálogo com a comunidade e priorizar relações cada vez mais democráticas no trabalho. Buscando formalizar esse canal de escuta da comunidade, foi aprovado pelo ConsUni o Conselho de Gestão de Pessoas (CoGePe), colegiado superior que oferece o necessário espaço democrático para promover o debate de temas que afetam a vida e o trabalho dos servidores com representantes dessa comunidade, e a consequente proposição de políticas institucionais transparentes e justas, que ajudem a combater qualquer tipo de discriminação no ambiente universitário, promover ações educativas para o reconhecimento e o respeito à diversidade e, também, para aumentar a capacidade de servir à sociedade cada vez mais e melhor.

Corpo Docente

O perfil docente do BICH pressupõe um corpo docente interdisciplinar, com formação e experiência nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e em suas interfaces com ciência, tecnologia e inovação, capaz de sustentar a proposta curricular organizada por eixos temáticos transversais — Direitos Humanos e Sociedade, Comunicação e Linguagem, Memória e Cultura, Tecnologias Sociais e Inovação e Gestão e Políticas Públicas — articulando fundamentos teóricos, metodologias de investigação, práticas extensionistas e leitura crítica de problemas contemporâneos. Espera-se que esses(as) docentes atuem de modo coerente com os eixos estruturantes do Campus — Justiça Social, Resiliência e Sustentabilidade e Território Inovador — promovendo práticas pedagógicas comprometidas com a democracia, a diversidade, a inclusão e a responsabilidade socioambiental, e favorecendo a integração ensino–pesquisa–extensão em diálogo com demandas locais e regionais, de modo a formar egressos(as) aptos(as) a compreender e intervir, com rigor e sensibilidade social, em contextos marcados por desigualdades, mudanças climáticas e dinâmicas de inovação no território.

Cabe destacar, que a política institucional para composição e desenvolvimento do corpo docente, prevê que a UFSCar possa fortalecer seu quadro por mecanismos legalmente previstos de movimentação de pessoal,

como a redistribuição de docentes entre Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no interesse da administração e compatibilidade entre perfil, necessidade institucional e área de atuação, e a remoção interna entre campi/unidades, para ajustar a alocação de docentes às demandas acadêmicas e ao planejamento do novo campus. Complementarmente, reafirma-se que o provimento de vagas também ocorrerá por concurso público, priorizando o regime de Dedicção Exclusiva e tendo como diretriz, preferencialmente, a titulação mínima de doutorado.

No âmbito da formação e do desenvolvimento docente, o PDI 2024–2028 enfatiza instrumentos institucionais de gestão de pessoas, como o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), orientado à educação continuada e permanente, com foco no alinhamento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) às necessidades dos departamentos e/ou Centros Acadêmicos e às prioridades acadêmicas da Universidade. Considerando a implantação do novo campus, prevê-se que o acolhimento de novos docentes inclua ações de integração institucional e pedagógica — apresentação do projeto do campus e do PPC de todos os cursos do campus, orientações sobre rotinas acadêmicas, sistemas e fluxos administrativos, além de apoio à inserção em redes de ensino, pesquisa e extensão — de modo a favorecer a atuação interdisciplinar e a qualidade da formação. Esse processo é fortalecido pela Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da UFSCar⁹, que institucionaliza diretrizes para o aperfeiçoamento didático-pedagógico, inovação metodológica, uso qualificado de tecnologias educacionais e criação de espaços de reflexão e compartilhamento de práticas entre áreas. Complementarmente, a trajetória funcional do magistério superior vincula-se ao plano de carreira do Magistério Federal (Lei nº 12.772/2012), com progressões e promoções mediante avaliação de desempenho, consolidando uma cultura de aprimoramento profissional e qualificação contínua.

⁹ UFSCar. Resolução CONSUNI Nº 24, DE 18 de março de 2025 que Aprova a Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da UFSCar. Disponível em: https://sei.ufscar.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1970257&id_orgao_publicacao=0 Acesso em 20 de janeiro de 2026.

Corpo Técnico-Administrativo

Para assegurar o suporte qualificado ao funcionamento do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades, reconhece-se o corpo técnico-administrativo como componente estratégico da qualidade acadêmica e da viabilidade cotidiana do curso, atuando de forma corresponsável na sustentação de fluxos acadêmico-administrativos e no apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão. No contexto de uma formação orientada ao diálogo com a sociedade e à indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Espera-se, assim, que o BICH conte com perfis e funções como assistência em administração acadêmica/secretaria, apoio à coordenação e aos processos colegiados, além de suporte técnico a atividades práticas e de campo (quando previstas), incluindo logística, materiais, segurança e registro/organização de evidências e produtos acadêmicos. Considerando as diretrizes do Campus e dos cursos articuladas aos eixos Justiça Social, Resiliência e Sustentabilidade e Território Inovador, a atuação técnico-administrativa também deve favorecer condições para ações socialmente referenciadas, com acessibilidade, comunicação institucional e integração com parceiros e organizações locais, contribuindo para que a formação mantenha coerência com o compromisso público da universidade e com a realização qualificada de iniciativas de extensão e interação territorial.

15. INFRAESTRUTURA

O curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades iniciará seu funcionamento provisoriamente no campus do Instituto Federal de São Paulo, campus de São José do Rio Preto. Os espaços administrativos e sala de aula serão compartilhados com o IFSP, além disso foram cedidas em caráter temporário 8 salas que serão destinadas à salas para docentes, direções, seções administrativas da UFSCar e área de convivência, além de um laboratório de informática para uso exclusivo da UFSCar.

A biblioteca do IFSP e as áreas de convivência também serão compartilhados com a comunidade acadêmica da UFSCar provisoriamente, bem como o refeitório, os sanitários e o ginásio poliesportivo.

Importante destacar que a implantação e a consolidação da infraestrutura permanente, incluindo aquisição de equipamentos, contratação de serviços, eventual adequação de ambientes e provimento de pessoal técnico-administrativo para suporte aos laboratórios e espaços especializados, deverão ser conduzidas conforme o planejamento institucional e a disponibilidade de provimento, de modo a assegurar continuidade, segurança e qualidade às ações acadêmicas e administrativas do curso.

Além da estrutura física do IFSP, os estudantes também terão acesso a Biblioteca Comunitária (BCo) do campus de São Carlos que conta com 9.000 metros quadrados e atende a comunidade universitária e externa. Seu acervo físico (mais de 135 mil volumes de livros) e virtual (mais de 329 mil títulos, incluindo o Portal CAPES e a Biblioteca Virtual Pearson) subsidia as atividades acadêmicas. Destaca-se a Coleção Florestan Fernandes (com 20.000 documentos), de particular interesse para o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades.

O acervo físico e digital é gerenciado de modo a atualizar a demanda do curso por novos títulos e exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço (<https://www.sibi.ufscar.br/arquivos/plano-de-contingencia-2024-pdf.pdf>). O Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) possibilita que a comunidade universitária pode contar, além dos livros físicos nas bibliotecas dos quatro campi, também com o acesso à coleção de livros digitais (e-books)

disponíveis na Biblioteca Virtual (BV) da Pearson. São mais de 16 mil títulos acadêmicos e de literatura que abrangem mais de 40 áreas do conhecimento. Para aprender a consultar a BVP, é possível acessar o canal do SIBi no Youtube e o site do SIBi, onde existem dicas, manuais de uso e vídeos tutoriais. A BVP é multiplataforma, portanto, é possível acessá-la via computador, tablet ou smartphone. Com o aplicativo gratuito da BVP, a comunidade estudante é capaz de acessá-la de onde estiver e realizar leituras sem Internet. Na BVP é possível a criação de listas de livros personalizadas, estabelecer metas de leitura, dispor de ferramentas de anotações e marcação de texto, citações, leitura de dez livros sem precisar acessar rede de Internet, audiobooks e cartões de estudos para melhorar ainda mais a experiência de aprendizagem.

A Secretaria de Informática (SIn) oferece serviços como a rede sem fio Eduroam a qual atende diversas instituições de ensino superior no Brasil e no mundo, bastando o estudante ter um número de matrícula para ter acesso ao serviço.

A Secretaria Geral de Educação a Distância da UFSCar (SEaD) é responsável pela hospedagem e administração dos ambientes virtuais de aprendizagem (salas de aula virtuais) dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão presenciais da UFSCar, na Plataforma Moodle. O apoio da SEaD a estes cursos é efetuado por meio da criação de salas de aula virtuais no Moodle, para a criação das salas de aula virtuais das disciplinas e apoio técnico aos usuários.

16. REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Federal N.º 62.758, de 22 de maio de 1968. Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal de São Paulo. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/485385/publicacao/15643723>. Acessado em 16/05/2025.

BRASIL. Lei Federal N.º 3.835, de 13 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3835.htm . Acessado em 16/05/2025.

BRASIL. Lei Federal N.º 4.421, de 29 de setembro de 1964. Transforma a Escola Paulista de Medicina em estabelecimento isolado de ensino superior de natureza autárquica, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4421.htm . Acessado em 16/05/2025.

BRASIL. Lei Federal N.º 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4759.htm . Acessado em 15/05/2025.

CAI, W., BORLACE, S., LENGAINNE, M. ET AL. (2014). Increasing frequency of extreme El Niño events due to greenhouse warming. *Nature Clim Change* 4, 111– 116. <https://doi.org/10.1038/nclimate2100> .

CARVALHO J. G. (2007) Dimensões regionais e urbanas do desenvolvimento socioeconômico em São José do Rio Preto. 1. ed. São José do Rio Preto: Editora Microlins, 2007. 272 p.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE (2025). Livro Violeta | Ciência Tecnologia e Inovação para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido | Contribuições para uma Estratégia de CT&I (Versão 1.4).

DURO DIAS R. E QUADROS D. B. (2021). O conceito de justiça social em Nancy Fraser como contributo para a educação em direitos humanos. Revista Inclusiones, dezembro: 205-18.

FRASER N. (2002). A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63: 7-20.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

MINUSSI V. P. E RAMOS, N. V. (2021). Justiça Social: uma trajetória conceitual. Teias (Rio de Janeiro), v. 22, p. 300-315, 2021. DOI: 10.12957/teias.%Y.50123

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.

MORETTI P. D. (2020). Dos Currails da Trancham à “Pequena Notável”: Interesses, Oposições e Utopias nos Primeiros Tempos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE. 305 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (2023). Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia. Disponível em: https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/atos_decisorios/anexo_do_ad_consepe_249_-_ppc_bct_2023_-aprovado_consepe_-_final_pos_errata_12_23.pdf . Acessado em 16/05/2025.

SANTOS, B. de S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2008

UFSCar. Política de Saúde Mental. Universidade Federal de São Carlos. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários - ProACE. 2023. https://www.proace.ufscar.br/arquivos/normas/politica_saude_mental_ufscar.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (2023). Projeto Pedagógico do Curso de

Engenharia Aeroespacial. Disponível em:
https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/atos_decisorios/ato_decisrio_270_-_ppc_consolidado_-_20_dez_2024 . Acessado em 16/05/2025.